

Carlos Lucena & José Claudinei Lombardi



O VOO DA FÊNIX

**O NAZISMO E O NOVO NAZIFASCISMO
NO SÉCULO XX E XXI**

O VOO DA FÊNIX:

O NAZISMO E O NOVO NAZIFASCISMO NOS
SÉCULOS XX E XXI

1ª edição eletrônica

Carlos Lucena & José Claudinei Lombardi

O VOO DA FÊNIX:

O NAZISMO E O NOVO NAZIFASCISMO NOS SÉCULOS XX E XXI

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2025





www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia–MG
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Revisão do original: Lurdes Lucena
Arte da capa: Alberto Ponte Preta

Copyright © by autor, 2025.

O114–LUCENA. C.; LOMBARDI, J. C. O voo da fênix: o nazismo e o novo nazifascismo nos séculos XX e XXI. Uberlândia: Navegando Publicações, 2025.

ISBN: 978-65-6070-097-0
DOI -10.29388/978-65-6070-097-0

1. Novo Nazifascismo 2. Nazismo. 3. Fascismo. I. Carlos Lucena; José Claudinei Lombardi. II. Navegando Publicações. Título.

CDD-370

Índice para catálogo sistemático
Educação 370

Navegando Publicações



Editores

Lurdes Lucena-Esamc - Brasil
Carlos Lucena - UFU - Brasil
José Claudinei Lombardi - Unicamp - Brasil
José Carlos de Souza Araújo - Uniube/UFU - Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais
Afrânio Mendes Catani - USP - Brasil
Anderson Brettas - IFMT - Brasil
Anselmo Alencar Colares - UFOPA - Brasil
Carlos Lucena - UFU - Brasil
Carlos Henrique de Carvalho - UFU, Brasil
Cilson César Fagiani - Uniube - Brasil
Dermeval Saviani - Unicamp - Brasil
Elmiro Santos Resende - UFU - Brasil
Fabiane Santana Previtali - UFU - Brasil
Gilberto Luiz Alves - UFMS - Brasil
Inez Stampa - PUC-RJ - Brasil
João dos Reis Silva Júnior - UFSCAR - Brasil
José Carlos de Souza Araújo - Uniube/UFU - Brasil
José Claudinei Lombardi - Unicamp - Brasil
Larissa Dahmer Pereira - UFF - Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães - UESB - Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva - UFU - Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli - Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário - UFPA - Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan - Unicamp, Brasil
Paulino José Orso - Unioeste - Brasil
Ricardo Antunes - Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França - UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira - UFF - Brasil
Valdemar Sguissardi - UFSCar - (Apos.) - Brasil
Valeria Lucília Forti - UERJ - Brasil
Yolanda Guerra - UFRJ - Brasil

Pesquisadores Internacionais
Alberto L. Bialakowsky - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Alcina Maria de Castro Martins - (I.S.M.T.), Coimbra - Portugal
Alexander Steffanell - Lee University - EUA
Ángela A. Fernández - Univ. Aut. de St. Domingo - Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega - Pont. Un. Cat. M. y Me - Rep. Dominicana
Armando Martínez Rosales - Universidad Popular de Cesar - Colômbia
Artemis Torres Valenzuela - Universidad San Carlos de Guatemala - Guatemala
Carolina Crisório - Universidad de Buenos Aires - Argentina
Christian Cwik - Universität Graz - Áustria
Christian Hausser - Universidad de Talca - Chile
Daniel Schugurensky - Arizona State University - EUA
Elizet Payne Iglesias - Universidad de Costa Rica - Costa Rica
Elsa Capron - Université de Nimès / Univ. de la Réunion - France
Elvira Aballi Morell - Vanderbilt University - EUA
Fernando Camacho Padilla - Univ. Autónoma de Madrid - Espanha
José Javier Maza Avila - Universidad de Cartagena - Colômbia
Hernán Venegas Delgado - Univ. Autónoma de Coahuila - México
Iside Gjergji - Universidade de Coimbra - Portugal
Iván Sánchez - Universidad del Magdalena - Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora - México
Lionel Muñoz Paz - Universidad Central de Venezuela - Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro - Universidad del Magdalena - Colômbia
José Jesus Borjón Nieto - El Colegio de Vera Cruz - México
José Luis de los Reyes - Universidad Autónoma de Madrid - Espanha
Juan Marchena Fernandez - Universidad Pablo de Olavide - Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador - Equador
Lerber Dimas Vasquez - Universidad de La Guajira - Colômbia
Marvin Barahona - Universidad Nacional Autónoma de Honduras - Honduras
Michael Zeuske - Universität Zu Köln - Alemanha
Miguel Perez - Universidade Nova Lisboa - Portugal
Pilar Cagiao Vila - Universidad de Santiago de Compostela - Espanha
Raul Roman Romero - Univ. Nacional de Colombia - Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas - Universidad del Norte - Colômbia
Ronny Viales Hurtado - Universidad de Costa Rica - Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos - Universidad de Granada - Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva - Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy - Universidad de la Habana - Cuba
Silvia Mancini - Université de Lausanne - Suíça
Teresa Medina - Universidade do Minho - Portugal
Tristan MacCoaw - Universit of London - Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha - Univ. Cat. N. Señora de la Asunción - Paraguai
Yoel Cordoví Núñez - Instituto de Historia de Cuba v Cuba - Cuba

Sumário

Prólogo.....	7
Parte 1 As crises cíclicas do capitalismo e o surgimento do nazismo	15
I As crises cíclicas do modo de produção capitalista.....	16
II Da Primeira Grande Crise à Primeira Grande Guerra Mundial.....	34
2.1. A reorganização econômica pós-Primeira Crise Estrutural.....	37
2.2. A Primeira Grande Guerra Mundial e os Preâmbulos do Nazismo.....	41
III A segunda crise estrutural do capitalismo e o Nazismo Alemão.....	55
3.1. Os princípios do Nazismo	64
3.2. O Nazismo e o pensamento racial	68
3.3. O nazismo enquanto religião.....	72
3.4. Os campos de concentração.....	77
Parte 2 A Terceira Crise Estrutural, as crises do século XXI e o surgimento do novo nazifascismo	86
IV As crises do capital financeiro: 2008 nos USA e 2010 na região do Euro.....	87
4.1. O turbulento final do século XX e início do XXI.....	87
4.2. A crise imobiliária de 2008.....	95
4.3. Considerações teóricas da crise de 2008	98
Parte 3 O novo nazifascismo.....	122
V Os fundamentos do novo nazifascismo.....	123
5.1. A crítica à Democracia e a República	128
5.2. O novo nazifascismo e o tradicionalismo.....	146
VI Alguns pressupostos do pensamento de Steve Bannon.....	151
Parte 4 Algumas breves reflexões sobre o novo nazifascismo no Brasil.....	166
VII O novo nazifascismo e a educação.....	167

Reflexões inconclusas sobre o novo nazifascismo no Brasil	196
Alguns elementos do pensamento de Olavo de Carvalho.....	196
Alguns limites do pensamento de Olavo de Carvalho	201
Sobre Antonio Gramsci.....	201
Sobre os pensadores da Escola de Frankfurt.....	204
Sobre Platão.....	207
Referências.....	216
Sobre os autores.....	227

Prólogo

O título deste livro é emblemático. A Fênix (em grego clássico: φοῖνιξ) é um pássaro da mitologia grega que, quando perecia, entrava em autocombustão e, passado algum tempo, ressurgia das próprias cinzas. É a representação mitológica que simboliza o renascimento, a esperança e o triunfo da vida sobre a morte.

Contudo, nem tudo que renasce significa melhoria ou esperança. Adotamos essa representação para analisar as ideologias autoritárias, especificamente para entendermos como o nazismo ressurge como um novo nazifascismo, carregando pressupostos autoritários similares ao passado, reacendendo disputas que aparentemente estavam superadas. Não se pode esquecer que os regimes autoritários fazem parte da história do Estado Nação burguês, cumprindo um papel conservador de promoção do desenvolvimento nacional, garantindo as condições para a acumulação de capital, inclusive através da expansão territorial.

Para cumprir suas funções, os regimes como o Fascismo e o Nazismo tiveram que questionar as conquistas sociais, obtidas por meio de lutas históricas da classe trabalhadora, após a criação ideológica do consenso de que a crise exige sacrifícios de todos para garantir a retomada do desenvolvimento, foram sendo retiradas, garantindo a acumulação que, no presente como no passado, resultam da exploração do mais-trabalho – ou mais-valia – a do trabalhador. Violência, espancamentos, mortes, discriminação resultam desta relação. Também faz parte

do ideário forjado através dos vários aparelhos ideológicos e repressivos do Estado, notadamente a imprensa e as mídias sociais, uma pauta conservadora dos costumes.

Apesar de argumentarem que é preciso garantir “liberdade”, de fato a verdadeira liberdade inventiva é posta em xeque - afetando o trabalho docente pela imposição de limites à liberdade de cátedra. O que percebemos é uma aposta de setores ultraconservadores de extrema-direita na prevalência de pedagogias autoritárias que objetivam o retrocesso social e visam intimidar a atuação de professores críticos.

O nazismo foi uma forma de governo autoritária, sanguinária e ultraconservadora responsável pela morte de milhares de seres humanos. Os seus princípios de superioridade racial, homofobia, machismo e discriminação generalizada pareciam ter sido superados com o final da Segunda Grande Guerra Mundial. Entretanto, vivemos hoje no limiar de um período complexo, centrado no ódio e na discriminação. É uma conjuntura que nos inquieta, por isso buscamos respostas há alguns anos, tal como demonstraremos com a recuperação, no decorrer deste livro, de partes de nossos estudos referentes às crises cíclicas do capitalismo, tendo como referência o conceito de crise em Marx, desembocando na crise imobiliária de 2008 e da zona do euro em 2010. Trabalhamos o pressuposto de que as crises cíclicas de âmbito econômico e social acirram os conflitos, constituindo-se na semente do totalitarismo. A incapacidade do modo de produção capitalista em estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo materializa o fenômeno do *ovo da serpente* que assola de tempos em tempos a sociedade.

A crítica e interpretação desse processo nos coloca grandes desafios teóricos, sintetizados em algumas questões para reflexão: Qual a origem histórica do que denominamos como novo nazifascismo? Tem as mesmas características do Nazismo do passado? ou é uma nova forma de populismo? Quais forças estão em disputa? Quem são os verdadeiros atores em conflito? O que a luta pelo fim do comunismo e das teorias de emancipação da sociedade têm a ver com a crítica à democracia e à República? Por que o ódio aos imigrantes? Estas e outras perguntas são colocadas nas primeiras décadas do século XXI, desafiando a análise crítica e a busca pelo que fazer e como fazer para acelerar a transição.

Colocar o olhar no retrovisor, fazendo um mergulho no passado, será o caminho de como iremos recuperar a história, buscando desvelar as contradições herdadas do passado e presentes na contemporaneidade. O ódio racial, a intolerância, a violência e o desespero são fenômenos humanos e não sobrenaturais, pois a humanidade constrói a sua história, não segundo sua livre vontade, não sob condições de sua escolha, mas sob aquelas com as quais herdaram¹. E, do mesmo modo que os homens fazem a sua história, também constroem as alternativas para a sua superação.

Iniciamos nossas reflexões tendo como referência a primeira grande crise econômica, política e social eclodida por volta de 1870, agravada na primeira década do século XX e que foi responsável pela eclosão da Primeira Grande Guerra

¹ Marx, K. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Escrita entre 1851 e 1852. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>. A referência está no Capítulo 1.

Mundial. A opção por este recorte histórico não se deu ao acaso. No ano de 2016, Lucena fez a tradução, do inglês para o português, do livro de John Dewey, intitulado "*Characters And Events: Popular Essays In Social And Political Philosophy*" em *New York*, em 1929². Ele foi publicado originalmente como artigo científico nas revistas *The Atlantic Monthly*, *The Dial* e *The New Republic*³ nos Estados Unidos entre os anos de 1916 e 1922. O trabalho retrata a preocupação de John Dewey com os desdobramentos futuros do Tratado de Versalhes, tendo em vista a história germânica centrada no princípio da honra pela guerra. Em seu entender, a humilhação imposta à Alemanha com o pagamento de indenizações milionárias à França e à Inglaterra, a redução do acesso às matérias-primas e mercados consumidores, despertou o desejo de revanche dos alemães. Essa previsão de Dewey, um atento analista da conjuntura, se concretizou com o processo de construção gradativa do Nazismo e a eclosão da Segunda Grande Guerra Mundial.

O entendimento do processo de reconstrução da Alemanha, após o final da Primeira Grande Guerra Mundial, e a ascensão do Nazismo são fundamentais para a análise do objeto em estudo. Foi um processo que não se deu ao acaso, mas que foi se consolidando gradativamente, em acontecimentos específicos e cuja recuperação é fundamental para o entendimento das condições históricas de sua emergência. Além do estudo da

² John Dewey. *Personagens e Eventos: ensaios populares em Filosofia Política e Social*. Publicado pela Editora Navegando Publicações, no ano de 2016. O endereço para o acesso é: <https://www.editoranavegando.com/impressoes-alemanha-e-japao>

³ Revista *New Republic*, originária dos Estados Unidos, que publicavam os grandes expoentes do pensamento liberal no início do século XX.

base material desse processo – as crises e transformações econômicas, sociais e políticas – também é preciso atentar que foi um processo cimentado ideologicamente, tanto pelo nacionalismo quanto pelo ressurgimento de várias formas de misticismo e ocultismo – na onda dos vários movimentos irracionais tornados manifestos com a crise. O nacionalismo é uma decorrência dos vários mitos criados para “explicar” que, de várias etnias, surgiram as várias Nações. Também é preciso sublinhar que o nacionalismo não foi somente um movimento social e político, mas que se fundamenta na linguagem e nos símbolos religiosos, do qual originalmente o nacional-socialismo — e hoje a efervescência de movimentos nazistas – constituem exemplo acabado da mescla entre nação e religião na cultura política alemã⁴.

Em meio a este amplo processo, as alianças entre frações conservadoras das classes fundamentais da formação social alemã foram construídas. Entre elas, merece destaque as ocorridas para a organização do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei, NSDAP), setores rurais e frações da classe média ressentidas com os resultados e desdobramentos do final da Primeira Grande Guerra Mundial. O aumento da miséria e o empobrecimento de parte significativa da população colocaram-nas em posição fragilizada, sendo alvos fáceis de manipulação de líderes nacionalistas e populistas.

Apoiado na ideologia de uma raça pura, a criminalização de judeus, ciganos, maçons, comunistas e homossexuais foi amplamente utilizada como estratégia de cooptação de milhares

⁴ Sobre a mescla entre nação e religião, ler o artigo de Haupt, H.-G. (2008). Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas.

de cidadãos, unidos em torno da superioridade da raça ariana. Como previu Dewey, o princípio da guerra total foi usado como fagulha para a ascensão do nazismo alemão e a legitimação dos seus líderes. Como consequência, a morte de milhões de seres humanos nos campos de concentração foi a expressão do genocídio nazista, praticado em solo alemão. O processo de banalização do mal, tão bem demonstrado por Hannah Arendt (1999), naturalizou essas mortes.

A Segunda Grande Guerra Mundial teve um final trágico para as nações do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – com a derrota da Alemanha e a queda dos regimes nazifascistas em todo o planeta. Acreditava-se que a derrota e os acordos pós-guerra seriam suficientes para sepultar esta ideologia e a forma autoritária de Estado que defendia. Contudo, o que se verificou foi exatamente o contrário. A história caminhou e as crises cíclicas se acirraram, tal qual previam os pensadores marxistas, desembocando em nova crise estrutural ao final da primeira década do Século XXI. O *Welfare State*, construído após o final da Segunda Grande Guerra Mundial e, com ele, a ampliação dos consumidores de mercadorias, entrou em crise. As conquistas sociais dos trabalhadores e da classe média, agravadas pela redução do poder de compra, colocaram em xeque a pretensa superioridade do capitalismo no mundo.

Buscaremos evidenciar que as crises cíclicas foram agravadas pelos sucessivos gastos com armamentos e intervenções do centro do capitalismo sobre a periferia, acirrando os conflitos e contradições. As guerras tornaram-se uma constante para a alegria dos negociantes de armas no mercado capitalista. O desemprego se alastrou pelo planeta, constituindo um fenômeno

de aproximadamente quarenta anos de crises sucessivas de curta duração.

Neste contexto, merece destaque a crise do *Welfare State* nos anos 70 e 80 do século XX, as várias e sucessivas crises que desembocaram na crise imobiliária de 2008 e da zona do Euro em 2010, com o consequente empobrecimento de parcela significativa da população. O *ovo da serpente* novamente estava sendo chocado e, com ele, ressurgiram todos os fundamentos da nova onda nazifascista.

Na onda do ressurgimento nazifascista, os comunistas, os socialistas, os liberais, os homossexuais, as feministas, os sindicalistas, os negros e os imigrantes foram eleitos como os novos vilões do século XXI. O tradicionalismo alemão, ideologicamente inerente à glória da raça ariana – herdada dos povos bárbaros – foi retomado, tendo como referência os princípios morais e cívicos característicos das décadas de 1940 e 1950, período que Eric Hobsbawm (1998) denominou como os anos de ouro do capitalismo⁵. O resultado dessa nova onda vem acompanhado da elaboração de uma severa crítica à Democracia e à República. O lema da guerra total, claramente referenciado no nazismo, foi retomado e o fantasma do nazismo passou novamente a rondar o mundo, afetando tanto o centro como a periferia do capitalismo.

Esse contexto de novo nazifascismo configurou-se de modo emblemático com a eleição de Donald Trump, em 2016, e, particularmente, com sua nova eleição em 2024. Difícil não reconhecer a relação de Donald Trump e o ressurgimento do

⁵ Eric Hobsbawm. A era dos extremos: o breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

nazifascismo, pois sua retórica e suas políticas contribuem para a normalização de ideias racistas e nacionalistas, bem como para a ascensão de grupos extremistas.

Nessa nova onda nazifascista, os avanços da ciência e o domínio do conteúdo filosófico, científico e artístico, produzidos historicamente pela humanidade, são desconstruídos e as escolas de currículo crítico combatidas, sob o argumento de que são conteudistas e teóricas, não formando para a prática. Vivemos tempos em que os estabelecimentos de ensino se transformaram em alvos fáceis para a disseminação do ódio e da violência de raça e de gênero. Professores, alunos e funcionários passam crescentemente a conviver em escolas permeadas pelo medo, a intimidação e a insegurança, com a emergência de novos tipos de campo de concentração, do século XXI regidos pela intolerância e pelo genocídio. Caso não sejam tomadas providências urgentes, o colapso da escola e da profissão de professor já têm sido anunciados, comprometendo, sobremaneira, a formação intelectual das futuras gerações.

Este é o caminho analítico que percorremos, aprofundando as questões que aqui apresentamos de forma introdutória. A volta ideológica e política do nazismo e do fascismo – um novo nazifascismo? – constitui-se em um grande desafio teórico analítico que, com certeza, instrumentalizará todas as forças progressistas comprometidas na luta contra o *ovo da serpente*.

Carlos Lucena & José Claudinei Lombardi

Inverno de 2025

Parte 1

As crises cíclicas do capitalismo e o
surgimento do nazismo

I

As crises cíclicas do modo de produção capitalista

A análise sobre o novo nazifascismo passa pelo desvelamento dos processos de crises cíclicas inerentes à breve história do capitalismo. Esse debate não é novo. As sucessivas transformações do capitalismo, resultantes do desenvolvimento das forças produtivas, notadamente do avanço da maquinaria e da grande indústria, provocam conflitos de tempos em tempos que não podem ser desconsiderados. O capitalismo, enquanto um modo de produção que expressa contradições inconciliáveis, é alvo de embates que apontam a sua ruptura ou continuidade, limites ou possibilidades, entre outras questões⁶.

Mészáros aponta que o capitalismo é baseado em contradições que se materializam no antagonismo inconciliável entre o capital e o trabalho e que se manifestam nas relações entre a produção e o controle; produção e consumo; produção e circulação; competição e monopólio; desenvolvimento e subdesenvolvimento; produção e destruição; domínio e dependência do trabalho vivo; produção e negação do tempo livre; autoritarismo e consenso nas tomadas de decisões; emprego e desem-

⁶ Esta parte foi publicada originalmente como capítulo de livro intitulado como Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores, no livro organizado por Lombardi, J. C.; Saviani Dermeval (orgs). Marxismo e Educação: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2005

prego; economia e desperdício de recursos humanos e materiais; crescimento da produção e destruição ambiental; regulação econômica e política de extração de mais-valia, etc.⁷.

Relacionada dialeticamente às contradições acima apontadas, existem também as que se manifestam no âmbito do trabalho e da ciência. A ciência, um desdobramento da razão iluminista, materializa uma contradição voltada ao processo vital de milhares de seres humanos. A ciência busca o sentido da vida e propicia as condições da morte. Isso se verifica nos próprios desdobramentos das mediações dialéticas que as crises cíclicas manifestam nas relações sociais do mundo capitalista. A ampliação das guerras e da violência, as revoltas contra a fome e o desespero, colocam limites à atuação das instituições sociais e políticas, mesmo utilizando um poder policial internacional⁸.

Como síntese das múltiplas determinações produzidas pelas contradições assinaladas, verifica-se a emergência das crises cíclicas do capital. Sua discussão é complexa e permeia diferentes áreas do conhecimento, contemplando dimensões econômicas, políticas, sociais e ideológicas. Os seus desdobramentos afetam a sociedade na totalidade, atingindo todas as classes sociais, bem como as frações das classes fundamentais da sociedade, ainda que diferenciadamente. A riqueza acumulada num polo se amplia, ao mesmo tempo, em aumenta vertiginosamente a miséria, no polo social oposto.

⁷ István Mészáros. O século XX: Socialismo ou barbárie? Trad. Paulo Cezar Castanheira. Boitempo Editorial, São Paulo, 2003, p. 19-20.

⁸ Robert Kurz. O colapso da modernização, Trad. Karen Elsabe Barbosa, Paz e Terra, 1992, p.186-187.

As crises cíclicas possuem características que se expressam na superprodução de mercadorias e nas formas metabólicas reprodutivas do capital em sua forma mundializada.

No âmbito das crises de superprodução, Marx se propôs a analisar a construção das crises, tomando como referência a superprodução de mercadorias e a lei da tendência decrescente da taxa de lucro. O ponto de partida de Marx foi a produção capitalista. Para isso, dedicou-se a problematizar o modo de produção capitalista e suas mediações dialéticas entre as relações de produção e a circulação de mercadorias. A compreensão dessa contradição era fundamental para o entendimento da gênese das crises do capitalismo.

Quando Marx debateu o conceito de crise de superprodução, partiu do princípio de que o capitalismo teria uma tendência em aumentar a produção em larga escala, desencadeando um processo de desequilíbrio entre a produção e o consumo. As massas possuem uma tendência em encontrar dificuldades para o acesso às mercadorias, ocasionando desajustes no sistema. A crise de superprodução corresponde ao processo em que o desenvolvimento das forças produtivas supera as necessidades de valorização do capital. Essa crise só é superada quando se desenvolve uma dupla estratégia do capital. Um processo de destruição forçada da massa das forças produtivas, acompanhadas pelo aumento da exploração dos antigos mercados e pela conquista de novos mercados, restabelecendo com isso as condições de valorização do capital.

Com referência à conquista de novos mercados, verifica-se um processo histórico que aponta a tendência à internacionalização do capital. Marx afirma em *China: fóssil vivente*, o

transmissor revolucionário? que desde o começo do século XVIII todas as grandes transformações sociais e revoluções desenvolvidas na Europa ocorreram antecipadas por crises comerciais e financeiras que se consolidaram a partir de causas supranacionais. Dialogando com a lei do contato dos extremos apontada por Hegel, Marx afirma que o modo de produção capitalista possibilita que locais distantes no planeta se relacionem, toquem-se e se liguem. Com efeito, o mercado britânico é influenciado pelo chinês e ambos podem ser influenciados por uma crise na Índia⁹.

Marx afirma que o capital possui uma tendência a consolidar o desenvolvimento total das forças produtivas. A consolidação desse processo coloca ao próprio capital a necessidade de ultrapassar constantemente os limites criados por ele mesmo.¹⁰ Ainda com referência à necessidade de ampliação constante do capital, Marx discute, no volume I dos *Grundrisse*, que o capital é uma contradição viva, ao determinar ao trabalho e à criação de valores que se constrói a partir dele uma barreira que contradiz sua tendência constante de ampliação¹¹.

Essa tendência à superprodução e à negação do trabalho apontada por Marx apresenta contradições relativas à produção que aparecem, resolvem-se e retornam nas crises, por serem ligadas dialeticamente à produção. O aumento absoluto das forças produtivas proporciona que a expansão do capital ultrapasse sua concretização como valor-capital. A característica do capital de produzir, sem ter o total controle dos limites do

⁹ Alex Fiúza de Mello. Capitalismo e mundialização em Marx. Editora Perspectiva, 2000, p.110-114

¹⁰ K. Marx. El Capital – crítica de la economía política. Fondo de Cultura Económica, 1966, p.248.

¹¹ K. Marx. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Grundrisse. Siglo XXI Argentina Editores, 1973, p.375.

mercado, aponta a consolidação do processo de superprodução de mercadorias¹².

Assim, se o capital contém uma tendência recorrente a se abstrair das determinações de sua valorização, é através das crises que essas determinações se impõem, violentamente, ao capital. As crises, portanto, do mesmo modo que explicitam como o capital ultrapassa [...] os limites dentro dos quais se deve mover a conservação e valorização do valor-capital”, repõem, através da desvalorização geral, as condições para a produção voltar a transcorrer no interior desses mesmos limites (Mazzucchelli, 1983, p.16).

A análise da constituição de uma crise no capitalismo através da superprodução de mercadorias ganha maior complexidade quando relacionada à discussão da tendência histórica de redução das taxas de lucro na reprodução do capital. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro é fundamental para a elaboração da concepção marxista das crises.

Marx problematiza no Livro III de “O Capital” que a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior for o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. Esse processo se consolida em virtude da existência do excedente de capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução das possibilidades

¹² Frederico Mazzucchelli. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. Unicamp, 1983, p.16-23

de investimento que proporcionem uma rentabilidade adequada. Com efeito, desenvolve-se uma redução contínua do investimento produtivo, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaure-se, como desdobramento desse movimento no âmbito da circulação das mercadorias, uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo, fazendo com que o capital reduza a produção, determinando a paralisação e a depressão dos mercados.

Como a produção capitalista subordina o valor de uso ao valor de troca, a economia somente se reativará quando ocorrer os seguintes fatores: a paralisação e depressão dos mercados gerarem salários reduzidos; quando ocorrer a desvalorização do capital fixo em virtude das falências de várias empresas; quando o Estado intervier ou quando ocorrer um acontecimento inesperado, como uma guerra, que eleve a produção capitalista¹³.

Marx afirma que se desenvolve uma redução da taxa média de lucro porque o resultado do processo de acumulação do capital é determinado pelo aumento da composição orgânica do capital, entendida como a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo. A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto provoca uma tendência ao decréscimo da taxa de lucro, uma vez que o trabalho morto somente transmite à mercadoria a mesma quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Mesmo com o crescimento da mais-valia obtida no capitalismo, a relação entre o investimento e a mais-valia obtida

¹³ Manuel Castells. A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p.26

será cada vez menos favorável ao detentor dos meios de produção. Em virtude de as taxas de lucro dependerem da taxa de mais-valia, elas tendem a cair a longo prazo.

As crises do capitalismo são analisadas em uma dimensão da totalidade das contradições do modo de produção capitalista. Saviani (2016) analisa a dimensão das crises do capitalismo, demonstrando que elas representam o crescimento das contradições que mantêm o próprio modo de produção capitalista. Os seus desdobramentos nem sempre ameaçam a existência deste modo de produção, em virtude das formas de proteção construídas para resguardar o sistema metabólico reprodutivo do capital na totalidade.

Assim, “nos Estados Unidos da América, por exemplo, embora tenham ocorrido 35 ciclos econômicos e crises nos 150 anos decorridos de 1834 até o presente (1984), somente duas – a Grande Depressão de 1873-1893 e a Grande Depressão de 1929-1941 – podem ser classificadas como crises gerais” (Anwar Shaikh. In: Dicionário do Pensamento Marxista, p. 85). Embora essas crises gerais, pelo caráter mundializado do capitalismo, tenham afetado também os demais países, de modo especial no caso da segunda quando os Estados Unidos já haviam se convertido em potência mundial hegemônica, não chegara, contudo, a se converter plenamente em crise estrutural (Saviani, 2016, p. 32).

Para Saviani (2016), as crises são entendidas opostamente quando submetidas às lutas de classes. A burguesia as compreende como desarranjos e disfunções temporárias, cuja superação passa por reformas que não fogem ao âmbito da

reprodução do capital. Os trabalhadores, por sua vez, entendem as crises conjunturais como expressões das contradições manifestas na estrutura do modo de produção capitalista. Esta interpretação permite a construção de estratégias que se apropriem da conjuntura para alterar a correlação de forças com a burguesia.

Nesse contexto, compreendemos a expectativa de Marx e Engels de um avanço da revolução proletária nas lutas de 1848–1850 na França. Ver prefácio de Engels de 1895, in: Obras escolhidas, p. 98–99: a transformação da revolução da minoria em revolução da maioria sob a liderança do proletariado parecia viável no processo das lutas entre 1848 e 1850. No entanto, “a história nos desmentiu, bem como a todos que pensavam de maneira análoga. Ela demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista” (Saviani, 2016, p. 33).

Interpretando as análises de Marx sobre as crises cíclicas do capital, Saviani (2016, 33) analisa uma carta escrita por Marx para Engels em dezembro de 1857, “Trabalho como louco pelas noites afora na reunião dos meus estudos econômicos, para pôr a claro, pelo menos, os traçados fundamentais, antes do dilúvio”. Esta passagem demonstra a preocupação e pressa que Marx tinha em disponibilizar uma arma teórica aos trabalhadores que permitisse interpretar a complexidade das formas reprodutivas do capital e contra elas se contraporem. Em outra carta, escrita a Engels em 08 de outubro de 1858, Marx afirma que:

[...] a verdadeira missão da sociedade burguesa é criar o mercado mundial, pelo menos em suas grandes linhas, assim como uma produção condicionada pelo mercado mundial. Como a terra é redonda, essa missão parece acabar com a colonização da Califórnia e da Austrália, assim como a abertura do Japão e da China. Para nós, a questão difícil é esta: sobre o continente europeu, a revolução é iminente e ela toma um caráter socialista, mas não será ela abafada nesse pequeno canto, já que, sobre um terreno muito mais vasto, o movimento da sociedade burguesa é ainda ascendente? (Marx in: Saviani, 2016, p. 33).

A interpretação da dinâmica dos complexos processos de constituição das crises cíclicas do capital implica um esforço teórico que recupere a sua dinâmica e totalidade. Tomamos o conceito de *crise* em seu sentido etimológico¹⁴, adequando para o uso que os marxistas dele fazem, referindo-se aos processos e períodos de desequilíbrio e conflito, no âmbito econômico, social, político e ideológico (Bottomore, 1988, p. 82). Há autores que trabalham com o entendimento de que há uma *teoria das crises* em Marx; outros falam em *teorias da crise* (no plural)¹⁵.

Para Marx, a *crise* é entendida como o colapso dos princípios básicos que regem o funcionamento de uma determinada

¹⁴ Lat. crise Gr. Kρίssis. Alteração, desequilíbrio repentino; estado de dúvida e incerteza; tensão, conflito (Cunha, 1986, p. 228). Manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio; Fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das ideias; Tensão, conflito; Transição entre uma época de prosperidade e outra de transição; situação de um governo que encontra dificuldades muito graves em se manter no poder; Situação grave nos acontecimentos da vida social, etc. (Ferreira, [s.d.], p. 402).

¹⁵ Esta parte foi publicada originalmente com o título Crise Capitalista: breves apontamentos. In: Revista Germinal: marxismo e educação em debate. Londrina, v1, n.2. p.27 a 47, jan. 2010. Esse mesmo conteúdo, ampliado e articulado à educação, pode ser buscado em Lombardi (2016), nos vários capítulos da coletânea *Crise Capitalista e Educação Brasileira*.

formação social ou de um determinado modo de produção, fazendo-se geralmente a distinção entre as *crises gerais* e as *parciais* (Marx, 1996, Tomo 2, p. 174). As *crises parciais* ou *conjunturais*, são características dos ciclos de desenvolvimento econômico, expressam depressões e colapsos mais ou menos profundos, mas que necessariamente não promovem uma transformação profunda, estrutural, das relações econômicas e sociais características de um determinado modo de produção (Bottomore, 1988, pp. 83–85 e 85–89). As *crises gerais* se expressam no estrangulamento das relações econômicas, sociais e políticas, notadamente no esgotamento de um determinado padrão de acumulação. É nesse sentido que os estudiosos dos ciclos econômicos apontam para dezenas de crises conjunturais e algumas poucas e profundas crises estruturais, como sintetiza Bottomore:

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, embora tenham ocorrido 35 ciclos econômicos e crises nos 150 anos decorridos de 1834 [...] [no período de 1834 a 1984], somente duas – a Grande Depressão de 1873-1893 e a Grande Depressão de 1929-1941 – podem ser classificadas como crises gerais [...] (Bottomore, 1988, pp. 83-85 e 85-89).

A teorização marxiana das crises decorre da análise das contradições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, particularmente da tendência geral do desenvolvimento econômico, resultante do uso intensivo de capital e da incorporação das ciências aos processos produtivos. Esse pro-

cesso é acompanhado de uma maior e mais crescente concentração e centralização de matérias-primas, meios de produção e capitais. Tratando sobre a maquinaria e a grande indústria, no livro primeiro d'*O Capital*, Marx foi enfático em afirmar que o contínuo desenvolvimento inevitavelmente produzia ciclos – de produção febril, saturação e estagnação – ou períodos de prosperidade, superprodução, crise e estagnação – demarcados por crises intensas e mais ou menos profundas.

[...] A enorme capacidade de expansão, aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção fabril e consequente saturação dos mercados, cuja contração provoca estagnação. A vida da indústria se transforma numa sequência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. A insegurança e a instabilidade a que a produção mecanizada submete a ocupação e, com isso, a situação de vida dos trabalhadores tornam-se normais com essas oscilações periódicas do ciclo industrial [...] (Marx, 1996, Tomo 2, p. 83).

Marx analisa essa tendência a partir da crise algodoeira ocorrida na guerra civil americana. Estava preocupado, particularmente, com os seus efeitos sobre a classe trabalhadora, mas também em delinear as transformações gerais que resultava para a economia, como a concentração da produção, o desenvolvimento tecnológico que ampliava a produção, a diminuição do número de trabalhadores, a redução salarial e a ampliação da miserabilidade e opressão dos trabalhadores. A passagem que segue é elucidativa:

De 1861 a 1868, desapareceram, portanto, 338 fábricas de algodão; ou seja, maquinaria mais produtiva e mais potente se concentrou nas mãos de menos capitalistas. O número de teares a vapor diminuiu em 20 663; mas seu produto, ao mesmo tempo, aumentou de modo que um tear aperfeiçoado produzia agora mais do que um antigo. Finalmente, o número de fusos cresceu de 1.612.547, enquanto o número de trabalhadores empregados diminuiu de 50.505. A miséria “temporária” com que a crise algodoeira oprimiu os trabalhadores foi, portanto, intensificada e consolada pelo progresso rápido e permanente da maquinaria [...] (Marx, 1996, Tomo 2, p. 66).

Tais quais as tenebrosas cenas que a mídia nos, propícia hoje, tanto visual quanto descritivamente, com massas miseráveis e famintas em vários continentes e países, notadamente na África, Marx transcreveu em *O Capital* matéria de um jornal londrino sobre os efeitos da crise de 1866 sobre a população trabalhadora da periferia da capital inglesa:

Um espetáculo terrível se desenrolou ontem numa parte da metrópole. Embora os milhares de desempregados da parte leste da cidade não tivessem, com suas bandeiras pretas, marchado em massa, a torrente humana era assaz imponente. Rememoramos o que sofre essa população. Ela morre de fome. Esse é o fato simples e terrível. Há 40 mil deles. [...] Em nossa presença, num bairro dessa maravilhosa metrópole, bem ao lado da mais imensa acumulação de riqueza que o mundo já viu – bem junto a ela estão 40 mil pessoas sem auxílio, morrendo de fome! Esses milhares irrompem agora em outros bairros; meio mortos de fome em todas as épocas, eles gritam sua miséria em nossos ouvidos, clamam aos céus, falam-nos de suas habitações atingidas pela miséria, dizem que lhes é

impossível achar trabalho e que é inútil solicitar esmolas. Os contribuintes locais do imposto para os pobres estão sendo, eles mesmos, arrastados pelos encargos paroquiais para a beira do pauperismo (Standard, 5 de abril de 1867, Apud Marx, 1996, p. 300).

Como hoje, também nesse período histórico, o Estado rapidamente injetou recursos públicos para a estabilização da economia, cobrindo os prejuízos do capital e criando as condições necessárias à lucratividade, sobrando aos pagadores de impostos, geralmente os trabalhadores, saldarem o rombo financeiro do Estado. crash). Com a emergência da bancocracia, o capital financeiro foi se tornando hegemônico sobre os demais, impondo sua lógica de acumulação. Por mais contraditório que pareça, as crises parciais e gerais se tornaram grandes instrumentos de acumulação financeira, graças à ação dos mecanismos de transferência de recursos do Estado para a recuperação econômica de empresas e, até mesmo, setores inteiros da economia. No centro desses mecanismos estavam os grandes bancos nacionais que:

[...] Desde seu nascimento, eram decorados com títulos nacionais, eram somente sociedades de especuladores privados, que se colocavam ao lado dos governos e, graças aos privilégios recebidos, estavam em condições de adiantar-lhes dinheiro. Por isso, a acumulação da dívida do Estado não tem medidor mais infalível que a alta sucessiva das ações desses bancos [...] (Marx, 1996, Tomo 2, p. 374).

Criou-se com isso um círculo vicioso: a cada crise, amplia-se a dívida do Estado; para saldá-la, é preciso ampliar as

receitas do Estado, o que é realizado através do aumento de impostos que, no regime fiscal moderno, conduz à super tributação, transformada em princípio econômico do Estado moderno:

Como a dívida do Estado se respalda nas receitas do Estado, que precisam cobrir os juros e demais pagamentos anuais, o moderno sistema tributário tornou-se um complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias, sem que o contribuinte o sinta imediatamente, mas exigem, ainda assim, como consequência, elevação de impostos. [...] O regime fiscal moderno, cujo eixo é constituído pelos impostos sobre os meios de subsistência mais necessários (portanto, encarecendo-os), traz em si o germe da progressão automática. A super tributação não é um incidente, porém muito mais um princípio [...] (Marx, 1996, Tomo 2, p. 375).

A primazia que damos à análise da crise estrutural não quer dizer que não consideramos importante a crise conjuntural, quer seja, do amplo conjunto das relações econômicas, sociais e políticas mundiais, quer seja, a compreensão das relações em determinada formação social. A conjuntura mundial foi abordada por Marx em *O Capital* e a análise de conjunturas históricas determinadas, nacional ou local, sempre entendidas como “síntese de múltiplas determinações”, Marx elaborou no *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* ou em *A guerra na França*, por exemplo. Etimologicamente, a palavra vem sendo usada desde o latim medieval – conjuntura – para designar a afluência de determinados acontecimentos para um mesmo ponto, para uma mesma situação, e deriva do latim conjunctus (conjunto =

unido, ligado).

Seguindo a abordagem de Marx em suas obras conjunturais, produzidas ainda no calor dos acontecimentos, trata-se de uma análise que busca construir um retrato dinâmico da realidade, diferenciando-se de uma simples descrição de fatos ocorridos em um determinado local e período. O rigor no uso do conceito, fundado em seu sentido etimológico, conduz a que se tome a realidade – quer seja mundial, nacional ou local – como uma totalidade que é multifacetada, não sendo, pois, fácil a sua apreensão à primeira vista.

A análise de conjuntura requer do analista a compreensão das inter-relações das partes que formam uma totalidade como conjunto de múltiplas determinações. Sendo a realidade social multifacetada, é possível olhá-la sob prismas diferenciados. Numa sociedade dividida em classes, com grupos econômicos, sociais e políticos e suas frações demarcadas, as classes que possuem interesses antagônicos no processo produtivo, também têm pontos de vista diferentes sobre a sociedade, a cultura, o Estado, a política, etc. O ponto de vista das diferentes classes, entretanto, não muda o próprio real (objetivamente dado e apreendido pelo sujeito), mas leva a análises teóricas diferentes, fundadas em concepções de mundo e de conhecimento também diferentes, conduzindo a várias alternativas de ação e a projetos diferenciados de intervenção social. Mas isto não significa que existem várias realidades, mas várias alternativas de ação frente a uma realidade historicamente determinada (Alves, 2008).

Como toda elaboração filosófica, científica ou artística, a análise de conjuntura não é uma produção neutra, tomada independentemente de um posicionamento político, pois a própria escolha da teoria, das categorias e conceitos e das variáveis de análise já pressupõe uma escolha diante da realidade. Apesar desse pressuposto fundante da concepção materialista dialética da história, não se pode tomar a análise de conjuntura como fundada em uma visão fragmentada e unilateral; ao contrário, deve dialeticamente buscar a integração dos pontos de vista complementares e contraditórios do todo.

Isso exige retomar a articulação entre estrutural e conjuntural. Como o conceito de conjuntura designa pensar a sociedade em seu conjunto, no qual as partes se articulam com o todo e o todo com as partes. O conceito de estrutura, por sua vez, seguindo sua etimologia do latim “structura”, que significava acomodar pilhas, empilhar, designa um todo constituído de partes distintas, mas como partes organizadas que se relacionam. Teoricamente, o conceito de estrutura pressupõe que as partes da totalidade estão organizadas e se relacionam de um modo determinado, inclusive com suas contradições.

Não há diferenças profundas entre uma análise conjuntural e uma análise estrutural (Alves, 2008). A conjuntura diz respeito a uma realidade em sua contemporaneidade e a ciclos de curto prazo da economia, da sociedade, da cultura e da política; a análise estrutural funda-se no entendimento dos ciclos de longo prazo. “Uma mudança estrutural geralmente requer várias mudanças conjunturais, enquanto estas últimas podem ocorrer sobre a mesma base estrutural” (Alves, 2008, p. 2). Uma mu-

dança conjuntural pode ocorrer rapidamente e para a qual confluem fatores econômicos, sociais, políticos e até ideológicos, qualquer deles assumindo o papel de fator dominante; as transformações estruturais, porém, só ocorrem em momentos revolucionários, sendo determinadas em última instância por mudanças econômicas no modo como os homens produzem a sua existência.

Essas reflexões, longe de esgotar a discussão sobre o tema, apontam que o debate sobre as crises está presente em todas as fases do capitalismo. A crise atua como um processo intrínseco à lógica de produção de mercadorias, apontando que o apogeu econômico e social anuncia a catástrofe e vice-versa.

Estes fundamentos são essenciais para a análise das transformações da sociedade capitalista, visto que os seus impactos não se reduzem a meras abstrações econômicas. Este complexo processo demonstrado impacta o jeito de viver de milhares de seres humanos, divididos em interesses antagônicos das classes sociais fundamentais. Guerras regionais e mundiais, formas de governo e luta hegemônica pelo poder são expressões dos seus desdobramentos.

Com esse entendimento, a Primeira Grande Guerra Mundial foi o resultado dos desdobramentos e contradições resultantes das crises cíclicas do capitalismo expressas no final do século XIX e início do XX, resultantes dos impactos das fases primitivas de acumulação do capital. A busca por acesso às matérias-primas e mercados consumidores expressos pela constituição do capitalismo em sua fase monopólica levou a Europa a uma primeira guerra em escala mundial da história.

O resultante deste conflito foi a constituição do *ovo da serpente*, tal qual demonstraremos nas partes subsequentes deste livro.

II

Da Primeira Grande Crise à Primeira Grande Guerra Mundial

A análise da origem do novo nazifascismo passa pela interpretação da ascensão do nazismo alemão através da recuperação dos principais desdobramentos do final da Primeira Guerra Mundial¹⁶. O Imperialismo e o Tratado de Versalhes são essenciais para a recuperação das contradições deste processo. Esse período decorreu da incidência da Primeira Grande Crise do modo de produção capitalista, manifestada pelo início das violentas crises econômicas cíclicas e seus fortes desdobramentos econômicos, políticos e sociais, tal qual analisamos na parte anterior.

As relações econômicas entre as grandes nações imperiais se acirraram em uma corrida desenfreada pelo controle das matérias-primas e mercados consumidores, condição essencial para a produção de suas indústrias. O imperialismo consolidou grandes trustes internacionais sustentados política e militarmente pelos Estados dos seus países de origem, como analisou Lênin (1987), em seu clássico *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. O acirramento das disputas internacionais implicou no aumento do assédio em suas zonas de influência, determinando desde o endurecimento das relações diplomáticas até

¹⁶ Esta parte foi publicada originalmente na introdução da tradução do livro feita por Carlos Lucena de John Dewey. Personagens e eventos: ensaios populares em filosofia política e social. Uberlândia, Navegando Publicações, 2016.

guerras internacionais para garantir a supremacia econômica de um país sobre outro.

O crescimento incontrolável do potencial produtivo da grande indústria capitalista conviveu com a incapacidade de geração de postos de trabalho compatíveis, levando o mundo a uma crise recessiva generalizada por volta de 1870¹⁷. Era a emergência da primeira crise estrutural capitalista.

Essa crise se instalou em virtude da superprodução de mercadorias voltada para um mercado restrito, pois este não acompanhou a produção de mercadorias e o crescimento do desemprego atingiu diretamente a reprodução do capital. O fenômeno da superprodução mundial ocasionou queda das taxas de lucros, falências, aumento do desemprego, baixa de salários e uma generalizada crise social.

Era o início dos ciclos econômicos e suas fases de produção febril, saturação e estagnação, ou períodos de prosperidade, superprodução, crise e estagnação, fases marcadas por crises mais ou menos profundas, como Marx caracterizou no livro primeiro d' *O Capital*, com o surgimento da concentração e centralização de capital em grandes empresas e no mercado de ações, com "o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia" (MARX, 1982, p. 734 e p. 873). Foi nessas condições que o capital financeiro se formou, decorrência da fusão do capital bancário com o industrial, tornando-se hegemônico sobre os demais. Desde então, as crises se transformaram em importante instrumento de acumulação financeira, pela transferência de recursos do Estado, através dos bancos nacionais, para a recuperação econô-

¹⁷ Eric J. Hobsbawm. A era do capital: 1848 – 1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. p. 60-77.

mica de empresas e monopólios, num colossal processo de concentração e centralização de capital, de forças produtivas, de meios de produção, de fontes de matéria-prima e de riquezas nas mãos de poucos capitalistas (Idem, p. 880–882).

Como assinalado, a Primeira Grande Crise, foi de Superprodução, sendo também chamada de Grande Depressão, ocorrida entre 1873 e 1896, resultado do descompasso entre a superprodução de bens manufaturados e a redução do poder aquisitivo dos trabalhadores, com o achatamento salarial, levando à redução no consumo. A quebra de empresas levou à concentração de capitais, à formação de poderosos cartéis, trustes e sociedades anônimas, à ascensão das grandes indústrias e monopólios que, controlando as fontes de matérias-primas, a produção e o mercado internacional, tornaram viável o aumento da produção industrial e a industrialização pelo mundo. Em consequência, a acumulação possibilitou o enriquecimento de poucos capitalistas industriais e o empobrecimento da classe trabalhadora¹⁸.

A Grande Depressão colocou em xeque a eficiência do liberalismo econômico e seus pressupostos quanto à regulação de toda a sociedade pelas forças do mercado. Seus princípios filosóficos, contudo, não foram abandonados em virtude da juventude dessa concepção de pensamento e de seus embates “revolucionários” em torno da negação dos resquícios religiosos e feudais ainda existentes.

¹⁸ As características das crises estruturais reproduzem o conteúdo do capítulo de Lombardi (2024) - intitulado *Modo de Produção Capitalista: Crise, Barbárie e Transição* - publicado na coletânea *Ciência, educação e lutas de classes: desafios e perspectivas de resistência*, organizada por BERTONI et al (2024).

O liberalismo filosófico assumiu o “charme” das concepções progressistas burguesas, atuando como contraponto ao crescimento do socialismo na Europa. Por um lado, não atentou à ruptura da revolução burguesa europeia. Por outro lado, conquistou as mentes e os corações de parcelas dos intelectuais e seus seguidores sobre a predominância de um modelo de sociedade consumidora de mercadorias, movida pelo princípio da individualidade como caminho para a liberdade. Nesse momento, porém, a liberdade burguesa passou a ser uma ação similar à de libertar um preso que, ao sair da cela, é impedido de sair da cadeia.

2.1. A reorganização econômica pós-Primeira Crise Estrutural

Buscando saídas para a crise, ocorreu um amplo processo de desenvolvimento das forças produtivas e de reestruturação da produção no mundo capitalista, seguido da monopolização, na centralização de capitais, formação de cartéis, trusts, consórcios de capitais, sociedades anônimas, etc. Um rígido processo de controle dos mercados e acesso às matérias-primas acompanhou um movimento internacional marcado pela aliança entre os Estados Nacionais e o capital produtivo para financiar a formação de uma estrutura político-administrativa que viabilizasse um modelo de sociedade consumidora de mercadorias em larga escala.

Os monopólios formados por grupos associados para contornar a crise ganharam força. A união entre os capitais industriais e bancários fomentou o poder do capital financeiro,

cuja fusão com os Estados Nacionais marcou o surgimento dos monopólios e do imperialismo. A ascensão do imperialismo representou um profundo revolucionar das relações entre as grandes potências e os países periféricos. Marcou a maturação de um tipo de relação opressiva, fruto do desenvolvimento dos grandes monopólios e das estratégias de controle econômico, político, social e cultural. O monopolismo elevou a opressão e a dependência do centro sobre a periferia.

A partilha do mundo comandada pelas nações industrializadas e de industrialização tardia, tais quais como o Japão e a Alemanha, no século XIX, parte da África, a Ásia e o sul do Pacífico tornaram-se referências para o domínio econômico. A Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, Alemanha, entre outras nações, agiram em uma ampla redefinição do planeta, objetivando o controle de mercados e das fontes de matérias-primas¹⁹. O final do século XIX e início do XX marcaram a divisão da maior parte do planeta entre as potências imperialistas.

Por volta de 1914, a África pertencia aos impérios europeus, à exceção da Etiópia, que conseguiu resistir à Itália, o mais fraco dos Estados imperiais, à Libéria e parte do Marrocos²⁰. Entretanto, as quatro maiores potências do planeta conquistaram 14,1 milhões de quilômetros quadrados de colônias. Esse avanço dos grupos monopolistas objetivava controlar todas as fontes de matérias-primas do planeta, buscando garantir vantagens na luta contra os seus rivais. Quanto maior for a expansão, maior a brutalidade na concorrência pelo acesso e posse das matérias-

¹⁹ Idem ao anterior. p. 171.

²⁰ Ibidem ao anterior

primas²¹. Poucas foram as diferenças dos processos históricos de acumulação primitiva, agora acirrando o embate entre Estados industrializados.

Esse processo culminou com a Primeira Grande Guerra Mundial, resultado direto desse conjunto de disputas internacionais que, para Hobsbawm (1988), resultou do desenvolvimento de uma economia de guerra, acompanhada pelo envolvimento ideológico da população em torno dos seus resultados.

Os embates entre a Alemanha e a Grã-Bretanha se explicam em um processo imperialista, manifesto em disputas pela busca incessante de novas colônias e áreas de influência no Pacífico, Extremo Oriente e no continente africano. Elas acirraram os embates culturais e políticos na Europa, merecendo destaque o pan-eslavismo²², o pangermanismo²³, o revanchismo francês²⁴ e a corrida armamentista entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. O resultado dessas disputas foi um conjunto de conflitos diplomáticos, merecendo destaque o Marrocos e a Península Balcânica.

A Alemanha e a França quase foram à guerra em disputa pelo controle do Marrocos²⁵. A Península Balcânica era uma região que vivia o conflito entre a expansão do nacionalismo sérvio e o crescimento do império austro-húngaro. A anexação do segundo pela Bósnia-Herzegovina, em 1908, acirrou os conflitos com a Sérvia, levando a região a um processo de

²¹ Vladimir Ilich Lênin. O imperialismo: fase superior do capitalismo; tradução Olinto Beckerman. 4 ed., São Paulo, Global, 1987. p. 80.

²² O Império Russo entendia que todos os povos eslavos da Europa Oriental que habitavam o Império Austro-Húngaro deveriam se unir na região dos Bálcãs.

²³ A busca da liderança alemã sobre todos os povos germânicos residentes na Europa Central.

²⁴ A busca da revanche francesa sobre a Alemanha após a derrota da primeira na guerra de 1870, onde foi obrigada a ceder a Alsácia e a Lorena, territórios ricos em fontes minerais.

²⁵ A resolução do impasse se deu com o controle francês sobre o Marrocos e de parcela do Congo Francês pela Alemanha.

guerra generalizada. O governo alemão pressionou a Áustria para endurecer as relações com a Sérvia, exigindo a renúncia de seus interesses na Península Balcânica. A negativa sérvia em atender ao ultimato austríaco impactou no início da guerra entre os dois países.

Desses conflitos, germinou a Primeira Grande Guerra Mundial, fomentada pelo assassinato do herdeiro do trono da Áustria, Francisco Ferdinando, por um estudante sérvio, em 1914. Basicamente, dois grupos de países combateram entre si: um deles, denominado como “Tríplice Aliança”, composto pela Alemanha, Itália²⁶, Império Austro-Húngaro, e incorporada posteriormente pela Bulgária e o Império Turco-Otomano; o segundo é denominado como “Tríplice Entente” composto pela Rússia, França e Inglaterra, incorporando a Bélgica, Japão, Itália, Portugal, Estados Unidos, Brasil, Sérvia e Grécia.

O desenrolar da guerra implicou na construção de um bloqueio dos aliados, levando à morte pela fome de milhares de alemães. O endurecimento da guerra implicou a desistência de países que lutavam ao lado da Alemanha, como a Bulgária, Turquia e o Império Austro-Húngaro.

O crescente isolamento, em um conflito que já durava quatro anos, baixou a resistência do Exército alemão, fragilizado com o crescimento das manifestações contra a Guerra na Alemanha, o que implicou a renúncia e exílio do Kaiser Guilherme II na Holanda. O fim da monarquia alemã da família Hohenzollern anunciou a fundação da República Alemã, na cidade de Weimar, por isso denominada posteriormente como República de Weimar. Em novembro de 1918, a Primeira Grande Guerra

²⁶ A Itália deixou a Tríplice Aliança em 1915.

Mundial terminou.

O final da guerra implicou um conjunto de acordos totalmente desfavoráveis aos países derrotados. Para os alemães, o “Tratado de Versalhes” foi um processo humilhante que inviabilizaria a existência futura da nação alemã. O ódio e o ressentimento da elite alemã no pós-guerra fomentaram o surgimento e ampla difusão de concepções políticas autoritárias, centradas na unificação da Alemanha.

2.2. A Primeira Grande Guerra Mundial e os Preâmbulos do Nazismo

Os desdobramentos da guerra foram implacáveis para os alemães. Para além do desmonte econômico, o sentimento de humilhação impactou ideologicamente, amplificando os valores culturais inerentes à própria história do povo germânico.

Soma-se a estes fatores, a abdicação de Guilherme II ao trono alemão em 1918. Em Weimar, se instalou a Assembleia Nacional para preparar uma nova constituição, votada em julho e promulgada em agosto de 1919. Como desdobramento, a social-democracia chegou ao poder na Alemanha, canalizando as aspirações da classe trabalhadora e bloqueando os percalços das perdas da guerra que afetavam as frações de classe burguesas e conservadoras do país. Uma ampla interpretação das motivações alemãs para a Primeira Grande Guerra Mundial, porém, exige a análise sobre a origem do nazismo na Alemanha:

Admissão de culpa e responsabilidade única da Alemanha pela ocorrência da Grande Guerra; Proibição da união entre Alemanha e Áustria; Compromisso de reparações

financeiras a definir (especialistas falam em uma quantia superior a 20 bilhões de dólares); concordância com julgamento internacional do Kaiser e de outros líderes de guerra; Devolução da Alsácia e da Lorena à França; Cessão de Eupen-Malmedy à Bélgica, de Memel à Lituânia e do distrito de Hultschin à Checoslováquia; Entrega da Poznania, Silésia setentrional e Prússia oriental à Polônia restabelecida; entrega das possessões ultramarinas na China, África e Pacífico; Transformação de Danzig em cidade livre; desmilitarização permanente e ocupação aliada por 15 anos da província do Reno; Limitação do Exército Alemão a 100.000 homens, para segurança interna, sem tanques, sem artilharia pesada, sem suprimentos de gás, sem navios ou aviões; Limitação da Marinha Alemã a belonaves inferiores a 100.000 toneladas e proibição de submarinos²⁷.

Os acontecimentos inerentes ao hiato entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra Mundial demonstraram que os princípios da desmoralização internacional impostos pelo revanchismo francês e inglês acirraram os pressupostos da “honra e da glória” embutidos na cultura alemã, resultando na germinação do *ovo da serpente* nazista.

A revolução russa influenciou parcela dos militares e trabalhadores a formarem conselhos aos moldes soviéticos e, com isso, as greves se alastraram pelo país, pressionando o governo alemão. Os soldados se amotinaram contra os seus superiores e se recusaram a cumprir suas ordens. A fome e o constante corte nos salários levaram ao descontentamento de uma parcela dos soldados alemães. Os marinheiros foram os

²⁷ Fonte: <http://www.museudeimagens.com.br/os-duros-termos-da-paz-tratado-de-versalhes/>
Acesso em: 04 fev. 2016, às 20 horas.

primeiros a se rebelarem no ano de 1917, sendo brutalmente reprimidos. Ainda nas prisões, os espartaquistas²⁸ conclamaram:

[...] não há senão um meio de deter a carnificina dos povos e alcançar a paz: é desencadear uma luta de massas que paralise toda a economia e a indústria bélica, é instaurar, por meio da revolução, liderada pela classe operária, uma República Popular na Alemanha²⁹.

As mobilizações cresceram no país e ganhou força a ideia da criação de uma República Socialista na Alemanha. Os espartaquistas prepararam um processo de transformação social via participação popular. Ao contrário dos apelos governamentais para a população deixar as ruas e apostar na paz no país, ocorreu o inverso, com ampliação da mobilização, para transformar a Alemanha via processo revolucionário.

No ano de 1919, um amplo processo repressivo começou na Alemanha. Os marinheiros foram massacrados e uma parcela dos trabalhadores foram às ruas em protesto. A população nas ruas tomou os jornais reacionários e o parlamento alemão. Como resposta, o governo convocou unidades voluntárias de soldados – *Freikorps* – para lutarem contra as frentes rebeldes. Movidos pelos princípios do nacionalismo burguês, esses soldados massacraram o levante socialista em cinco dias de combates nas ruas alemãs. O final da insurreição ocorreu com o

²⁸ Os espartaquistas pertenciam à A Liga Espartaquista Alemã, uma organização de cunho socialista que existiu na Alemanha durante a Primeira Grande Guerra Mundial. Era uma organização marxista que dirigia greves contra o imperialismo e a exploração dos trabalhadores.

²⁹ Rosa Luxemburgo. In Buonicore, Augusto. Rosa Luxemburgo: A Rosa Vermelha do Socialismo. Disponível em

http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5626&id_coluna=10. Acesso em: 13 mar. 2016.

sequestro de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, por membros do grupo paramilitar *Freikorps*, fuzilados em um zoológico na Alemanha, em 15 de janeiro de 1919, sendo seus corpos jogados no canal *Landwehr*. “Decerto, alguém se perguntava: “quantos tiros eram necessários para matar o sonho da revolução alemã? No zoológico de Berlim, quem seriam os animais?”³⁰.

O enfraquecimento da Alemanha possibilitou que grupos paramilitares poloneses invadissem o país para conquistar parcelas da Silésia Superior, Prússia Ocidental e Oriental e Posnânia. Começou um amplo processo de guerra entre os poloneses e os *Freikorps* alemães, com vitória dos últimos. As humilhações impostas aos alemães provocaram reações das forças políticas conservadoras após o final da guerra, fomentando a futura construção do nazismo. Os próprios *Freikorps* fracassaram na tentativa de um golpe de Estado contra o governo alemão, sendo posteriormente dispensados do serviço. No futuro, muitos acabaram por se filiar ao Partido Nazista, sendo que alguns compuseram os quadros da SS Nazista³¹.

A interpretação dos desdobramentos referentes à humilhação dos alemães diante da derrota na Primeira Grande Guerra Mundial, com a referente perda de territórios e influência alemã, despertou revoltas e acirrou as bases para a construção do nazismo. Mas o fomento do nazismo na Alemanha encontra suas bases nos pressupostos da origem do povo alemão e sua herança dos povos bárbaros germânicos. A interpretação do

³⁰Disponível em:

http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5626&id_coluna=10. Acesso em: 21 de fev. 2016, às 21 horas.

³¹ Fonte: <http://www.luftwaffe39-45.historia.nom.br/iguerra.htm>. Acesso em: 04 fev. 2016, às 20 horas.

pós-guerra ganhou novos elementos quando relacionados aos pressupostos do *Kultur* alemão.

O debate sobre o *Kultur* alemão fomentou a discussão filosófica nas primeiras décadas do século XX. No âmbito da teoria crítica, Adorno e Horkheimer³² demonstraram suas preocupações com o uso mercadológico do termo *Kultur* pela burguesia. Entenderam que a desvinculação da cultura com a práxis humana reduzia a sua importância, limitando a capacidade humana em produzir a sua própria autonomia. O *Kultur* era composto por uma dupla dimensão: a primeira delas expressava positividade, manifesta na capacidade humana de construir sua crítica ao mundo vivido. A segunda, expressão negativa, que limitasse a contemplar as relações sociais existentes.

Toda realidade espiritual (ideal) só faz sentido quando se relaciona com a existência material e objetiva dos seres humanos. Qualquer relação humana, para constituir-se enquanto parte do *Kultur* de uma nação, deve romper com os princípios estreitos da mercadoria. Ele estabelece a ligação do indivíduo com a totalidade das relações sociais do seu tempo e não se limita a uma mera expressão do pensamento.

Marcuse³³ analisou o *Kultur* com ênfase nas ideologias construídas pela cultura burguesa. Em crítica radical à sociedade capitalista, entendeu que a positividade estava na sua utilização como instrumento para a construção de uma realidade social que negasse a existente. A sua importância como ferramenta

³² T.W. Adorno; M. Horkheimer. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

³³ Herbert Marcuse. *Cultura e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

para a emancipação social estava em sua vinculação com a práxis humana, caso contrário, privilegiaria somente as ideologias burguesas da sociedade. Influenciado por Marx e Engels, na obra *A ideologia alemã*, entendeu que as transformações sociais não seriam possíveis se fossem limitadas à esfera do pensamento, pois os sujeitos aceitariam as dimensões culturais enquanto processos naturais na sociedade, inviabilizando qualquer crítica ou resistência.

Nietzsche, analisando a Alemanha, demonstrou que o Estado acabou por se comportar perante a sociedade como se fosse um novo deus. O Estado foi entendido como um ídolo perante a sociedade, subordinando os eruditos a um processo formativo, voltado a forjar culturalmente seres humanos com reflexões coincidentes com os interesses do próprio Estado. Nietzsche afirmou que todo e qualquer conhecimento expresso pelo *Kultur* não criava seres humanos livres e criativos, mas sim concepções vazias em um universo de interesses do mundo das mercadorias³⁴.

Norbert Elias desenvolveu um estudo comparativo entre o *Kultur* e a *Zivilisation*, dando ênfase à França, Alemanha e à Inglaterra. Acima de tudo, focou na diferença entre como ingleses e franceses empregam a palavra, por um lado, e os alemães, por outro. Para os ingleses e franceses, o conceito resume seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade. Já no emprego que lhe é dado pelos alemães, *Zivilisation* significa algo de fato útil,

³⁴ Wilson Antonio Frezzatti Jr. Educação (bildung) enquanto verniz: crítica ao Estado e psicofisiologia. In *Revista Filosofia e Educação*. Dossiê Nietzsche e a Educação. Volume 6, número 1, fevereiro de 2014. p. 62 – 75.

mas, apesar disso, somente um valor de segunda classe, compreendendo somente a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam e que, mais do que qualquer outra, expressa o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*³⁵.

Elias entende que, para os franceses e ingleses, a palavra "civilização" alude a concepções ou fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos, morais ou sociais. A civilização está relacionada às atitudes e comportamentos humanos, independentes de sua importância. Para os alemães, o *Kultur* é voltado à dimensão artística, intelectual e religiosa. Sua característica é separar a primeira dimensão dos fatos sociais, econômicos e políticos. Os alemães entendem que os seres humanos se explicam por suas realizações e não somente por suas condutas.

Elias cita a opinião de Fontaine sobre a Inglaterra, publicada em 1852 em *Ein Sommer in London*:

A Inglaterra e a Alemanha se relacionam da mesma maneira que forma e conteúdo, aparência e realidade. Ao contrário das coisas que, em nenhum outro país do mundo, exibem a mesma solidez que na Inglaterra. As pessoas se distinguem pela forma, pela aparência mais visível. O indivíduo não precisa ser um cavalheiro, precisa somente dos meios para assim parecer. O indivíduo não precisa ter razão, precisa somente se colocar nas formas da razoabilidade e terá razão. Por toda a parte, aparência. Em nenhum lugar, o homem inclina-se a abandonar mais cegamente ao mero brilho de um nome. O alemão vive

³⁵ Norbert Elias. O processo civilizador. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1994. p. 23-24.

para viver, o inglês para representar. O alemão vive para si, o inglês vive para os outros³⁶.

Os alemães dão um sentido ao *Kulture* expresso no caráter e no valor dos produtos humanos e não no valor individual dos sujeitos.

O conceito alemão de *kultur*, no emprego corrente, implica uma relação diferente com movimento. Reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a “flores-do-campo”, a obras de arte, livros, sente-se orgulho pela importância de suas ações para o progresso do acidente, mas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo³⁷.

Para Elias, o conceito alemão de *Kultur* enfatiza as diferenças nacionais e a identidade particular dos grupos. Ao contrário do conceito de civilização que justifica os aspectos expansionistas expressos pela colonização e pelo imperialismo:

[...] o conceito de Kultur reflete a consciência de si e de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: “Qual é, realmente, nossa identidade?” A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase em diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico. As perguntas “O que é realmente francês? O que é realmente inglês?” Há muito deixaram de ser assunto de discussão para franceses e ingleses. Durante séculos, porém, a

³⁶ Idem ao anterior. p. 27.

³⁷ Ibidem ao anterior.

questão “O que é realmente alemão?” reclamou sempre resposta. Uma resposta a esta pergunta – uma entre várias outras – reside em um aspecto peculiar do conceito de *Kultur*³⁸.

Essas afirmações são fundamentais para a recuperação das diferenças entre o conceito de *Kultur* alemão e o de *Zivilization* para os ingleses e franceses. Todos consideram como únicas e legítimas as formas com veem e percebem o mundo. Ambas as nações possuem orgulho das formas como interpretam o mundo e esperam ser julgadas a partir desses princípios. Contudo, os alemães podem explicar aos franceses e ingleses:

[...] o que entendem pelo conceito de *Kultur*. Mas, dificilmente, podem comunicar o mínimo que seja do meio formativo nacional específico e valores emocionais axiomáticos que para eles a palavra reveste. Franceses ou ingleses poderão, talvez, dizer aos alemães que elementos tomam o conceito de civilização a suma da autoimagem nacional. Mas, por mais razoável e racional que este conceito lhes pareça, ele também nasce de um conjunto específico de situações históricas, e está cercado também por uma atmosfera emocional e tradicional difícil de definir, mas que, apesar disso, constitui 'parte integral, de seu significado. E a [...] discussão descamba realmente para a inutilidade quando o alemão tenta demonstrar ao francês e ao inglês que o conceito de *Zivilisation* de fato representa um valor para ele, embora somente de segunda classe³⁹.

³⁸ Idem, ibidem ao anterior p. 25.

³⁹ Idem ibidem ao anterior. p. 25-26.

O embate entre o *Kultur* e *Zivilization* tomou novos contornos após o final da Primeira Grande Guerra Mundial. Para os aliados, a derrota da Alemanha significou uma vitória em nome de toda a civilização. Para os alemães, implicou em resgatar o sentido de sua civilidade. A dificuldade de entendimento cultural e social entre os alemães e os ingleses limitou a compreensão dos últimos sobre as aspirações que moviam os primeiros.

Dewey recupera essa dificuldade para analisar a concepção inglesa no contexto da Primeira Grande Guerra Mundial. Os ingleses analisaram a Alemanha em pressupostos similares aos seus, expressos na desenfreada corrida imperialista para levar vantagem em qualquer situação de disputa. A ausência de produções científicas inglesas sobre a Alemanha empobreceu suas análises sobre a totalidade do que estava em disputa, limitando ao nível político e econômico, algo que era composto por forte apelo cultural.

Os alemães, somados aos interesses econômicos, estavam em guerra pela defesa do seu jeito de viver e sentir a vida. Tendo como referência o pressuposto de que todos os povos e nações constroem justificativas fundadas para as suas ações, o heroísmo e o patriotismo contra os inimigos alemães foram os elementos utilizados para a construção de uma comoção nacional que legitimou a participação da Alemanha na guerra.

Essa ação acabou por incorporar elementos metafísicos manifestos no entendimento da lógica da guerra como uma luta entre o bem e o mal. O exército do bem foi representado pelos soldados alemães em uma luta titânica contra as "forças do mal", compostas por soldados dos países aliados. Essa dimensão metafísica, com grande poder de convencimento e mobilização,

omitiu os verdadeiros motivos do conflito. Contudo, apesar da representação da titânica luta do bem contra o mal, o que estava em jogo era o domínio geopolítico imperialista, em que os vitoriosos teriam como dádiva a conquista militar do direito de explorar os recursos dos países periféricos.

As imposições econômicas e políticas do Tratado de Versalhes acirraram a oposição, reação e resistência alemã. Esse processo se somou a um conjunto de mediações que manifestaram fortes contradições quando relacionadas às formas interpretativas culturais como os alemães percebiam o mundo, apontando a construção de novos conflitos no futuro. As punições econômicas e políticas impostas à Alemanha trouxeram ressentimentos, acirrados pela forma como os alemães se entendiam no novo contexto mundial. O *ovo da serpente* havia sido gestado e o embrião foi o nazismo alemão.

A imposição à Alemanha do Tratado de Versalhes, através do qual os alemães tiveram que pagar 33 (trinta e três) milhões de dólares à “Tríplice Entente” e a perda de parte de seu território e das suas colônias, especialmente na África. A redução do contingente do seu exército e a obrigatoriedade em reconhecer a independência da Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Polônia e do Reino dos sérvios, croatas e eslovenos, revoltaram e acirraram o desejo de vingança dos alemães, nutrindo o *ovo da serpente* nazista. Essa revolta inspirou o Programa do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP), tendo como pontos principais programáticos o que segue:

1. Solicitamos a constituição de uma Grande Alemanha, que reúna todos os alemães, baseados no direito dos povos a disporem de si.
2. Solicitamos igualdade de direitos para o Povo Alemão em relação às outras nações e a revogação do Tratado de Versalhes e do Tratado de Saint Germain.
3. Solicitamos terras e colônias para nutrir o nosso povo e reabsorver a nossa população.
4. Só os cidadãos gozam de direitos civis. Para ser cidadão, é necessário ser de sangue alemão. A confissão religiosa pouco importa. Nenhum judeu, porém, pode ser cidadão.
5. Os não cidadãos só poderão viver na Alemanha como hóspedes e terão de se submeter à legislação sobre os estrangeiros.
6. O direito de fixar a orientação e as leis do Estado é reservado unicamente aos cidadãos. Por isso, solicitamos que todas as funções públicas, seja qual for a sua natureza, não possam ser exercidas senão por cidadãos. Combatemos a prática parlamentar, origem da corrupção, de atribuição de lugares por relações de partido sem importar o caráter ou a capacidade.
7. Solicitamos que o Estado se comprometa a proporcionar meios de vida a todos os cidadãos. Se o país não puder alimentar toda a população, os não cidadãos devem ser expulsos do Reich.
8. *É necessário impedir novas imigrações. Solicitamos que todos os estrangeiros estabelecidos no Reich após 2 de agosto de 1914 sejam imediatamente obrigados a deixar o Reich*⁴⁰.
9. A supressão do rendimento dos ociosos e dos que levam uma vida fácil e a supressão da escravidão do juro.

⁴⁰ Grifos Nossos. O entendimento do Reich sobre os imigrantes será retomado à frente quando discutirmos o novo nazifascismo.

10. Considerando os enormes sacrifícios de vidas e de dinheiro que qualquer guerra exige do povo, o enriquecimento pessoal com a guerra deve ser estigmatizado como um crime contra o povo. Solicitamos, por isso, o confisco de todos os lucros de guerra, sem exceção.
11. Solicitamos nacionalizar todas as empresas que atualmente pertencem aos Trusts.
12. Solicitamos a criação e proteção de uma classe média, a entrega imediata das grandes lojas à administração comunal e o seu aluguel aos pequenos comerciantes a baixo preço. Deve ser dada prioridade aos pequenos comerciantes e industriais nos fornecimentos ao Estado, aos Lnder ou aos municípios.
13. Solicitamos uma reforma agrária adaptada às nossas necessidades nacionais, a promulgação de uma lei que permite a expropriação, sem indenização, de terrenos para fins de utilidade pública — a supressão de impostos sobre os terrenos e a extinção da especulação fundiária.
14. Solicitamos uma luta sem tréguas contra todos os que, pelas suas atividades, prejudicam o interesse nacional. Criminosos de direito comum, traficantes, agiotas, etc., devem ser punidos com a pena de morte, sem consideração de credo religioso ou raça.
15. A extensão da nossa infraestrutura escolar deve permitir a todos os alemães o acesso a uma educação superior e, através dela, os lugares de direção. Os programas de todos os estabelecimentos de ensino devem ser adaptados às necessidades da vida prática. O espírito nacional deve ser inculcado na escola a partir da idade da razão. Solicitamos que o Estado suporte os encargos da instituição superior dos filhos excepcionalmente dotados de pais pobres, independentemente da sua profissão ou função social.

Munique, 24 de fevereiro de 1920⁴¹.

⁴¹Fonte: <http://icommercepage.blogspot.com.br/2011/10/os-25-ponto-chaves-do-nazismo.html>
Acesso em: 09 out. 2013.

Toda a comoção nacional em torno dos desdobramentos econômicos, políticos e sociais após o final da Primeira Grande Guerra Mundial transformou a Alemanha e suas relações sociais. O nazismo ganhou corpo, conquistando as mentes e corações das frações de classe que perderam o poderio político e econômico no país. Estavam postas as condições para a construção de um dos regimes mais autoritários da história.

III

A segunda crise estrutural do capitalismo e o Nazismo Alemão

A análise do nazismo alemão transcende dimensões epistemológicas do campo crítico das Ciências Sociais. O nazismo constrói inimigos e vítimas em diferentes segmentos da sociedade, atingindo judeus, protestantes, católicos, comunistas, socialistas, maçons, testemunhas de Jeová, entre outros, elegendo-os, temporariamente, como grandes vilões da sociedade. O nazismo e outros regimes totalitários emergiram num contexto de grande instabilidade e reorganização geopolítica.

Esse contexto foi caracterizado por Eric Hobsbawm (1998), em sua obra *A era dos extremos: o breve século XX – 1914 - 1991*, como um marco divisor que encerra a “Era dos Impérios” e inaugura um período de profunda instabilidade e transformação global, com destaque para os seguintes aspectos: colapso dos grandes impérios tradicionais – como o Austro-Húngaro, o otomano, o alemão e o Russo – resultando em mudança no mapa geopolítico da Europa e do Oriente Médio, dando origem a novos estados-nação; o fim da guerra desnudou a carnificina e a escala de destruição realizada em escala industrial; profunda crise econômica e social em vários países, a destruição de infraestruturas, dívidas impagáveis e a desorganização do comércio internacional; a crise levou ao declínio dos pressupostos do ideário liberal, da crença no progresso e do otimismo no triunfo da razão, abrindo caminho para novas

ideologias e modelos de governo; disso resultou a emergência de regimes autoritários e totalitários, como o fascismo e o nazismo, preparando o terreno para o aprofundamento da crise e da disputa imperialista, resultando em nova e profunda crise estrutural do modo de produção capitalista.

A Segunda Grande Crise teve seu ponto culminante no crash da bolsa de Nova York, eclodido em 1929 e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando somente com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do PIB (Produto Interno Bruto) da maioria dos países, com quebra brutal na produção industrial e implosão no mercado das ações – com a queda de 33% do seu valor. A crise no mercado de capitais arrastou as economias dos países vinculados à economia dos Estados Unidos, levando à universalização da crise, decorrência da mundialização das relações econômicas e do elevado grau de interdependência da economia capitalista. No sistema financeiro, muitas instituições bancárias foram falindo, num efeito dominó que, dos Estados Unidos, atingiu praticamente todos os países. Novamente, a salvação dos grandes bancos se deu através dos governos nacionais. Com a crise, ampliou-se a luta de classes, com a burguesia, passando de classe revolucionária a classe reacionária, inclusive apoiando abertamente regimes autoritários, sob a justificativa de que eram essenciais para a garantia da ordem, explicando o apoio dessa classe ao fascismo na Itália e ao nazismo na Alemanha, arrastando as massas nesse processo.

A crise econômica foi aparentemente estancada com o acionamento e a internacionalização da máquina de guerra,

esse poderoso mecanismo de crescimento da produção, também forjando as justificativas ideológicas para a coesão do “povo”, para o combate aos inimigos. A máquina de guerra, entretanto, aprofundou a crise política, social e ideológica, com crescente acirramento das relações entre as nações, até a eclosão de novo conflito mundial e, somente com seu fim, resultando em novo ordenamento e uma nova reorganização geopolítica.

Para a Alemanha, a Grande Depressão teve um impacto devastador. O país já estava fragilizado pelas pesadas indenizações impostas pelo Tratado de Versalhes e, no final da década de 1920, dependia fortemente dos empréstimos e investimentos dos Estados Unidos para sua recuperação. Por isso, quando a crise de 1929 chegou aos EUA, os investimentos foram retirados, trazendo resultados catastróficos: falência em massa de empresas, quebra da produção industrial e ruína do comércio exterior; desemprego em massa, atingindo uma taxa 44% da força de trabalho em 1932–1933, atingindo a marca de 6 milhões de desempregados, gerando desespero e miséria para milhões de famílias; crise social e política marcada por profundo descontentamento com o governo, fragmentação política e a instabilidade dos partidos em formar governos coesos, criando vácuo de poder político.

Foi nesse contexto de crise econômica, social, política e ideológica que o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), liderado por Adolf Hitler, encontrou terreno fértil para seu crescimento. Antes da crise de 1929, o Partido Nazista era um agrupamento marginal, com pouca representativi-

dade política. Adolf Hitler soube explorar o desespero da população, com um discurso prometendo restaurar a ordem, a prosperidade e a “dignidade nacional” da Alemanha, culpando os judeus, os comunistas e o Tratado de Versalhes pela situação. As promessas de restauração da ordem e da prosperidade, combinadas com forte nacionalismo e antissemitismo, atraíram um número crescente de eleitores. Já nas eleições de 1930, o Partido Nazista teve um crescimento expressivo de assentos no Parlamento (Reichstag), tornando-se o maior partido em 1932. Merece destaque o apoio aos nazistas de setores das elites industriais, militares e agrárias, temerosos de uma revolução socialista, acreditando que poderiam controlar Hitler e usá-lo para seus próprios interesses.

Até então, Adolf Hitler era somente um político sem grande relevância, de baixo escalão, conhecido por atacar gays, feministas, imigrantes, etc., se apresentando como o porta-voz do conservadorismo no país. Em 1932, foi eleito com 37% dos votos, tornando-se, no ano seguinte, Chefe de Estado. Ele era uma voz que ardilosamente reunia as insatisfações de parcelas da classe média e famílias camponesas que buscavam um líder carismático que canalizasse a decepção com as elites tradicionais. Existia uma decepção generalizada com os partidos políticos que não conseguiam hegemonizar as suas ideias e concepções de mundo para a melhoria da Alemanha.

Com uma linguagem acessível aos menos letrados, ele se colocou como irreverente e radical, com discursos explosivos e incorretos, cujo resultado o colocou como uma opção concreta, dada a sua capacidade de empolgar as massas de eleitores. Hi-

tlar dissertou sobre esta questão em seu livro "*Mein Kampf*", escrito em 1927.

Toda propaganda deve ser apresentada em uma forma popular [...], não estar acima das cabeças dos menos intelectuais daqueles a quem é dirigida. [...] A arte da propaganda consiste precisamente em poder despertar a imaginação do público mediante um apelo aos seus sentimentos.

Ele se apresentou como um líder que prometia a restauração da crise moral que se abatera sobre a Alemanha, visando atingir aqueles que não se adaptavam às mudanças sociais que estavam em curso a partir da década de 1920. Pregava a supremacia de uma sociedade governada por homens brancos e heterossexuais que deveriam compor a elite dirigente alemã.

Em seus fervorosos discursos, afirmou que os homens de bem deveriam quebrar as vitrines das lojas dos judeus. Esta seria uma forma de reafirmar a sua masculinidade e compromisso com a nação. O ultraje de muitas de suas declarações, que não eram levadas a sério por seus concorrentes políticos, não fornecia, até então, os elementos para a compreensão de que estava acontecendo o germinar do *ovo da serpente*.

Não se imaginava que ele galgaria os degraus conseguidos no futuro. O simplismo de suas palavras visou atingir parcela da população que acreditava que a resolução dos problemas sociais se resumia à ação política conservadora. Em outras palavras, o crime se resolveria com prisões e pena de morte. Os problemas econômicos através da aniquilação dos judeus e comunistas.

A nação estava acima de todos e renasceria em qualquer circunstância, ação esta que só seria possível com a instauração de um novo líder. O discurso de Hitler, realizado em 1933, denominado “Apelo ao Povo Alemão”, exemplifica esta afirmação.

Durante séculos, a Inglaterra persegue o objetivo de tornar os povos da Europa indefesos contra a ideia britânica de conquista do mundo, proclamando um equilíbrio de poder. Isto permite à Inglaterra o direito, no mais surrado de pretextos, atacar e destruir qualquer Estado europeu que pareça o mais ameaçador.

Uma vez isto foi verdade no Império Espanhol, em seguida, no holandês, depois o Francês, e, desde 1871, isto tem sido verdade do Reich Alemão. Nós mesmos testemunhamos a política de cerco que a Grã-Bretanha tem procurado implementar contra a Alemanha desde antes da guerra. Quando o Reich alemão, sob a liderança nacional-socialista, começou a se recuperar das consequências terríveis do Tratado de Versalhes e ameaçou superar a crise, a política britânica de cerco imediatamente começou mais uma vez.

Os senhores da guerra britânicos, conhecidos por nós desde os dias da Guerra Mundial, não querem que o povo alemão viva. Antes da Guerra Mundial, eles mentiram para nós, alegando que sua luta foi dirigida somente contra a Casa de Hohenzollern ou contra o militarismo alemão.

Eles declararam que não tinham projetos em colônias alemãs, nem mesmo haviam pensado em tomar a nossa marinha mercante. Então, eles forçaram o povo alemão sob o jugo do Tratado de Versalhes. Mais cedo ou mais tarde, a obrigação do cumprimento deste novo Tratado teria significado a erradicação de vinte milhões de alemães. Eu, então, me comprometi a mobilizar a resistência da nação alemã contra isso, e, em um esforço único e pacífico, a

garantir o pão e o trabalho para o povo alemão. Enquanto uma revisão pacífica das humilhações do Tratado de Versalhes pareceu prosseguir com sucesso e o povo alemão mais uma vez começou a viver, uma nova política de cerco organizada pela Inglaterra se iniciou. Os senhores da guerra fizeram sua aparição novamente em 1914. E outra vez, eu ofereci à Inglaterra e aos ingleses um entendimento e a amizade do povo alemão. Minha política inteira foi construída sobre esta ideia de um entendimento. Fui rejeitado uma e outra vez.

Em vez disso, houve uma busca contínua de novos pretextos hipócritas para limitar o *habitat* alemão, mesmo em áreas onde nunca ameaçamos os interesses britânicos. Novas tentativas foram feitas para tornar a nossa vida mais difícil e nos separar.

Foi a Inglaterra que incitou a Polônia a uma postura que impossibilitou um entendimento pacífico. Sua declaração de garantia abriu para o Governo polonês a possibilidade de provocar a Alemanha sem correr nenhum perigo, e até mesmo de serem autorizados a atacar a Alemanha.

O governo britânico errou em um ponto, no entanto: a Alemanha de 1939 não é a Alemanha de 1914! E o nome de seu chanceler presente não é Bethmann-Hollweg! Além disso, nos meus discursos em Saarbrücken e em Wilhelmshaven, declarei que devemos defender-nos em vista desta política britânica de cerco. Eu não deixo nenhuma dúvida de que, apesar de paciência e resistência, os ataques poloneses contra alemães, bem como contra a Cidade Livre de Danzig, tiveram que chegar a um fim.

Fortalecidos pela garantia britânica e os protestos de belicistas britânicos, a Polônia acreditava que poderia simplesmente ignorar estes avisos. Durante dois dias, agora o exército alemão vem lutando no Oriente para restabelecer a segurança para o território do Reich. Nossos soldados estão quebrando a resistência polonesa. Eles têm

a vontade de viver sobre a terra que lhes pertencem. E eles não vão deixar a Inglaterra tomar esta vida deles.

Sabemos que o povo inglês em sua totalidade não pode ser responsável por tudo isso. Pelo contrário, é a classe judaico-plutocrática e democrática que se autodenomina superior, que gostaria de conceber o resto do mundo como escravos obedientes; que odeia o nosso novo Reich porque o veem como um dos pioneiros do trabalho social e temem poder infectar seus países também.

Vamos agora assumir esta luta contra esta nova tentativa de destruir a Alemanha. Vamos levá-la com determinação nacional-socialista. O dinheiro e os políticos britânicos podem descobrir o que significa entrar em guerra contra Alemanha nacional-socialista, sem qualquer causa.

Por meses, sei que o objetivo perseguido por esses senhores da guerra foi de longo prazo. A determinação para atacar a Alemanha, em uma ocasião oportuna, chegou há muito tempo. Minha decisão, no entanto, para conduzir esta guerra e contra-atacá-los, é marcada por uma determinação ainda maior.

Alemanha não vai capitular nunca mais. Paz, sob as condições de um segundo Tratado de Versalhes, ou pior, não tem sentido.

Nós nunca fomos um povo de escravos! E nunca seremos um no futuro também! E os sacrifícios que tantos alemães fizeram no passado não serão maiores do que aqueles que estamos determinados a tomar sobre nós hoje. Esta decisão é implacável. E isso nos obriga a tomar medidas decisivas, acima de tudo, como exemplo: ninguém deve fazer lucro nesta guerra, enquanto nossos soldados estão lutando no front. Ninguém deve tentar escapar do cumprimento de seus deveres enquanto nossos soldados estão lutando no front. Quem tentar resistir a estas medidas não pode esperar que a população mostre consideração a ele.

Além disso, todos sabemos: enquanto o povo alemão ficou unido em sua história, nunca foi vencido! Somente a dissidência do ano de 1918 levou ao colapso. Assim, quem agora acredita que pode pecar contra esta unidade não pode esperar outra coisa que não a sua destruição como um inimigo da nação.

Se o nosso povo cumprir seu maior dever a este respeito, então o Senhor Todo-Poderoso nos ajudará. Ele sempre concedeu suas bênçãos sobre aqueles que estavam determinados a auxiliar a si! As leis necessárias para a defesa e segurança do Reich estão sendo decretadas. Os homens responsáveis por sua implantação e cumprimento estão sendo nomeados. Eu mesmo irei para o front hoje⁴².

A cooptação da burguesia industrial alemã ocorreu com o oferecimento de contratos produtivos vantajosos. Enquanto Hitler discursava com promessas às frações da classe média, secretamente se articulava com setores conservadores alemães que condenava em seus discursos políticos. A sua capacidade e de seus assessores em interpretar as insatisfações dos alemães permitiu com que se construísse, no seio da população, fortes manifestações a seu favor. Mesmo antes de sua eleição, jovens ameaçavam os seus oponentes, seja verbalmente ou através da violência física. Os judeus foram transformados na principal doença social do país. Os comunistas são os grandes vilões do futuro e potenciais desintegradores da Alemanha.

⁴² Adolf Hitler. *An das deutsche Volk!*. 1933. Fonte: <http://der-fuehrer.org/>. In: Clécio Antônio Barbosa Oliveira Júnior. Pronunciamentos de Churchill e Hitler no contexto da Segunda Guerra Mundial: uma análise de conteúdo. *Revista Panorama*, v. 3, n. 1, jan./dez. 2013.

No entendimento de Trotsky⁴³, a liderança de Hitler surgiu no contexto da decadência da pequena burguesia alemã após o final da Primeira Grande Guerra Mundial. Era um setor que não encontrava representatividade tanto na social-democracia como nos socialistas.

A Alemanha era composta por grande contingente de pobres que assimilaram as ideias da extrema-direita. Para Ernst Bloch⁴⁴, existiam múltiplas camadas históricas na população alemã que, apesar de viverem no século XX, pensavam e viviam conforme os princípios feudais. Suas mentalidades eram servis e religiosas, compreendendo o mundo nos princípios religiosos do bem e do mal. Esses setores estavam alijados da dinâmica histórica do capitalismo mais avançado. O nacional-socialismo compreendeu isso, ao produzir uma dinâmica discursiva política que atingiu estes setores mais atrasados da sociedade, criando culpados e inimigos para tal situação.

3.1. Os princípios do Nazismo

A classe média alemã ganhou força com a efervescência do nazismo. A sua formação possibilitou que fosse um notável instrumento social para a mobilização das forças conservadoras. Isso se explica em virtude de sua própria constituição, abarcando do patriarcalismo ao flerte com a classe trabalhadora e acreditando na utopia de pertencer à burguesia. Este flerte possibilitou a existência de elementos ultraconservadores em sua

⁴³ Leon Trotsky. A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução. Trad. Mário Pedrosa e Rafael Pardial. SP: Sundermann, 2019

⁴⁴ Bloch, Ernst Gedenkbuch für Else Bloch-von Stritzki in Tendenz - Latenz - Utopie. [S.l.: s.n.], 1978

composição, que foram incorporados pelos líderes e pensadores nazistas. Nesse sentido, foram incorporados interesses coletivos que interligaram o campo e a cidade, criando uma ideia conservadora de nação.

Os princípios do nazismo se sustentam no que Umberto Eco denominou como *Fascismo Eterno, ou Ur-Fascismo*. Essa compreensão se baseia no culto à tradição e ao antigo. Foi assim que os nazistas misturaram o Graal com os Protocolos dos Sábios de Sião. O nacional-socialismo visou a construção de um nacionalismo dos desvalorizados, defendendo o privilégio de ter nascido em um mesmo país. Daí a centralidade do conceito de raça ariana. Soma-se a isso a defesa constante da existência de uma espécie de complô internacional contra a nação. A ideia foi que seus seguidores se sentissem com medo e sitiados, apoiando qualquer tipo de xenofobia contra os "diferentes". O complô existiu tanto dentro como fora do país, sendo os judeus os grandes culpabilizados dessa situação.

Para o *Ur-Fascismo*, os eleitos deveriam pertencer ao melhor povo do mundo, sendo estes exemplificados como integrantes do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. O partido seria o responsável pela coesão da sociedade alemã e ao qual todo ariano deveria fazer parte. Sem a direção do partido, as massas seriam corrompidas e entendidas como fracas. A saída para esta situação estava na força do partido como poderoso instrumento para a ação de um pai que guia a nação, um dominador.

O partido e o líder dominador, interligados, permitiram que houvesse a formação de heróis fiéis à sociedade. Estes eram seres excepcionais, com qualidades diferenciadas. Eco afirma

que, para o *Ur-Fascismo*, esta tinha que ser a norma: formar seres humanos que davam a vida pela nação, como uma forma de atingir o *Valhala* – uma forma dolorosa no presente, mas caminho para a felicidade no futuro.

O partido, por ocasião das eleições presidenciais na Alemanha em 1932, tornou manifesto os elementos culturais conservadores existentes na sociedade, principalmente expressos na submissão das mulheres nas famílias. A função feminina se resumiria à maternidade e, em conjunto com os homens, à manutenção da existência da espécie humana. O Estado deveria suprir os seres humanos dos elementos expressos nas atividades laborais, possibilitando que a família sobrevivesse e, com isso, garantindo a existência da espécie humana. Nessa perspectiva machista, a maternidade enobrecia a mulher, assim como o trabalho na cidade e no campo salvariam a nação alemã, preservando-a para o futuro e freando a decadência racial dos alemães. Hitler assim expressou esse valor tradicional:

A mulher é, por sua natureza e destino, a companheira do homem. Isso os torna companheiros tanto na vida, como no trabalho. A evolução econômica processada através dos séculos, do mesmo modo que transformou os setores de trabalho do homem, também alterou, logicamente, os campos de atividade da mulher. Além da obrigação do trabalho comum, pesa sobre o homem e sobre a mulher o dever de conservar a espécie humana. Nesta mais nobre missão dos sexos, nós também descobrimos as bases de seus talentos, com a sua origem nas predisposições individuais com que a Providência, na sua eterna sabedoria, dotou o homem e a mulher de forma inalterável. Por isso, é um dever superior possibilitar aos dois companheiros de vida e de trabalho a constituição da família. A sua

destruição definitiva significaria o fim das características humanas mais sublimes. Por mais que se alarguem os campos de atividade da mulher, o fim último de uma evolução orgânica e lógica terá de ser sempre a constituição da família. Ela é a menor, mas a mais valiosa unidade na construção de todo o Estado.

O trabalho honra tanto a mulher como o homem. Mas o filho enobrece a mãe. No mesmo manifesto, escrevia-se o seguinte, sob o título: "Salvar o homem do campo significa salvar a Nação Alemã: Continuo a considerar a preservação e a promoção de um campesinato saudável como a melhor proteção tanto contra calamidades sociais como contra a decadência racial do nosso povo". (Adolf Hitler: Mein Programm, 1932)

A estrutura da família camponesa foi usada como o maior exemplo de como deveria funcionar a pátria alemã.

A possibilidade de se preservar uma classe camponesa saudável como a base para toda uma nação nunca será suficientemente valorizada. Muitos dos nossos sofrimentos atuais são somente consequências de uma relação pouco saudável entre a população urbana e a população rural. Uma sólida estirpe de pequenos e médios camponeses foi, em todos os tempos, a melhor proteção contra os males sociais que agora nos afetam. E é também a única solução para assegurar à nação o pão de cada dia no circuito interno da economia. A indústria e o comércio recuam da sua posição dominante pouco saudável e se integram no âmbito geral da economia nacional, equilibrando-se tanto a oferta como a procura. (Mein Kampf, p. 138)

O líder nacionalista deveria ser a expressão da nação e, quanto mais se identificasse com ela, maior seria o seu poder

de persuasão. Os seus discursos políticos cooptariam os anseios das massas, despertando, em seu interior, o sentimento de família. Ele deveria ser visto como o líder e um pai para toda a nação. A sua ação seria similar à paternidade perante a família, sempre transmitindo a dimensão da autoridade e proteção. Ele personificaria toda a nação alemã, congregando para si o sentimento das massas à qual liderava.

Essa ação possibilitaria construir a confiança aos inseguros, vendendo ilusões de superioridade àqueles que não a tinham. O que estava em questão era o orgulho alemão, a construção ideológica que, independentemente da condição social, era pertencente a algo maior que colocaria a Alemanha a uma posição de predominância sobre todas as outras nações. Para conquistar essa posição, qualquer sacrifício deveria ser feito. Essa pretensa inclusão social potencializava o nazismo, pois prometia a abolição das diferenças sociais, ainda que de forma somente discursiva, sem agir realmente para que fosse eliminada.

3.2. O Nazismo e o pensamento racial

Uma teoria racial também permeia todo o pensamento nazista. Não se tratava de somente uma crença, mas um sistema ideológico totalitário que moldou a política, a legislação e que, em última instância, levou ao Holocausto e a incontáveis atrocidades contra milhões de pessoas. Essa teoria racial foi o pilar ideológico central do Nazismo e das políticas de Adolf Hitler e do Partido Nacional-Socialista, servindo como justificativa para perseguições, genocídios e atrocidades sem precedentes na história. Apesar da busca por justificar cientificamente o racismo,

para dizer a verdade, não passava de uso de elaborações pseudocientíficas, baseadas na crença de que a humanidade era dividida em raças hierárquicas, com algumas consideradas superiores e outras inferiores.

Os principais pilares da “teoria racial nazista”, podem ser sintetizados pelos seguintes pilares: o principal era a existência de uma “raça ariana”, superior, da qual os alemães eram considerados a mais pura e nobre representação, notadamente os nórdicos; os arianos também considerados os verdadeiros “portadores da cultura” e criadores de toda a civilização e progresso humano, sendo por isso, destinados a governar outros povos, assim justificando a ambição nazista de criar um “espaço vital” (*Lebensraum*) no leste europeu e a dominação das outras nações. Em total oposição aos arianos, os judeus eram considerados a “anti-raça”, os inimigos mortais da raça ariana e a causa de todos os males da Alemanha e do mundo.

Os nazistas não consideravam o judaísmo uma religião e um povo, mas os retratavam como parasitas, conspiradores internacionais e responsáveis pela decadência cultural e econômica da humanidade. Além dos judeus, outros povos foram classificados como racialmente inferiores e alvos de perseguição, escravidão e extermínio: como os Ciganos, vistos como uma ameaça à pureza racial e social; os povos eslavos — poloneses, russos, ucranianos, etc. —, considerados “sub-humanos” (*Untermenschen*) destinados à escravidão ou extermínio para abrir espaço para a colonização alemã. Também eram enquadrados como inferiores os negros, sujeitos à segregação e, em alguns casos, à esterilização forçada, e as pessoas com deficiência, vistos como “vidas indignas de vida” e alvo de programas

de eutanásia, como o Aktion T4, para “purificar” a raça ariana.

Como já afirmamos anteriormente, a teoria racial não era somente um conjunto de crenças, mas um guia para as políticas do Estado: através das Leis de Nuremberg, um conjunto de leis antissemitas, promulgadas por Adolf Hitler e aprovadas pelo parlamento alemão (*Reichstag*) em 15 de setembro de 1935, pelas quais os judeus foram despojados da cidadania alemã, foram proibidos os casamentos e as relações sexuais entre judeus e “arianos”, enfim a total segregação dos judeus da sociedade. O racismo foi cimentado ideologicamente na sociedade por meio de propaganda maciça, com uso de cartazes, filmes, livros e rádio, usados diuturnamente para disseminar o ódio racial e demonizar os “inimigos raciais”. A teoria racial culminou na perseguição sistemática, guetização, deportação e, finalmente, no extermínio em massa de milhões de judeus no Holocausto, além de outras vítimas consideradas “inferiores”.

A teoria racial nazista tentava se legitimar por meio de um falso “racismo científico” e da eugenia. Pesquisadores e médicos nazistas realizavam medições de crânios e outras características físicas para “provar” a superioridade ariana e a inferioridade de outros grupos. A eugenia negativa buscava “purificar” a raça alemã eliminando aqueles considerados “geneticamente impuros” ou “degenerados”, através de esterilizações forçadas e assassinatos em massa.

As raças não poderiam se misturar, exceto em condição de cativeiro. Esta afirmação deriva da ação dos animais, às quais as espécies não se misturam. O nacional-socialismo acreditava que a mistura de raças levaria à esterilidade das massas, pondo em risco a espécie humana. Para a Alemanha, o resultado seria

o declínio da cultura através da morte de todos os seus valores.

A raça ariana era entendida como a fundadora da civilização humana, destinada a subjugar todas as outras. Para tal projeto expansionista, as massas deveriam ser cativadas subjetivamente, através dos seus sentimentos e crenças, e não pelo conhecimento. O misticismo seria a saída para a construção de uma nova sociedade.

Tendo como referência a centralidade alemã perante todas as outras nações, as suas formas de interpretar o mundo eram entendidas como únicas e incomparáveis. No âmbito religioso, o Velho Testamento foi rejeitado por ser um livro judeu e, da mesma forma, a preponderância da Igreja Católica, caracterizada como tendo origem judia. O nacional-socialismo seria uma nova religião que prometia aos alemães o novo *Valhalla*. Na nova religião, a importância de Jesus Cristo era descaracterizada, em decorrência de sua origem judaica. A estratégia foi usar uma retórica política discursiva, na qual a raça ariana estava acima de sua pertinência ao povo judeu.

Na nova religião, os arianos eram colocados como uma raça antiga que criou os alicerces de todas as civilizações e criações da humanidade. Os judeus, por sua vez, eram os destruidores de todas as civilizações. Os arianos se consideravam responsáveis pela criação de todas as nações europeias. A sua lógica guerreira os colocava como donos do seu destino, não precisando de ninguém para construir o *Valhala*, pois se sentiam soberbos quanto ao seu destino.

A guerra e a honra eram os seus princípios vitais. Precisavam acreditar que o seu destino era conquistar e dominar to-

dos os outros povos pela naturalização da guerra. A organização dos subjugados colocaria em risco o jeito de viver ariano, colocando em risco a sua própria existência. O reflorescer da civilização proposto por Hitler, implicava na retomada da centralidade da raça ariana como criadora de novas civilizações. Esta centralidade permitiu que os nazistas elaborassem um projeto religioso centrado no conceito de honra germânica que traria de volta a glória a todos os arianos.

3.3. O nazismo enquanto religião

Inicialmente, não confundimos o Nazismo como uma religião, no sentido tradicional. Apesar disso, ideologicamente seus fundamentos e características mimetizavam aspectos religiosos, pelo qual buscavam criar um culto em torno de Hitler, da nação alemã e da "raça ariana".

Conforme já enunciado anteriormente, os princípios do *Kultur* alemão sustentaram as alternativas ultraconservadoras para a reconstrução da sociedade alemã. Tal qual afirmou Nietzsche, estava em jogo a construção de um novo pressuposto religioso, centrado não mais nos processos do passado, mas sim na centralidade do Estado como o novo deus. Os alemães, descendentes dos povos germânicos, por serem povos guerreiros, tinham a glória e o orgulho como pilares de sua cultura. Com o final da guerra e a assinatura do já referido Tratado de Versalhes, firmado em 28 de junho de 1919 e que entrou em vigor no dia 10 de janeiro de 1920, a semente do ódio e da destruição encontraram solo fértil para prosperar.

As transformações de sua constituição religiosa rumo à construção do Estado como o deus alemão que levaria toda nação à glória da superioridade, sendo ela própria o novo *Valhala*, passaram por etapas que se sucederam umas às outras. Mediante um processo gradativo, o nazismo ganhou muitos adeptos.

Em uma primeira etapa, ganhou ênfase através da Comunidade do Sol Preto. Esta comunidade acreditava na existência de forças extraterrestres responsáveis pela criação de uma fonte de energia denominada de *Vril*, existente no centro do planeta, originária de outro ponto da galáxia, parte de um extinto sol de cor preta. Os seus integrantes acreditavam que esta era uma forma de energia suprema que proporcionaria vantagens militares a quem a dominasse. Adolf Hitler chegou a frequentar esse grupo e os entusiastas do nazismo o financiaram, objetivando descobrir artefatos arqueológicos que oferecessem vantagens militares futuras à Alemanha.

A histeria nazista se propagou para além do território alemão. A negação ao cristianismo ocorreu pela construção de um convite à volta da "glória religiosa" dos povos bárbaros. Estava em jogo a construção de um discurso político que unisse os alemães em torno das lideranças nazistas.

A segunda fase de negação do cristianismo ocorreu em 30 de julho de 1933, quando mais de 100.000 nazistas, reunidos em Eisenach, declararam o desejo de tornar "a origem germânica a realidade divina", reintegrando Odin, Baudur, Freia e outros deuses teutônicos nos altares da Alemanha. Wotan deveria estar no lugar de Deus, Siegfried no lugar de Jesus. A adoção desses deuses possibilitaria negar de forma definitiva as ligações de Jesus com o judaísmo.

A centralidade dos deuses pagãos marcou essa segunda fase, pela qual se buscava a construção de uma espécie de predestinação divina do Führer, como o grande guerreiro e representante da nação. Ele seria concebido como uma espécie de deus nórdico vivo, o líder divino de uma raça de senhores que todos deveriam se submeter. Esta ação despertaria o orgulho de cada alemão que, por ele representado, se sentiria como um pequeno Führer. Adolf Hitler, quando eleito em 1934, lançou um célebre livro – denominado *Nazismo: um assalto à civilização* – no qual pregava a volta dos deuses vikings em substituição ao monoteísmo cristão.

A adoção da suástica, inclinada sobre um disco branco de moldura vermelha, foi alçada a símbolo do nacional-socialismo, tendo essa inspiração. A suástica (um termo derivado do sânscrito, *svastika*) teve várias significações. Entre eles, felicidade, vitória e supremacia. O nacional-socialismo o utilizou para revitalizar os princípios bárbaros da glória germânica. Para isso, recuperou a cruz suástica dos celtas e dos povos nórdicos que expressavam os deuses Taranis e Thor.

A crise econômica que se abateu na Alemanha após o final da guerra, atrelado ao passado cultural de glória e o orgulho existentes na origem dos povos germânicos, abriu espaço para o surgimento de lideranças violentas. A histeria que começou a se desenhar no país criou condições para que os princípios do cristianismo fossem abandonados.

Com efeito, em uma terceira fase, em 1936, os líderes nazistas abandonaram por completo a “cristandade alemã”. Joseph Goebbels, o maior propagandista e ideólogo do país,

apresentou o Nazismo como sendo uma religião a ser respeitada, que unificaria toda a fé alemã e recuperaria a glória de um país que havia perdido a guerra. No Congresso de Nuremberg, em 1937, os nazistas afirmaram que para a Alemanha retornar à sua antiga fé, não era suficiente a separação entre a Igreja e o Estado, mas que as Igrejas cristãs precisavam ser destruídas e o Estado transformado numa nova Igreja. Impunha-se, como isso, uma nova religião nacional.

Este foi um contexto social que inflamou egos e destruiu corações. Os discursos políticos, antissemitas e de superioridade da raça ariana perante todas as outras do planeta hipnotizaram milhões de alemães, afetando todas as suas relações.

Hitler, em uma obra denominada *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, culpou os judeus pelos males que se abateram na Rússia por ocasião do governo do Czar Nicolau II, o último dos Romanov, que governou entre 1894 e 1917. As suas primeiras edições surgiram originalmente de forma privada, no ano de 1897, tornando-se pública em 1905. O livro é uma cópia adaptada de outra obra literária, escrita pelo francês Maurice Joly em 1864, e intitulada "*O Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*", à qual sequer mencionava os judeus. Outras partes foram copiadas de um capítulo do romance *Biarritz*, escrito pelo prussiano Hermann Goedsche, sob o pseudônimo de John Ratcliffe, em 1868. Ele "inspirou" a invenção dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, cuja história gira ao redor da existência de uma cabala secreta judaica e suas conspirações para conquistar o mundo. Hitler usou os *Protocolos dos Sábios de Sião* como justificativa para o extermínio dos judeus, numa propaganda que começou cerca de dez anos antes da eclosão da Segunda

Guerra Mundial. Afirmou serem a prova da “culpa” dos judeus pela Revolução Comunista. Era necessário tomar os necessários cuidados contra os planos judeus de domínio mundial e “descobertos” pelos russos em 1897.

Sinteticamente, os fundamentos religiosos do Nazismo, recuperando fundamentos religiosos preexistentes, buscou construir uma espécie de “religião política” própria, com seu próprio culto, dogmas e rituais, enquanto via as religiões tradicionais como concorrentes ou obstáculos à sua total dominação ideológica, buscando cooptá-las ou eliminá-las. É esse o sentido da religiosidade do Nazismo que operava com uma estrutura e simbolismo religioso, pelo qual se buscava preencher o vazio deixado pela secularização e, ao mesmo tempo, oferecer um novo sentido de comunidade e propósito.

Nessa direção, não se pode esquecer que Adolf Hitler era reverenciado como um messias, o líder salvador da Alemanha (Führerprinzip), investido de uma “vontade divina” ou “Providência”. Seus discursos eram quase sermões, e sua imagem era onipresente, gerando uma lealdade quase religiosa.

O racismo, com a supremacia ariana e o antissemitismo, funcionava como um dogma inquestionável, sendo os escritos nazistas, como *Mein Kampf* (Minha Luta), eram tratados como escrituras sagradas. Os grandes comícios, desfiles, a saudação nazista (Sieg Heil) e o uso de símbolos como a suástica, criavam uma atmosfera de comunhão e pertencimento, reforçando a identidade coletiva.

Era também preciso alimentar o misticismo das massas e, para isso, alguns elementos do Nazismo flertavam com o neo-

paganismo e o misticismo germânico, buscando raízes em antigas crenças arianas e mitos nórdicos para justificar a superioridade racial e a pureza de sangue. A SS, por exemplo, tinha rituais e símbolos esotéricos. E assim como as religiões assumem uma perspectiva dicotômica - o bem contra o mal, Deus e o Diabo, o Nazismo opunha os arianos aos judeus e outros grupos, transformando-os em inimigos absolutos, o que justificava sua perseguição e extermínio.

3.4. Os campos de concentração

A perseguição e extermínio começou de forma gradativa, se acirrando rapidamente com o caminhar da história. Um conjunto de leis foram apresentadas no dia 15 de setembro de 1935, baseando-se em três pressupostos principais. O primeiro era baseado na proteção do sangue e da honra alemã, proibindo o casamento entre judeus e alemães, relações sexuais entre ambos e contratação de empregadas judias com idade inferior a 45 anos pelos alemães. Aqueles que descumprissem as leis eram presos pela acusação de corrupção sexual.

A Lei de Cidadania do Reich definiu quem era cidadão alemão: eram considerados cidadãos apenas aqueles que possuísem sangue alemão com vínculo genético comprovado. Fazia referência à proporção de antecedentes alemães e à sua vinculação com os avós maternos e paternos, sendo que aqueles que tivessem $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ de sangue ariano eram considerados de

uma raça mista, tendo direito à cidadania alemã. A restrição se dava àqueles que praticavam o judaísmo ou fossem filhos de pais judeus⁴⁵.

A terceira lei se referia à Bandeira do Reich, adotando a suástica e as cores preto, branco e vermelho como símbolos do Nacional-Socialismo.

As Leis de Nuremberg, somadas à noite dos cristais, marcaram o início da mais trágica passagem para o extermínio de milhares de seres humanos durante toda a Segunda Grande Guerra Mundial. Entre os dias 09 e 10 de novembro de 1938, o governo nazista ordenou que todas as vidraças das lojas de judeus na Alemanha fossem apedrejadas, sendo um ato simbólico que deu início ao genocídio judeu na Segunda Grande Guerra Mundial.

A nomenclatura "Noite dos Cristais" foi dada em virtude dos estilhaços de vidro que se espalharam por todo o solo alemão em virtude dos ataques às lojas judias.

O Aktion T4, ou Ação T4, iniciado em 1939, foi o nome do projeto de purificação genética da população alemã voltado a aprisionar judeus, comunistas, socialistas, ciganos e maçons. Esse projeto fez com que médicos assassinassem pessoas consideradas incuráveis, fossem elas com deficiência física ou mental. De acordo com Philippe Burrin⁴⁶:

[...] Solicitado por um casal que lhe pedia para autorizar a morte do filho incurável, Hitler respondeu favoravelmente. Decidiu então que o mesmo destino seria imposto

⁴⁵ KERSHAW, Ian. Hitler. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 380.

⁴⁶ BURRIN, Philippe. Hitler e os Judeus – Gênese de um genocídio. (trad. Ana Maria Capovilla). Porto Alegre, L&PM, 1990. p. 68.

sem apelação a todos os recém-nascidos portadores de deformações ou anormais. No dia 18 de agosto de 1939, uma circular do Ministério do Interior obrigava os médicos e parteiras do Reich a declarar as crianças que sofriam de uma deformidade. Reunidos em seções especiais, elas foram mortas pela injeção de drogas ou pela fome.

[...]

No início do outono de 1939, Hitler decidiu pôr fim também à 'existência indigna de ser vivida dos doentes mentais'. Uma ordem correspondente foi dada inicialmente de forma verbal, depois, no decorrer do mês de outubro, por meio de uma carta cuja data foi antecipada para 1º de setembro de 1939. Hitler não confiou a direção desta operação, imprópria qualificação de "eutanásia", a Himmler, mas a uma de suas secretárias, a chancelaria do Führer, cuja tarefa consistia em princípio em receber as solicitações particulares. [...] Após algumas experiências, foi estabelecido um procedimento uniforme, que consistia em mandar que as vítimas se despiassem ou despi-las e levá-las numa sala com falsas duchas onde elas seriam asfixiadas por monóxido de carbono. Os cadáveres eram queimados num forno crematório, depois que lhes eram arrancados todos os dentes de ouro. Um atestado de óbito era enviado às famílias após um processo de complicada camuflagem, a fim de evitar o anúncio simultâneo de inúmeros decessos numa mesma localidade. Em pouco menos de dois anos, a empresa fez mais de 70 mil vítimas.

Ao mesmo tempo, nos campos de concentração, um conjunto de experiências desenvolvidas de forma simultânea marcaram a objetivação do sadismo nazista e a negação de to-

dos os direitos humanos aos presos em campos de concentração, especialmente, os judeus⁴⁷. Entre essas ações, merece destaque as experiências da médica Herta Oberheuser. Esta médica ficou famosa por seu sadismo, sendo responsável por dolorosos experimentos. Durante os testes em humanos, feria suas vítimas com pregos, cacos de vidro, serragem e lascas de madeira para simular as condições de luta entre os soldados e verificar o prejuízo que os ferimentos por estilhaços poderiam causar.

Também era sádica Maria Mandel, a chefe da guarda do campo feminino de Birkenau, conhecida como a besta. Ela era brutal com mulheres e crianças às quais selecionava para as câmaras de gás. Ela criou uma orquestra que tocava músicas clássicas enquanto os prisioneiros eram enviados para a morte nas câmaras de gás e enforcamento. Irma Grese trabalhou como chefe da guarda em Auschwitz e Bergen-Belsen, onde comandou assassinatos, torturas, crueldades e excessos sexuais. Ela tinha cães treinados, aos quais deixava famintos, para atacar e matar prisioneiros nos campos. Ela selecionava prisioneiros para serem mortos nas câmaras de gás. Juana Bormann, após julgada e condenada, não mostrou qualquer arrependimento, afirmando, inclusive, quando em julgamento, que pouco lucrou com a morte dos prisioneiros. O seu apelido era a mulher dos cães, pois ela sentia prazer em jogar os prisioneiros para serem esfaqueados pelos cachorros.

Mais conhecido, Josef Mengele era o responsável por realizar experiências genéticas com prisioneiros em campos de concentração, sendo responsável pela mutilação e morte de

⁴⁷ Os carrascos dos campos de concentração que serão apresentados constituem-se apenas em alguns exemplos desses trágicos acontecimentos.

centenas de seres humanos. Um ex-prisioneiro médico de Auschwitz, disse:

Ele era capaz de ser tão gentil com as crianças, de fazer com que elas se apaixonassem por ele, de lhes trazer açúcar, de pensar em detalhes de suas vidas diárias e de fazer coisas que realmente admiramos... E então, ao lado... a fumaça dos crematórios e essas crianças, amanhã ou em meia hora, iriam ser mandadas para lá. Bem, aí estava a anomalia (Lifton, 1985).

Outras técnicas de extermínio foram utilizadas pelos nazistas. Entre elas estava a técnica do congelamento. As vítimas, que nesses casos sempre estavam nuas, eram colocadas em toneis de água praticamente congelada ou expostas ao gelo. A intenção dos médicos nazistas era calcular a resistência máxima do ser humano ao frio. Claro que inúmeras pessoas morriam por hipotermia no meio dos experimentos, que não paravam por aí. Isso porque depois do óbito, os pesquisadores ainda testavam métodos de reanimação.

Outros experimentos cruéis aos quais eram expostos os prisioneiros, foram os testes de pressão. Os pesquisadores queriam descobrir qual a altitude segura para os soldados alemães. Muitas pessoas perderam a consciência ou morreram, sofrendo convulsões pela pressão intracraniana excessiva. As injeções químicas eram misturas bombásticas, de iodo e nitrato de prata, injetadas diretamente no útero das vítimas. Os efeitos eram esterilizações, cânceres e hemorragias internas. Os prisioneiros eram expostos, sem saberem, à radiação excessiva e ficavam es-

téreis em menos de 3 minutos. Esta foi a ação usada pelos nazistas para esterilizar mais de 400 mil pessoas. Os efeitos eram desastrosos, causando mortes imediatas ou na câmara de gás, uma vez que as cobaias saíam machucadas dos experimentos e eram, assim, consideradas inúteis.

Muitos prisioneiros dos campos de concentração foram vítimas de fraturas, infecções, enxertos ósseos ou amputações propositalis, sem qualquer tipo de anestesia, realizadas pelos médicos nazistas. Após estes experimentos, ocorriam tentativas de reimplantes, objetivando registrar como o corpo se regenerava.

Os médicos nazistas testavam como os corpos humanos dos prisioneiros resistiam aos limites de aumento de temperatura. Eles eram expostos a situações limites de calor, seja por meio de lâmpadas incandescentes, ou mesmo pela imersão em caldeirões com água fervente. Havia experiências que consistiam em oferecer alimentos acompanhados de água salgada, para ver a resistência dos prisioneiros. O nível de desidratação era tão elevado, e o desespero tão grande, que muitos dos prisioneiros foram vistos lambendo azulejos recém-limpados do lugar, no desespero por água potável.

Testes em busca da cura da malária, tifo, tuberculose, febre-amarela, febre tifoide e hepatite foram feitos em milhares de presos. As vítimas eram, deliberadamente, infectadas com as doenças. Cerca de 90% das pessoas que participaram desses testes morreram. Além disso, os vivos eram dissecados para que os médicos pudessem ver como a doença se espalhava pelo corpo. A busca de antídotos para venenos e substâncias tóxicas implicava envenenar os prisioneiros e observar as reações dos

seus organismos. Esta ação determinava convulsões e a morte de muitos dos infectados.

O trágico número de vítimas resultante do nazismo, demonstra a crueldade que levou à morte milhões de seres humanos, desprovidos dos seus direitos básicos de existência.

Com o final da guerra, muitos nazistas foram presos e julgados por seus crimes, sendo o Tribunal de Nuremberg criado para julgar os crimes de guerra e os genocídios ocorridos nos campos de concentração nazista⁴⁸. Os Juízes do Tribunal foram russos, ingleses, franceses e norte-americanos.

Os julgamentos tiveram início em 20 de novembro de 1945 e foram realizados até o ano seguinte, resultando em 22 condenados. A cidade de Nuremberg foi escolhida de forma simbólica, visto que nela foram produzidas as leis antissemitas. Entre os principais julgados neste Tribunal estiveram Hermann Göring, Rudolf Höss, Joachim von Ribbentrop, Robert Ley, Wilhelm Keitel e Ernst Kaltenbrunner. Os principais líderes nazistas, como Goebbels, Himmler e Hitler, não foram julgados, pois cometeram suicídio no final da guerra⁴⁹.

Hannah Arendt⁵⁰ dissertou sobre os desdobramentos do

⁴⁸ Elitza Bachvarova,. O Tribunal de Nuremberg como um ícone da Justiça de Transição: aspectos históricos da responsabilização política e do quadro ideológico dos direitos humanos. Em Tempo de Histórias, n. 22, pág. 180-216, 2013.

Gisele Devens,. O Tribunal de Nuremberg: marco nas relações jurídicas e políticas internacionais do século XX. Monografia (graduação em Relações Internacionais). Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2004.

⁴⁹ Elitza Bachvarova,. O Tribunal de Nuremberg como um ícone da Justiça de Transição: aspectos históricos da responsabilização política e do quadro ideológico dos direitos humanos. Em Tempo de Histórias, n. 22, pág. 180-216, 2013.

Gisele Devens, O Tribunal de Nuremberg: marco nas relações jurídicas e políticas internacionais do século XX. Monografia (graduação em Relações Internacionais). Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2004.

⁵⁰ Arendt. H. Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. 17ª reimpressão, São Paulo: Companhia das letras,1999.

Tribunal de Nuremberg e a ação dos carrascos nazistas. Demonstrou que a interpretação de suas ações não deveria se limitar ao sentido religioso da luta do bem contra o mal, mas sim, como uma forma de ação que matava e humilhava milhares de pessoas, incorporada como rotina e instrumento de trabalho. A banalização do mal se transformou em um ato de rotina de todos os carrascos nazistas.

Muitos desses carrascos, merecendo destaque Eichmann, nunca admitiram a sua culpa pelos atos cometidos. Usavam em sua defesa que cumpriam ordens superiores e que suas ações estavam dentro do que regiam as leis alemãs publicadas pelo Reich, no período em questão. Para Arendt, a própria razão foi banalizada e o entendimento do sentido de ser humano foi esquecido. Em nome do reconhecimento do sucesso e ascensão social, qualquer atitude deveria ser tomada, não importando a morte de judeus, maçons, ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, entre outros.

Quando os seres humanos perdem sua capacidade de reflexão crítica sobre temas que norteiam as suas vidas e daqueles que estão a sua volta, ocorre o que Arendt nomeia como a banalização do antiético. Essa é uma condição essencial para a construção da banalização do mal, em que a instrumentalização para determinados fins acaba por legitimar e justificar os todos e quaisquer meios adotados.

Por isso mesmo, as formas de banalização do mal se reinventam e recriam com o caminhar da história, bem como suas mediações e contradições. O escalar de sucessivas crises econômicas com fortes desdobramentos políticos e sociais acabam por reinventar a síndrome do *ovo da serpente*.

A existência do conservadorismo e a dificuldade de interpretação dos complexos processos econômicos, políticos e sociais despertam o nazismo de tempos em tempos, como a Fênix, renasce das cinzas. Por mais que o holocausto, desdobramento de ideias nazistas, responsável pela morte de milhões de seres humanos, nos tenha ensinado importantes lições, seus pressupostos são retomados, apresentando-se como uma nova roupagem, na qual o novo não é tão novo assim.

O novo nazifascismo renasce das cinzas, apostando no tradicionalismo e na segregação social, cultuando a discriminação e o ódio em larga escala. Novos inimigos visíveis e invisíveis são eleitos e as contradições se escancaram.

Parte 2

A Terceira Crise Estrutural, as crises do
século XXI e o surgimento do novo
nazifascismo

IV

As crises do capital financeiro: 2008 nos USA e 2010 na região do Euro

As Democracias e Repúblicas de diferentes países vivem um período de questionamentos quanto à sua eficácia e existência. Tal qual afirmamos, o surgimento de sucessivas crises econômicas, com sérios desdobramentos políticos e sociais, acaba por acirrar os conflitos e contradições, despertando concepções conservadoras que aparentemente estavam mortas, mas que essencialmente sobrevivem.

A Primeira Grande Guerra Mundial e o desenrolar dos processos que levaram à Segunda Grande Guerra Mundial foram o palco do crescimento do nazismo. Contudo, apesar do fim do conflito, seguido, a partir da década de 1950, dos anos dourados do capitalismo, tal qual enunciou Eric Hobsbawm no livro *A Era dos Extremos*, a dinâmica da exclusão social e concentração de capital acabaram recriando novas e profundas crises, com o acirramento das lutas de classes e de conflitos sociais.

4.1. O turbulento final do século XX e início do XXI

O crescimento do novo nazifascismo se explica através da inter-relação de um complexo processo econômico, político e social que se instaurou no final do século XX e início do XXI. Um modelo de sociedade consumista, movida pelos princípios

do fetichismo da mercadoria, entrou em crise, afetando, sobremaneira, as frações de classe conservadoras que se sentiam superiores perante as minorias da sociedade.

Os Estados Unidos exemplificam esta afirmação. No livro de Carlos Lucena, *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*, analisamos a constituição e o colapso do *Welfare State*, dando ênfase à falência do pacto social construído nos pós-Segunda Grande Guerra Mundial. Em outras palavras, um processo político articulado, no qual as empresas se comprometiam a contratar trabalhadores predominantemente brancos, os sindicatos se responsabilizavam em não fazer greves e o Estado em contratar uma força de trabalho feminina.

Esse pacto entrou em crise pela pressão dos movimentos sociais organizados por minorias que se viam excluídas pelo Estado dos processos de acesso às mercadorias e à cidadania social. Um conjunto de movimentos sociais ganhou corpo, merecendo destaque o movimento negro, feminista, LGBT, sem teto, sem-terra e a crítica radical à guerra do Vietnã, ainda no contexto da guerra fria.

O conjunto desses protestos colocou o governo estadunidense na defensiva, agindo na expectativa de contê-los, através da repressão, por um lado, e pela concessão de benefícios sociais, por outro lado. O que estava em jogo era a sucessão presidencial norte-americana. A queda de popularidade do governo Lyndon B. Johnson, do Partido Democrata, foi acompanhada do crescimento da popularidade do candidato do Partido

Republicano, Richard Nixon. As ações políticas em curso fragilizaram a economia estadunidense, criando uma crise generalizada que afetou todo o bloco capitalista.

Esse processo político se agravou quando se somaram aos conturbados embates que estavam em curso no planeta, afetando toda a geopolítica mundial. As guerras da Coreia e do Vietnã, os choques do petróleo nos anos de 1970 e 80, a queda do sistema de *Bretton Woods*, a guerra entre o Irã e o Iraque e o crescimento do neoliberalismo enquanto desdobramento dos processos de reestruturação produtiva, são alguns exemplos dos embates em curso. O modo de produção capitalista, mais uma vez, demonstrava ser uma máquina de criar crises e conflitos sociais. O seu potencial destrutivo atingiu tal dimensão, que a própria tragédia humana se transformou em mercadoria.

A releitura da teoria das crises possibilita interpretar a crise contemporânea, fornecendo elementos que permitem teorizar a reorganização internacional pós-Segunda Grande Guerra, quando o capitalismo teve uma prolongada fase de expansão econômica.

Mesmo tendo a instabilidade econômica se manifestado no fim da década de 1960, ela somente irrompeu com força na década de 1970⁵¹, causada por dois choques sucessivos nos preços mundiais do petróleo e que trouxeram sérias dificuldades para a conversibilidade do dólar em ouro. Isso marcou o colapso do acordo de Bretton Woods, provocando o endividamento dos países subdesenvolvidos que buscavam, em plena crise petrolífera, manter a importação dessa fonte energética e que havia se

⁵¹ Publicado originalmente em Revista Germinar: marxismo e educação em debate. Londrina, v1, n.2, p.27-47, jan. 2010.

tornado fundamental com a expansão do transporte automotivo. A fase de prosperidade anterior foi, assim, interrompida com a crise capitalista internacional⁵² de 1974-1975.

A crise não tardou a manifestar suas características clássicas, com taxas de lucratividade fortemente decrescentes, queda e quebra no mercado de ações, alta contínua da inflação nos países desenvolvidos e desequilíbrios no sistema financeiro. Nesse contexto, surgiu um forte movimento contra as ideias keynesianas e a intervenção dos Estados Nacionais na economia, ressaltando as vantagens do livre mercado no equilíbrio e na regulação das relações econômicas. Velhos pressupostos da ortodoxia liberal reapareceram sob novas vestes, explicitando que a *"mão invisível"* do mercado funcionava mais adequadamente que os controles governamentais e as restrições ao livre fluxo de mercadorias, com a economia *globalmente liberalizada*. No receituário *"neoclássico"*, não havendo intervenção econômica governamental, as economias nacionais e a economia mundial operariam de forma eficiente, conforme os modelos dos mercados *"perfeitamente competitivos"*.

Começou uma contraofensiva do capital hegemônico pelos setores neoliberais das classes dominantes (Gutiérrez; Long e Parga, 2004). A contraofensiva colocou em realce os "Chicago Boys"⁵³ que experimentaram a adoção de uma radical

⁵² A exposição que segue sobre a crise sintetiza, em linhas gerais, o texto de Alberto Anaya Gutiérrez, Virgilio Maltos Long e Rodolfo Solís Parga. Teses sobre a crise do capitalismo e a conjuntura mundial. Comunicação apresentada no VIII Seminário "Os partidos políticos e uma nova sociedade", promovido pelo Partido do Trabalho, realizado na Cidade do México, 5-7 de Março de 2004. Original pode ser encontrado em formato eletrônico:

[http://www.cubasocialista.cu/texto/viii_seminario/csviii13.htm]

[http://resistir.info/mexico/anaya_8_seminario_mar04_port.html].

⁵³ *Chicago Boys* foi a denominação dada ao grupo de jovens economistas chilenos que formularam a política econômica da ditadura do general Augusto Pinochet, implementando no

política de mercado na ditadura do Chile, sob Pinochet. Essa contraofensiva capitalista, a partir de então, adotou o modelo denominado de “neoliberal”, anunciador de uma nova fase econômica, social, cultural, etc., marcada por relações globais em todos os âmbitos da vida social, daí a denominação “globalização”.

Nos últimos anos da década de 1970 e nos primeiros da década seguinte, a Grã-Bretanha, sob o governo de Margaret Thatcher, e os Estados Unidos, sob o governo de Ronald Reagan, passaram a propagandear o novo modelo econômico e a anunciar a globalização do mercado. A partir de então, até muito recentemente, o neoliberalismo e a globalização tiveram expansão em todo o mundo, ditando as políticas orientadoras da economia, da sociedade, da política, das relações internacionais e da cultura na maioria dos países.

Além da ideologização neoliberal e sua propalada característica globalizante, assuntos que tivemos oportunidade de analisar em duas coletâneas – *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais* (Lombardi, 2001) e *Liberalismo e educação em debate* (Lombardi e Sanfelice, 2007), é preciso registrar que a ofensiva da ideologização burguesa, visando à conquista dos corações e mentes em escala mundial, foi a emblemática mistificação de Francis Fukuyama com “o fim da história”, expresso, primeiramente, por meio de um artigo publicado em 1989, com o título “O fim da história”⁵⁴,

Chile o receituário neoliberal da Escola de Chicago, difundido uma década depois pelas medidas de Margaret Thatcher. Esse grupo se formou em economia na Pontifícia Universidade Católica do Chile, depois realizando estudos pós-graduados na Universidade de Chicago.

⁵⁴ O artigo de Francis Fukuyama “The end of history” apareceu em 1989, na revista norte-americana *The national interest*; Em 1992 ocorreu o lançamento do livro *The end of history and*

seguido do livro “O fim da história e o último homem” (Fukuyama, 1992). Com essas publicações, Fukuyama elaborou uma abordagem da história, de Platão a Nietzsche, passando por Kant e Hegel, e cujo objetivo foi revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história. Defende o autor que, superando “totalitarismos” de direita e de esquerda, no final do século XX, a humanidade atingiu o ponto culminante de sua evolução, com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre os demais sistemas e ideologias concorrentes.

Neoliberalismo, globalização e fim da história, foram instrumentos ideológicos da contraofensiva do capital, mais precisamente do capital financeiro, notadamente de seu mais novo rebento, sedento por uma acumulação rápida e pura expressão do capital em seu ciclo financeiro de acumulação: o capital especulativo. Essa contraofensiva usou de todos os instrumentos políticos, ideológicos e financeiros, além da força das armas, para implementar seus objetivos fundamentais: derrotar a classe operária, bloqueando as possibilidades de sua ofensiva, inclusive desmantelando as estruturas, as instituições e as conquistas resultantes do Estado de Bem-Estar Social; reestruturar o capitalismo internacional, abrindo espaço para a livre operação do capital financeiro especulativo, das grandes corporações transnacionais e das potências capitalistas; possibilitar o livre fluxo de investimentos e de comércio de bens e serviços; garantir o controle e a apropriação de recursos naturais estratégicos – fontes de energia, água e a biodiversidade – viabilizando a exploração

the last man, editado no Brasil no mesmo ano com o título “O fim da história e o último homem” (Fukuyama, 1992).

de força de trabalho barata, ao nível global; implementar uma reorganização internacional, com a formação de mega blocos econômicos que repartam entre si os recursos, os territórios, a força de trabalho e os recursos financeiros; estabelecer alianças estratégicas para controlar os mercados globais, implementando uma nova redefinição geoeconômica e geopolítica, estabelecendo uma nova partilha do mundo entre os grandes impérios capitalistas; enfim, submeter os Estados nacionais à lógica da globalização financeira, eliminando o seu papel regulador e sua obrigação de procurar o bem-estar das sociedades locais.

O fim do bloco soviético, com o chamado fim do “socialismo real”, e a concomitante hegemonização do neoliberalismo e da globalização, resultaram num mundo *unipolar* e nas condições necessárias que propiciaram o restabelecimento da hegemonia econômica e político-militar dos Estados Unidos. Nesse contexto se forjou a nova política imperialista dos Estados Unidos que, sob a desastrosa batuta de George Bush Junior, tentou implantar a estratégia de “guerra preventiva contra o terrorismo”, a partir de 11 de setembro de 2001.

Contudo, o acelerado agravamento da crise, ainda sob o governo Bush, deixou evidente que se tratava de uma estratégia para superar a crise capitalista, ao mesmo tempo, em que os Estados Unidos buscavam restabelecer seu controle imperialista sobre o resto do planeta. De modo geral, para a maioria dos países, particularmente para os países atrasados e economicamente dependentes, os anos de 1980 foram o que se convencionou chamar de “década perdida”. Nos anos de 1990, houve uma momentânea recuperação da economia mundial, com a economia americana desempenhando o papel de locomotiva,

com um crescimento médio entre 3,5 e 4%, bem como algumas nações da Europa ocidental, como Inglaterra, Alemanha e França, com um crescimento de 2 a 3%. Para a maioria dos países da América Latina e do Caribe, da África e vários países da Ásia, entretanto, o crescimento foi variável e instável, com uma marcada tendência para a recessão, convertendo essa década de 1990 em outra década perdida.

Em 2000, eclodiu, nos Estados Unidos, a bolha financeira e especulativa, inicialmente nos ramos de alta tecnologia, levando à quebra de várias grandes corporações transnacionais, finalmente se traduzindo num processo recessivo que se expandiu pela maior parte do sistema capitalista mundial. Desde então, esse contexto de profunda crise econômica, social e política, tem se traduzido em insurreições sociais (pacíficas e violentas), marcadas por vitórias eleitorais oposicionistas, com mudanças abruptas na direção governamental de vários países. Esses processos combinaram criativamente velhos e novos sujeitos sociais e políticos, assim como questões programáticas de longa data, mas ainda válidas, com novas reivindicações e formas diversas de luta.

Foi nesse contexto que ocorreram os amplos movimentos de massas e frentes político-eleitorais que, na América Latina, são exemplificados pelos casos da Venezuela, do Equador, do Brasil, da Bolívia, da Argentina, do Uruguai, da Colômbia e de El Salvador. Como em outros períodos da história, em que a combinação de crise cíclica com crise estrutural do capitalismo gerou as condições necessárias para a emergência de vigorosos movimentos populares e políticos alternativos à dominação ca-

pitalista, esse parece que é um momento privilegiado neste sentido. Talvez o amadurecimento da luta conduza à formação de uma frente ampla que articule as forças anticapitalistas e revolucionárias. Ao menos as análises marxistas voltaram a circular nos meios de comunicação de massa. Assim, contraditoriamente, nestes tempos de crise, tal qual a Fênix, volta a circular uma quantidade expressiva de matérias jornalísticas e textos analíticos sobre o assunto⁵⁵. Na impossibilidade de aqui sintetizar o debate que se realiza, vamos apenas tomar alguns poucos textos como referência, visando expressar o quanto a atual crise recoloca a atualidade da produção marxiana.

4.2. A crise imobiliária de 2008

Já com alguma distância, não há dúvidas de que a crise imobiliária que se instaurou nos Estados Unidos no ano de 2008 teve severos desdobramentos no centro e na periferia do capitalismo. Esta crise econômica, com a mundialização do capital, foi implacável e afetou todo o planeta, acirrando as disputas pelo controle das matérias-primas e novos mercados como condição para a sua superação⁵⁶.

A crise teve sua gênese nas dificuldades domésticas estadunidenses em estabilizar o mercado imobiliário e financeiro.

⁵⁵ Impossível dar conta da multiplicidade dessa produção que tem circulado em livros e revistas impressas e digitais. É preciso registrar, entretanto, que há acúmulo de textos de excelente qualidade e que, de modo plural, contribuem para ampliar o debate analítico para o atual contexto histórico de crise estrutural do modo capitalista de produção, com múltiplas indicações de perspectivas e saídas para a construção de novas relações societárias.

⁵⁶ Debatermos originalmente esta parte em: Carlos Lucena, Lurdes Lucena, Robson Luiz de França. A geopolítica internacional do petróleo e o golpe parlamentar no Brasil. In: LUCENA, C.; Previtali, F.; LUCENA, L. (Orgs.). A crise da democracia brasileira. Uberlândia, Navegando Publicações, 2017

Os Estados Unidos passavam até então por um forte crescimento imobiliário em virtude da expansão do crédito em sua forma hipotecária, forma de transação comercial à qual o imóvel dos mutuários era exigido como garantia para o pagamento das dívidas adquiridas.

Inicialmente, a elevação do crédito fez com que os preços dos imóveis disparassem, elevando o volume de negociações no setor, tal qual demonstra a Quadro 01, a seguir. O fetichismo crescente no setor fomentou a ação dos mutuários em adquirir novos imóveis, renovando seus empréstimos em valores maiores àqueles que já haviam obtido.

Quadro 01 - Média dos preços de venda de imóveis novos – US\$

Ano	US\$
1963	20.000
1973	30.000
1983	90.000
1993	120.000
2003	200.000
2013	240.000

Fonte: US Department of Commerce: Census Bureau

No Quadro 02, a disponibilidade irrestrita do crédito imobiliário cresceu de forma incontrolada, atingindo, inclusive, o segmento "subprime", composto, segundo os bancos, por uma parcela de mutuários com menores garantias de quitação dos empréstimos.

Quadro 02 - Evolução do crédito total concedido pelo setor bancário e à compra de imóveis

Ano	Crédito Geral em Bilhões de US\$	Crédito Imóvel em Bilhões de US\$
1980	800	200
1985	1400	400
1990	2000	800
1995	2500	1000
2000	3000	1500
2005	6000	2900
2010	7000	3600

Fonte: All Commercial Banks

Foi este segmento subprime que alavancou a severa crise econômica, uma vez que os compradores tiveram dificuldades em pagar os financiamentos obtidos. A elevação da inadimplência, como expressa o Quadro 03, fragilizou, de forma gradativa, a liquidez bancária, inviabilizando um conjunto de ações financeiras adotadas para contornar os impactos da crise.

Quadro 03 – Evolução da inadimplência bancária nos EUA

Ano	Percentual
1998	2,4
1999	2,1
2000	2,4
2001	2,6
2002	3,4
2003	5,3
2004	11,5
2005	13,2
2006	13,5
2007	14,0

Fonte: All Commercial Banks

O crescimento irrestrito do crédito bancário deu os fundamentos para a sua própria crise. A elevação da inadimplência fragilizou de forma gradativa a liquidez bancária, inviabilizando um conjunto de ações financeiras adotadas para contornar os impactos da crise. A tentativa dos bancos privados em vender as hipotecas sob sua gestão, para bancos de investimento, não surtiu os efeitos esperados. O agravamento da recessão econômica reduziu o volume de vendas e dos preços dos imóveis, inviabilizando a execução das hipotecas e a revenda dos imóveis alienados aos bancos como forma de quitar as dívidas dos mutuários.

4.3. Considerações teóricas da crise de 2008

Em nosso entendimento, essa nova crise estrutural do modo de produção capitalista é profunda e afeta todas as dimensões da vida social e não apenas a economia. A profundidade do crash de 2008 tem sido reconhecida pela própria imprensa burguesa, por meio de matérias nos principais veículos de difusão impressa e digital. A gravidade foi tamanha que este *crash* foi considerado mais grave que o de 1929, nos seguintes termos: “O mundo está passando hoje por uma crise sistêmica que só tem paralelo com o *crash* de 1929 e ninguém sabe qual será a extensão desse terremoto” (Barros, 2008, [s.p.])⁵⁷.

Esse *crash* (2008) manifestou-se por uma grande turbulência no mercado financeiro dos EUA e que foi constante desde

⁵⁷ Frase de Guilherme Barros, na matéria “Para Nathan Blanche, BC agiu corretamente”, publicada na coluna “Mercado Aberto”, da Folha de S.Paulo de 19 de setembro de 2008.

a eclosão da crise do crédito imobiliário (em 2007), agravada pelo anúncio de concordata de um dos maiores bancos de investimento – o *Lehman Brothers*. Com uma economia mundializada, simultaneamente a crise tornou-se internacional, com os investidores promovendo a venda de ações, na busca por ancorar-se em dólares.

Para amenizar os efeitos do desequilíbrio financeiro, os bancos centrais do mundo todo injetaram mais de US\$ 500 bilhões no mercado ao longo da drástica semana de 2008 (a imprensa refere-se ao período de 15 a 19 de setembro de 2008). Para “salvar o capitalismo dos capitalistas”, a economia norte-americana, ícone do liberalismo e da defesa do mercado, protagonizou alguns episódios de intervenção que causaram surpresa aos analistas. Numa clara intervenção do Estado para regularizar o mercado, o tesouro americano disponibilizou bilhões de dólares para aumentar a liquidez dos mercados afetados pela crise, e o Fed (*Federal Reserve*, o Banco Central Americano) aprovou na terça-feira, 16 de setembro de 2008, um socorro de US\$ 85 bilhões à AIG (*American International Group*), uma seguradora que opera praticamente em todo mundo, numa ação sem precedentes e que, na prática, equivale à estatização da empresa⁵⁸.

O socorro do Estado ao sistema do capital, novamente, se deu às custas do aprofundamento da dívida pública, como já observado em relação à primeira grande crise. Novamente é importante lembrar que, tal como analisou Marx n’*O Capital*, é através do aumento do endividamento do Estado, com o consequente aumento dos impostos sobre a classe trabalhadora,

⁵⁸ Idem à nota 13

que as empresas capitalistas são salvas, garantindo-se a continuidade do jogo da Bolsa e a bancocracia (Marx, 1996, Tomo 2, p. 373-374). Ocorre, porém, que isso não se deu sem desvelar o visível desmonte dos pilares estruturantes do capitalismo: do mercado à ideologia.

Essa nova ação intervencionista do Estado na economia foi justificada pelo então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em entrevista pública (concedida no dia 19 de setembro de 2008), afirmando que a intervenção pública nos mercados "não só é justificada, é essencial", para evitar um dano maior na economia; por isso "Devemos agir agora para proteger a saúde econômica de nossa nação". Bush estava acompanhado pelo secretário do Tesouro Americano, Henry Paulson e pelo presidente do Federal Reserve, Ben Bernanke⁵⁹.

O artigo *Réquiem para a era Reagan*, de Chrystia Freeland, expressa que há poucos dias ninguém acreditava na profundidade da crise, mas que desde o dia 18 de setembro de 2008, "a comparação com 1929 se tornou corrente". Considerando que "o item mais importante nas exportações ideológicas dos EUA é a ideia de mercado", a profundidade da crise levou "os americanos a reverem conceitos cruciais como capitalismo de mercado e papel do Estado". A "era Reagan chegou ao fim" e, com isso, "a confiança otimista na superioridade do *"american way"* foi abalada".

⁵⁹ Informação publicada na Folha OnLine de 19/09/2008 - 12h31 – com o título: "Intervenção em mercados é essencial para conter crise, diz Bush". [<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u446710.shtml>]

Com o *crash* de 2008, "após três décadas de consenso sobre a diminuição do tamanho do Estado, a prioridade agora será melhorar o Estado e provavelmente maior" (Freeland, 2008, [s.p.])⁶⁰.

Com a vitória de Barack Obama para a presidência americana, envolta em grande euforia e mistificação por parte da imprensa americana e internacional, houve continuidade e ampliação do consenso para que o Estado continuasse a intervir nos rumos da crise, bancando um plano de estímulo econômico que, em síntese, a imprensa registrou como muito aquém do necessário para minimizar o desemprego e a quebra de generalizada. O Congresso Norte-Americano acabou aprovando um plano econômico avaliado em US\$ 787 bilhões, na sexta-feira, 13 de fevereiro de 2009, com a imprensa informando que o pacote foi aprovado por 60 votos a favor e 38 contra - uma votação apertada que encerrou a tramitação do Plano no Congresso. O próprio presidente Obama disse:

"Há quem tema que não poderemos implementar eficazmente um pacote dessas dimensões e alcance", advertindo que "este passo histórico não será o último dado para superar a crise, mas apenas o primeiro", pois era preciso que se entendesse que "Os problemas que nos levaram a essa crise são extensos e arraigados, e nossa resposta deve estar à altura da tarefa" (Estadão on-line, 14/02/2009)^[11].

⁶⁰ Chrystia Freeland, do "Financial Times", no artigo "Réquiem para a era Reagan", reproduzido na Folha de S.Paulo de 20 de setembro de 2008.

Apesar de prever centenas de bilhões de dólares em cortes de impostos e investimentos federais, favorecendo sobremaneira as indústrias de energia e tecnologia, a nova legislação foi considerada desalentadora para as empresas, pois era insuficiente para minimizar os prejuízos provocados pela crise. Entretanto, as informações eram muito desencontradas, pois o secretário do Tesouro, Timothy Geithner, informou em 10 de fevereiro que os bancos americanos receberam um pacote de ajuda do Tesouro no total de US\$ 1 trilhão que, somado às ações voltadas ao crédito para o consumidor e para as empresas, supera US\$ 2 trilhões (Estadão on-line, 10/02/2009)⁶¹.

Mais interessante, ainda, foi a publicação de observações de George Soros – multimilionário, guru norte-americano dos mercados financeiros, tecendo críticas aos "fundamentalistas do mercado", ao *Federal Reserve*, o Banco Central dos EUA, e ao tesouro norte-americano, dizendo que eram responsáveis pela formação de uma "super bolha" que está mergulhando os Estados Unidos e a Europa numa grave recessão. Respondendo à pergunta *"Wall Street está afundando. Estamos assistindo à queda do império norte-americano?"*, George Soros diz.

Wall Street não está afundando, está em crise. Os efeitos dessa crise vão depender de sua duração. A situação não é fatal: estamos à beira do abismo, mas ainda não caímos nele. O mercado continua a funcionar. Mas nos últimos dias surgiu um fato novo, sim: existe a possibilidade de o sistema explodir. O que está acontecendo é inacreditável.

⁶¹ Matéria on line, de 10/02/2009, pelo site do estadão, com o título "Entenda o novo plano dos EUA para resgatar bancos", acessada pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,entenda-o-novo-plano-dos-eua-para-regatar-bancos,321553,0.htm>

É a consequência do que eu chamo de "fundamentalismo do mercado", essa ideologia do "laissez faire" e da autorregulamentação dos mercados. A crise não se deve a fatores externos, ela não é consequência de uma catástrofe natural. É o sistema que provocou seu próprio colapso. Ele implodiu (Soros, 2008, [s.p.])⁶².

Soros reconheceu que foi o próprio capitalismo que provocou o seu colapso. Para além dessa afirmativa, também reconheceu que a crise expressava o "fundamentalismo do mercado", afirmando que o *laissez-faire* e a "autorregulamentação dos mercados" não passavam de *ideologia*. Para os baluartes da liberdade, de um mercado autorregulável e da não intervenção do Estado na economia, George Soros foi mais longe:

A grande diferença entre hoje e a crise de 1929 é a atitude das autoridades. Elas compreenderam que é preciso sustentar o sistema, mesmo que isso seja complicado e custe caro, e mesmo que não seja parte de sua cultura, promover intervenções do Estado (Idem, ibidem).

Essa posição, manifestada quando do início das notícias sobre a crise, foi reiterada e aprofundada depois, com George Soros afirmando que o "Sistema financeiro está se desintegrando; é pior que a Grande Depressão e não há sinal algum de que estejamos perto do fundo do poço"⁶³. Essas afirmações, feitas em 20 de fevereiro de 2009, em um jantar na *Columbia University*, foram noticiadas por aqui em curta matéria do Jornal *O Estado de São Paulo*,

⁶² Os trechos estão na matéria "Wall Street não afundou", afirma Soros, publicada no caderno Dinheiro, da Folha de S. Paulo de 20 de setembro de 2008.

⁶³ Carta Maior. Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm?alterarHomeAtual=1> Acesso em 22 de setembro de 2009.

de 21 de fevereiro de 2009, registrando que o megainvestidor afirmou que o sistema financeiro mundial estava efetivamente se desintegrando e que não havia perspectiva de solução a curto prazo, já que a turbulência é mais severa que durante a Grande Depressão e essa situação é comparável ao desmantelamento da União Soviética⁶⁴.

Para melhor explicar a crise, comparando com o que ocorreu em 1929-30, a *Folha de S. Paulo* publicou artigo do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, com o sugestivo título "Nada de novo"⁶⁵. Para Belluzzo, várias figuras de proa do *establishment* financeiro americano – Nicholas Brady, Eugene A. Ludwig e Paul Volcker – recomendaram medidas drásticas e urgentes para brejar o avanço da mais devastadora crise financeira desde a Grande Depressão de 1930. Para estes, "na ausência de uma ação corajosa, as coisas podem piorar", pois entendem que "medidas de emergência já tomadas pelo *Fed* e pelo Tesouro, ainda que necessárias, são insuficientes para domar a crise" (Belluzzo, 21/09/2008, [s.p.]). Para os "três figurões" das finanças, "o sistema financeiro americano exige uma reestruturação profunda que o habilite a funcionar de forma mais adequada no futuro", mas é preciso imediatamente livrar o mercado "do enorme volume de lixo tóxico hipotecário que não será honrado nos termos acordados". A citação de Belluzzo é, por ela mesma, elucidativa:

⁶⁴ Matéria intitulada "Soros não vê fundo do poço do colapso financeiro mundial", na Sessão *Economia*, no site do Jornal O Estado de São Paulo, Disponível em: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco327883.0.htm Acesso em: 22/02/2009.

⁶⁵ Luiz Gonzaga Belluzzo, "Nada de novo". *Folha de S. Paulo*, Caderno Dinheiro, de 21 de setembro de 2008.

"Plus ça change, plus c'est la même chose." Franklin Delano Roosevelt assumiu o governo dos EUA quando a Depressão de 1929 andava brava. Cuidou de salvar as grandes corporações e os bancos de seus próprios desvarios e preconceitos. A derrocada financeira foi enfrentada com o Emergency Bank Bill, de 9 de março de 1933, e pelo Glass-Steagall Act, de junho do mesmo ano. Esses dois instrumentos legais permitiram um maior controle do Fed sobre o sistema bancário.

Roosevelt facilitou o refinanciamento dos débitos das empresas, sobretudo da imensa massa de dívidas dos agricultores, estrangulados pela queda de preços. O "*New Deal*" utilizou a "*Reconstruction Finance Corporation*", criada por Hoover em janeiro de 1932, para promover a reestruturação do sistema bancário e financeiro. Roosevelt impôs a separação entre os bancos comerciais e de investimento; criou a garantia de depósitos bancários; proibiu o pagamento de juros sobre depósitos à vista e estabeleceu tetos no pagamento de juros para os depósitos a prazo.

Esses papéis não estão habilitados a suportar as enormes quantidades de instrumentos financeiros estruturados, alavancados muito mais do que 30 vezes. Até que seja adotado um novo mecanismo para extirpar esse tecido apodrecido do sistema, a infecção vai se disseminar, a confiança vai se deteriorar ainda mais e nós teremos de conviver com a mãe de todas as contrações de crédito" (Belluzzo, 21/09/2008, [s.p.]).

A análise de Luiz Gonzaga Belluzzo já vinha sendo arredondada pelo economista, desde uma entrevista publicada na revista *Caros Amigos* de fevereiro de 2008, sob o

título "A crise, trocada em graúdos", e na qual afirmou que a atual crise financeira é a primeira crise em escala mundial após a desregulação promovida pelo neoliberalismo. Afirmo ele que "cada crise tem características próprias... [e esta] é a primeira crise mundial do capitalismo financeiro desregulado" (Belluzzo, fevereiro de 2008, p. 14).

Para ajudar o leitor a entender o que está se passando, Belluzzo traça o percurso que desembocou na atual crise, pontuando que, após a crise de 1930, as reformas introduzidas pelos Estados Unidos e Europa, no chamado consenso keynesiano, possibilitaram três décadas de crescimento e estabilidade, com controles sobre os sistemas financeiros. Às lutas sociais nos países desenvolvidos, correspondeu à "proteção dos direitos econômicos e sociais dos trabalhadores e assalariados" (Idem).

No final dos anos 1960, a recuperação econômica europeia pós-guerra e o reerguimento japonês provocaram "uma mudança de sinal na balança comercial dos Estados Unidos", com sucessivos déficits na balança de pagamento, agravados com a crescente ampliação das despesas militares. Como toda a economia internacional estava lastreada no dólar, passou a ocorrer uma verdadeira hemorragia das reservas de ouro. Em 1971, o então presidente Richard Nixon decretou unilateralmente a inconvertibilidade do dólar em ouro, lastreando a moeda americana em títulos da dívida do governo americano. No final dos anos 1970 os europeus tentavam substituir o dólar por um ativo emitido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), os Direitos Especiais de Saque, mas a reação dos americanos foi de

promover um choque de juros, levando a uma quebraadeira geral das economias nacionais, notadamente dos países endividados. O resultado da crise foi a vitória das posições liberais mais conservadas, como a vitória de Thatcher em 1979 e de Reagan em 1980, com a radical desregulamentação e liberalização da economia, com o máximo de liberdade de mercado e Estado mínimo. Conforme Belluzzo:

[...] a crise deu força aos que trabalhavam sem descanso para dar um fim [...] às instituições criadas na posteridade da Segunda Guerra para impedir que o capitalismo repetisse experiências catastróficas, como a crise de 1929. A ideia era desregulamentar, liberalizar, promover a desrepressão financeira. Nesse ambiente, com o dólar fortalecido, os Estados Unidos começaram as ideias e as regras do conjunto de proposições ditas neoliberais. [...] (Belluzzo, fevereiro de 2008, p. 14).

Como bem caracteriza Saul Leblon, em texto intitulado “A esquerda enfrenta a dura carpintaria da história”, o neoliberalismo foi tomado como a panaceia ideológica da burguesia para todos os males da modernidade, transformando os meios de comunicação de massa em “corregedoria ideológica do fim da história”. Vale a pena atentar para a citação:

[...] Por quase 30 anos, despejou-se sobre a sociedade uma peroração cotidiana que reafirmava a virtude dos mercados desregulados para promover o crescimento, a inovação, a modernidade, a eficiência, a liberdade, orgasmo e a cura para a calvície. Jornalões, colunas e colunistas, em especial nas (ou nos) editorias de economia, funcionaram esse tempo todo

como uma espécie de corregedoria ideológica do fim da história. Dentro e fora das redações, cuidavam de vigiar, punir e desqualificar quem ousasse arguir o mainstream, bem como o perímetro por ele reservado à democracia. (Lebron, 2009, [s.d.])

Contudo, voltemos a Belluzzo, para quem esse ambiente neoliberalizante, com uma suposta liquidez e segurança, fizeram com que os títulos americanos passassem a lastrear as operações de crédito que passaram a ser “securitizadas”, com os títulos não mais ficando nas carteiras dos bancos, mas sendo negociados diariamente nos mercados financeiros internacionais. Foi essa a política adotada nas duas décadas seguintes (1980 e 1990), promovendo amplo crescimento da bolha financeira, com os bancos concedendo crédito lastreado na negociação dos títulos. Foi como que absolutizar a circulação de dinheiro para a obtenção de mais dinheiro.

[...] A inventividade dos mercados construiu uma verdadeira pirâmide de papéis, com empréstimos de qualidade variada, misturando o bom, o ruim e o péssimo. Quando explode a crise, toda a cadeia da felicidade entra em pane. A pirâmide começa a desmoronar... (Belluzzo, 2008, p. 15).

Para Belluzzo, os mais recentes acontecimentos mostraram que é preciso “conter a mula sem cabeça da finança desregulada”, para evitar que os cidadãos sejam “atormentados periodicamente pelas tropelias da mão invisível” (Belluzzo, 21/09/2008, [s.p.]).

Esta afirmação de Belluzzo é fundamental para interpretarmos as relações da crise imobiliária de 2008 e o crescimento

do novo nazifascismo. A ineficácia de superar os desdobramentos e imperativos da crise acabam colocando como reféns as frações de classe que não compreendem a dinâmica do processo econômico e social que as colocou nesta situação. A dinâmica das formas reprodutivas do círculo metabólico do capital afeta a efetividade das ações tomadas para resolvê-las.

Vejam, a dinâmica da crise imobiliária de 2008. Esse processo afetou a liquidez dos bancos privados, consolidando a possibilidade concreta de falência generalizada, cujos desdobramentos atingiram, sobremaneira, o próprio setor produtivo. Isso se explica pela existência de um processo metabólico entre as formas reprodutivas do capital financeiro e o produtivo, centrado na exploração do trabalho através da obtenção de mais-valia. Em outras palavras, os bancos emprestam dinheiro para as empresas investirem na produção. Esses novos investimentos possibilitam que as empresas elevem a produção, intensificando a exploração da mais-valia absoluta e relativa. O crescimento da acumulação do capital produtivo possibilita que os homens de negócios devolvam o dinheiro emprestado pelos bancos, acrescidos de juros, garantindo a acumulação do capital também em sua forma bancária⁶⁶.

Com a fragilização da liquidez dos bancos, o metabolismo reprodutivo do capital foi afetado com desdobramentos implacáveis dentro e fora das fronteiras estadunidenses. Internamente, a quebra do processo reprodutivo do capital proporcionou que a crise imobiliária atingisse toda a economia estadunidense, comprometendo a capacidade de financiamento dos bancos na produção e os seus próprios fundos de pensão.

⁶⁶ Idem à nota 53.

Externamente, atingiu toda a economia mundial dada a centralidade dos Estados Unidos no mercado financeiro internacional. A crise nos bancos estadunidenses retraiu o oferecimento de crédito pelos bancos internacionais, diminuindo o volume da produção e o comércio em boa parte do planeta.

Essa dinâmica se explica essencialmente pela construção gradativa de estratégias políticas para a superação da crise de 2008, visando garantir a centralidade na economia estadunidense, independente dos impactos na periferia do capitalismo. O objetivo foi construir estratégias governamentais em âmbito nacional e internacional para proteger as empresas estadunidenses e garantir a pressão diplomática internacional na garantia dos seus interesses econômicos e políticos. O endurecimento das ações diplomáticas dos Estados Unidos implicou em elevar sua influência política em diferentes regiões do planeta e enfraquecer o crescimento dos países rivais.

As pressões diplomáticas realizadas, desde então, pelos Estados Unidos se explicam em uma totalidade que transcende as suas fronteiras. Tomando como referência a expansibilidade incontrolável das formas reprodutivas do capital, tal qual demonstrado por Marx n' *O Livro Terceiro de O Capital*, o controle de diferentes regiões do planeta impacta na manutenção da hegemonia política e econômica estadunidense nas próximas décadas. A estabilidade econômica na periferia do capitalismo é condição essencial para a estabilidade econômica dos países centrais. Recuperamos aqui a afirmação de Marx no *Livro Terceiro de O Capital* à composição monetária dos Bancos Centrais dos países capitalistas. Essa mesma composição é constituída

por uma parcela privada e outra estatal, cuja redução de qualquer delas afeta todo um sistema econômico de uma nação.

Longe de reducionismos analíticos, percebemos uma estratégia econômica e política voltada à garantia da continuidade do pagamento das dívidas externas, concretizando a reprodução do capital acrescido de juros.

Esta discussão ganha relevância nas formulações teóricas elaboradas por Marx no *Livro II e III de O Capital*, onde se destaca um importante esboço para uma teoria marxiana monetarista. A formação histórica do capital portador de juros é percebida através dessa complexidade. A recuperação dessas relações é relevante para a crítica às formas de acumulação vigentes na sociedade capitalista, especialmente quando tomamos por referência o crescimento do capital especulativo que redefine a relação entre nações, acentua a luta de classes e impõe formas perversas de obtenção de mais-valia oriundas do trabalho.

Marx demonstrou n' *O capital* uma formulação crítica de como o capital se reproduz, sua composição e, consequentemente, os processos desumanizantes por ele criados. Para isso, desenvolveu formulações voltadas a explicar a organicidade compositiva do capital. No Livro III d' *O Capital*, demonstrou a complexidade do conjunto de relações comerciais executadas na sociedade. Marx afirma que, no lugar:

[...] da efetiva transformação de dinheiro em capital desponta apenas sua forma sem conteúdo. Como na capacidade de trabalho, o valor de uso do dinheiro se transforma no valor da capacidade de criar valor de troca maior do que o possuído. É emprestado como valor que se valoriza a si, mercadoria, mas uma mercadoria que se

distingue da propriedade como tal precisamente por essa propriedade, possuindo, portanto, também, uma forma particular de alienação [...] O que de fato é vendido é seu valor uso, que neste caso consiste em pôr valor de troca, produzir lucro, produzir maior valor do que o possuído por ele próprio. Como dinheiro, não se modifica pelo uso. Mas como dinheiro é gasto e como dinheiro reflui (Marx, 1974, p. 135)

Para Marx, a relação entre o juro e a mais-valia se explica na circulação do capital, manifesta na relação econômica de empréstimos concedidos ao capital industrial para ser investido na produção. Esse movimento cria uma relação através da qual, dos próprios lucros gerados pela obtenção da mais-valia no processo produtivo, uma parte é retirada para o pagamento dos juros dos empréstimos realizados. O capital monetário é o desdobramento desse processo. Ele não é uma abstração, assumindo uma relação social em suas formas reprodutivas similares às existentes na circulação de mercadorias.

As relações entre o capital comercial e o financeiro, demonstradas por Marx n' *O Livro III de O Capital*, fundamentam a recuperação da origem de formas de reprodução expressas pelo capital manifesto na constituição de juros.

O comércio de dinheiro atinge seu pleno desenvolvimento, o que sempre se verifica nas suas origens, quando às suas demais funções se associam as de emprestar, de tomar emprestado e de negociar com crédito." (Marx, L. III, cap. XIX, p. 369)

O capital portador de juros é a base material para a construção de discursos políticos expressos em um capital

especulativo que separa a compra e a venda, especulando os valores futuros a serem adquiridos nas transações comerciais e de empréstimos.

Quando o capital portador de juros passa a operar com a especulação, com a acumulação futura, descolada de sua base real, material, como nos títulos públicos, tem-se o capital fictício, que se origina daquela forma de capital. O capital fictício constitui-se na forma ilusória que adquirem os rendimentos que parecem provir do capital portador de juros. (Silva, 2009, 27)

A constituição do capital composto de juros implica em um movimento deste mesmo capital expresso na auto expansão do valor por ele mesmo criado. Marx, no *Livro Terceiro d'O capital* apresentou essa relação pela transição da mercadoria em dinheiro e, conseqüentemente, da reprodução do dinheiro em mais dinheiro. É assim que a circulação $D - M - D'$, com o incremento da reprodução do capital intermediada pelos juros, acaba por criar formas de reprodução que precedem do intermédio da mercadoria, manifesto na formulação $D - D'$.

Marx representou a relação entre o capital bancário e o produtivo através da elaboração de uma fórmula assim expressa: $D - D - M - D' - D'$. Nas relações entre os capitalistas, aqueles vinculados ao monetarismo – os prestamistas – emprestam dinheiro a outros capitalistas, garantido pelas vias jurídicas para esse fim. O prestamista “A” ao emprestar dinheiro para o capitalista ativo “B” promove uma forma de circulação de capital, através da qual, em poder de “B”, o dinheiro se transforma em capital, percorrendo o circuito $D - M - D'$,

voltando ao capitalista "A" como D'. Em outras palavras, é devolvida ao capitalista inicial não o lucro inteiro, mas apenas parte do lucro, o juro.

Na realidade, é somente a separação dos capitalistas em capitalistas monetários e capitalistas industriais que converte parte do lucro em juros e cria, em geral, a categoria do juro (Marx, 1983, 277).

Parte do capital bancário é, pois, investida nesses assim chamados papéis portadores de juros. Ela mesma constitui parte do capital de reserva que não funciona no negócio bancário real. A parte mais importante consiste em letras de câmbio, isto é, promessas de pagamento dos capitalistas industriais ou comerciantes:

[...] Para o prestamista de dinheiro, essas letras de câmbio são papéis portadores de juros: ao comprá-las, ele deduz o juro pelo tempo que falta até o vencimento. Isso é o que se chama descontar. Depende, pois, da taxa de juros em cada momento, a grandeza da dedução da soma que a letra de câmbio representa. (Marx, 1988, p. 6)

A outra parte do capital bancário é formada pela reserva em ouro ou mesmo dinheiro. Essa é a condição do banco para garantir a disponibilidade dos depósitos aos depositantes. Esse capital bancário está sempre em flutuação, uma vez que quando são retirados depósitos por alguns, por outros, nova quantia é depositada. As formas de composição do capital bancário expressas na organicidade entre o estatal e o privado fundamen-

tam as relações econômicas e políticas entre os bancos, demonstrando que a dificuldade de um segmento pode levar ao colapso de outro segmento bancário. As expressões demonstradas por Marx justificam o temor de frações de classe do cartel ao pagamento dos juros da dívida tanto pelos países centrais, como pelos periféricos.

Tomando como referência a expansão incontrolável do capital, por um lado ocorre a ofensiva do capital contra a classe operária, a juventude e as massas oprimidas; por outro, observa-se a multiplicação das manifestações, não apenas devido ao impasse da economia capitalista em geral, mas das contradições próprias ao seu funcionamento, detentora de uma crise econômica maior. Ao mesmo tempo, sem romper com sua lógica especulativa, manifesta-se também formas conservadoras expressas no novo nazifascismo que buscam explicar estas complexas relações por meio de teorias da conspiração, facilmente compreendida pelos incultos que atribuem a responsabilidade destes fenômenos a grupos globalistas que conspiram contra a humanidade, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente.

Colocam o setor financeiro como um parasita que ataca o próprio capitalismo, ameaçando o futuro da humanidade⁶⁷, fingindo, dentro da hipocrisia e do cinismo que lhes é peculiar, que não pertencem a esta mesma classe e atentam a estes mesmos interesses econômicos e políticos.

Ao mesmo tempo, ainda no interior das concepções teóricas que explicam o círculo vicioso do capital, esta construção teórica é essencial para entender a relação dinâmica

⁶⁷ François Chesnais. O Capitalismo de Fim de Século, In Coggiola et. alli. Globalização e Socialismo. São Paulo: Xamã, 1997. P. 19

e mundializada entre o centro e a periferia do capitalismo. Na prática, o calote dos países periféricos no pagamento dos juros da dívida externa não afeta apenas o banco privado credor. A existência de um vínculo do banco privado com o Estado Nacional impacta na redução do volume da composição monetária do Banco Central do país de origem, desvalorizando a própria moeda nacional. Com a mundialização do capital, a crise na periferia impacta na crise nos países centrais.

Isso se explica na dinâmica do mercado e nas ideologias políticas que o justificam. A retomada do pensamento liberal asentada nos princípios da “Escola de Chicago”, à qual o mercado e a concorrência são as chaves para a superação de crises econômicas, reforçou grupos econômicos e financeiros alicerçados pelo poderio político e militar em uma constante pressão sobre a periferia do capitalismo. Esses atores agem no intuito de inviabilizar o surgimento de novos atores, contradizendo os princípios da participação e liberdade aos moldes do mercado liberal. A pressão diplomática impacta na ação constante em manter o controle sobre a periferia do capitalismo, agindo no intuito de conquistar o apoio de frações de classe burguesas nacionais simpáticas a esse projeto.

Os desdobramentos da crise imobiliária de 2008 atingiram a região do Euro em 2010. Tomando como referência a adoção de uma moeda comum como um dos instrumentos para a construção do mercado comum europeu, as diferenças econômicas entre os países que o compunham acabaram por afetar o seu próprio funcionamento. A dificuldade em se criar uma política fiscal comum entre todos os países que o compunham acabou por criar intensas dificuldades para o equilíbrio do sistema

econômico criado. Tomando como referência a adoção de uma moeda comum como um dos instrumentos para a construção do mercado comum europeu, as diferenças econômicas entre os países que o compunham acabaram por afetar o seu próprio funcionamento. A dificuldade em se criar uma política fiscal comum entre todos os países, acabou por criar intensas dificuldades para o equilíbrio do sistema econômico criado.

Um processo de instabilidade econômica começou quando a Grécia divulgou a dificuldade em controlar sua dívida pública. Enquanto os países da Zona do Euro trabalhavam com a meta máxima de 60% de comprometimento do Produto Interno Bruto – PIB – com a dívida pública, a Grécia anunciou que o seu valor percentual de comprometimento atingia a marca de 124,9%.

O anúncio da falência grega gerou forte instabilidade no mercado, acentuando os processos de especulação e difusão contínua de um efeito em cascata do endividamento dos Estados da Zona do Euro. A dimensão mundializada da reprodução do capital em sua forma financeira fomentou o “pânico” no mercado em face da possibilidade do crescimento de um calote generalizado no pagamento da dívida, afetando, sobremaneira, as economias tanto centrais e, principalmente, as periféricas.

Embora a Grécia fosse relativamente irrelevante em decorrência de sua pequena economia, devedores maiores e mais relevantes começaram a apresentar severos problemas em maio. Bancos sediados na zona do euro haviam emprestado um total de €206 bilhões para a Grécia, mas, para a Espanha, este valor chegava a €727 bilhões. O novo pacote de socorro foi instituído com o intuito de impedir um calote dos devedores

portugueses e espanhóis, algo que teria afetado enormemente os bancos da Alemanha e especialmente os da França. O governo francês, por isso mesmo, tinha mais interesse nesse socorro do que o governo alemão. A exposição direta dos bancos franceses às dívidas dos governos de Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha eram maiores do que a exposição dos bancos alemães⁶⁸.

Quadro 05 – Exposição dos bancos franceses e alemães à dívida governamental (em 31 de dezembro de 2009)

	Bancos franceses	Bancos alemães
Espanha	\$48 bilhões	\$33 bilhões
Grécia	\$31 bilhões	\$23 bilhões
Portugal	\$21 bilhões	\$10 bilhões
Irlanda	\$6 bilhões	\$1 bilhões
Fonte: Banco de Compensações Internacionais ⁶⁹		

Este complexo processo de crise instaurado na Europa elevou o índice de desemprego, afetando todos os países europeus. O quadro 06 apresenta os países europeus com maior índice de desemprego no continente europeu.

⁶⁸ Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1229> Acesso dia 27 abr. 2016.

⁶⁹ Idem ao anterior.

Quadro 06 – Índice percentual de desemprego médio 2008

País	Percentual
Alemanha	7,3
Espanha	11,3
França	7,7
Hungria	7,9
Portugal	7,7
Eslováquia	9,6
Bélgica	7,1

Fonte – European Union Labour Force Survey (Eurostat)

No âmbito dos Estados Unidos, o quadro 07 apresenta os índices percentuais relativos aos anos de 2008 e 2009, sendo possível verificar que é o crescimento constante destas taxas, merecendo destaque os meses de abril, maio e junho de 2009 que apresentaram taxas recordes de desemprego como desdobramento da crise imobiliária de 2008.

Quadro 07 - Evolução do desemprego nos Estado Unidos – 2008/2009

2008	
Mês	Índice Percentual
Agosto	6,2
Setembro	6,2
Outubro	6,6
Novembro	6,8
Dezembro	7,2
2009	
Janeiro	7,6
Fevereiro	8,1
Março	8,5
Abril	8,9
Maio	9,4
Junho	9,5

Fonte: Departamento de Trabalho dos EUA

Este complexo processo de crescimento do desemprego na Europa e nos Estados Unidos, evidenciado nos dados constantes nos quadros 06 e 07, afetaram duramente as classes médias dos países envolvidos. A fragilização das condições de vida e sobrevivência de milhares de seres humanos acabaram por acirrar os conflitos sociais, expulsando milhares de trabalhadores do mundo do trabalho. A emergência de severa crise econômica mundial e o consequente empobrecimento de milhares de seres humanos foram utilizadas como fomento para a retomada de princípios ultraconservadores como alternativa para a condição de vida dos afetados por esta condição.

A pauperização das condições de vida de coletivos humanos que perderam seus empregos e viram afetados seu poder de compra, impulsionado pelo fetichismo da mercadoria, acabou por criar uma massa de ressentidos que não compreendiam, ao certo, os motivos de sua condição social. A revolta e o inconformismo por esta situação foram capitalizados pelos pensadores e líderes do novo nazifascismo, em estratégia similar ao nazismo alemão após o final da Primeira Guerra Mundial.

Eles se apresentaram como novos atores, quando na realidade não o eram. Difundiram o ódio e o desejo de vingança, elegendo fantasmas ocultos como globalistas controlados por comunistas que conspiravam através da República e da Democracia. O *ovo da serpente* novamente germinou, elegendo, imigrantes, negros, gays e mulheres como os responsáveis pelas

mazelas da sociedade. O ódio entre as frações de classe explodiu com todo vigor, expondo conflitos e contradições⁷⁰.

⁷⁰ A imprensa brasileira também noticiou o assunto, por exemplo pode-se verificar o conteúdo de matéria on line, de 14/02/2009, pelo site do Estadão, com o título "Congresso aprova plano anticrise; Obama elogia 'conquista real'", acessada pelo seguinte endereço eletrônico: http://www.estadao.com.br/economia/not_eco323852,0.htm

Parte 3

O novo nazifascismo

V

Os fundamentos do novo nazifascismo

O Novo nazifascismo emerge como resultado dos desdobramentos econômicos, políticos e sociais resultantes das crises cíclicas do modo de produção capitalista. Não queremos aqui estabelecer relações anacrônicas entre o novo nazifascismo e o nazismo alemão. Contudo, o que percebemos é que os mesmos fundamentos, inerentes às décadas de 20 e 30 do século XX na Alemanha, são retomados. A fragilização das condições de vida de milhares de trabalhadores (as) em todo o planeta efetiva o desespero e a falta de esperança. A impossibilidade de ascensão social, acompanhada pela elevação dos índices de pauperização, acaba por despertar inseguranças e medos.

Ele desperta a insegurança e o medo das pessoas em face das suas condições de vida. A incapacidade de interpretar os complexos processos que levam à sua pauperização transforma estas frações de classe em alvos fáceis de interpretações simplórias sobre as suas existências, estando sujeitas à manipulação política e ideológica.

O nazismo alemão utilizou judeus, comunistas, ciganos, maçons, liberais, testemunhas de Jeová e os homossexuais como responsáveis pela crise econômica e social que mergulhou a Alemanha no caos depois da Segunda Grande Guerra Mundial. O novo nazifascismo, por sua vez, mantém a premissa explicativa, elegendo, comunistas, gays, mulheres, negros,

índios e imigrantes como responsáveis pelas mazelas da sociedade. A estratégia política de omitir as contradições entre as classes e os processos de exploração inerentes às formas reprodutivas do capital é utilizada em ambos os casos, independentemente dos períodos históricos distintos.

Essa ação se efetiva pela condição de existência expressa em níveis elevados de alienação (ou estranhamento, como alguns preferem) imperantes na sociedade capitalista, fazendo com que as saídas estejam na manutenção das formas opressivas que geram esta condição.

Aqui, o conceito de alienação (estranhamento) em Marx se expressa com todo vigor. A alienação é uma genealogia da consciência, uma fundamentação materialista do processo de construção social da realidade como representação. Para Marx, não existem ideias simplesmente falsas da realidade, mas uma realidade falseada, invertida, que provoca a representação ideológica correspondente, ou seja, uma teoria materialista da falsa consciência. O desenvolvimento mais complexo dessa teoria é a reificação (coisificação)⁷¹.

Marx herda de Hegel e Feuerbach a ideia de alienação. Para o segundo, a essência da teologia é a essência do homem posto para fora do homem. Para Hegel, a essência da lógica é o pensar transcendente, o pensar do homem posto fora do homem. Os seres humanos, afirma Hegel,⁷² convertem seus pensamentos e opiniões em Deus; convertem o seu ponto de

⁷¹ As discussões aqui apresentadas sobre a alienação e o estranhamento em Marx foram originalmente as concepções de alienação e estranhamento em nosso livro Lurdes Lucena; Carlos Lucena. Imprensa, gêneros discursivos e tempo capitalista. Uberlândia, Navegando Publicações, 2024.

⁷² George W. F. Hegel. Princípios da filosofia do direito. Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

vista em Deus. Para Feuerbach, o Deus da religião cristã é o conjunto dos atributos do homem projetados para fora de si na forma de um ser imaginário. Tudo o que ganha Deus, perde-o o homem. Deus não é nada do que é o homem real, mas justamente o que não alcança ser. Deus é infinito, perfeito e eterno; o homem é finito, imperfeito e pecador. Deus é a materialização da positividade e o homem da negatividade⁷³.

O líder totalitário se manifesta no interior da alienação, como pressuposto fundante das relações na sociedade capitalista. Tendo como referência o medo de parcelas das frações de classe por algo que não compreende, mas imagina que está presente, o líder totalitário assume a infinitude, perfeição e eternidade. O líder é aquele que consegue sistematizar aos alienados toda e qualquer situação não compreendida, propiciando pretensa segurança. Para este fim, se apresenta como um ser dotado de características que superam os seres comuns. Com uma retórica produzida para o convencimento das massas, apresenta-se como o salvador dos desesperados, denunciando de forma sínica uma forma de sociedade opressora à qual representa e faz parte.

Estas afirmações se complementam quando analisadas na perspectiva da conquista do poder político do Estado. Marx⁷⁴, diferentemente de Hegel e de Feuerbach, afirma que a alienação não é nem uma milenária luta do espírito contra si, nem o produto da miséria humana igualmente milenar, mas o resultado de relações sociais determinadas. Assim como para

⁷³ L. Feuerbach. A essência do Cristianismo. Portugal, Editora Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1994.

⁷⁴ Idem à citação n. 66

Feuerbach, Deus é a essência estranhada do homem, para Marx, o Estado é sua essência objetivada. Marx afirma em *A Questão Judaica* que, tanto na política como na religião, o homem projeta fora de si o ser genérico que não pode manifestar em sua vida normal. O interesse geral, incompatível com os interesses privados, somente pode existir separado da sociedade burguesa. O Estado é uma abstração da sociedade civil, uma abstração que se separa do ser humano real, ou o satisfaz de modo imaginário. Em suas fronteiras, o ser humano real só se reconhece sob a forma do indivíduo egoísta.

É a partir da construção de um modelo de Estado autoritário, governado por um líder com características messiânicas, que as aspirações individuais são cooptadas. Na Alemanha, pós-Primeira Grande Guerra Mundial, foram os anseios daqueles que se viram prejudicados pelos desdobramentos econômicos e sociais do conflito. No novo nazifascismo, são aqueles vitimados pelas crises econômicas, políticas e sociais.

A saída apresentada pelo nazismo alemão foi o nacional-socialismo, como o Valhalla na terra. No novo nazifascismo, é a volta triunfal de uma sociedade da moral e dos bons costumes conservadores, movida pela supremacia branca e o fetichismo da mercadoria.

Marx e Engels afirmam na *Ideologia Alemã* que as ideias dominantes de um tempo histórico, são a expressão ideal das relações materiais desse tempo. Os sujeitos que compõem a classe dominante do seu tempo possuem a consciência e, por isso,

[...] pensam; enquanto dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Mészáros contribui com esta discussão ao afirmar que:

Na verdade, a ideologia aparece, na concepção marxiana, não em um sentido unilateral, mas com conotações diametralmente opostas. Em um sentido, ela é apresentada, em sua negatividade, como uma força mistificadora e contraproducente, que, em grande medida, impede o desenvolvimento social. Por outro lado, no entanto, ela também é vista como um fator positivo vital - servindo ao propósito de superar determinadas restrições e resistências sociais - sem cuja ativa contribuição as potencialidades produtivas da situação histórica dada não poderiam se desdobrar e afirmar a si mesmas. (Mészáros, 2011, p. 141).

[...]

[...] devemos proceder com o exame crítico das afirmações que dizem respeito ao seu próprio valor de verdade e considerar o "modo pelo qual a *luta de classes* tem um grande impacto sobre as potencialidades e limitações científicas da economia política burguesa" (Mészáros, 2011, p. 143, grifo do autor).

A "busca da verdade é profundamente afetada pela luta de classes", tanto em sentido negativo quanto positivo (Mészáros, 2011, p. 142). Uma das características da ideologia é

que ela é orientada para a prática social. Isso se aplica às ideologias em seu âmbito particular, podendo ser orientadas para visões progressistas, reformistas ou conservadoras da ordem social. Os antagonismos de classe separam as ideologias emancipatórias positivas, das concepções conservadoras expressas na falsa consciência da realidade.

Tal qual o nazismo, o novo nazifascismo se apresenta e se expande nas fronteiras da falsa consciência da realidade, composta pela dinâmica da alienação e do estranhamento do mundo vivido pelo trabalho, manifesto por ideologias conservadoras que apresentam como novo aquilo que não o é. Os seus pressupostos potencializam a construção social de heróis e vilões, elegendo, sujeitos e organizações políticas como responsáveis pela salvação ou pela derrocada da sociedade. Nesse processo ideológico, o nazismo e o novo nazifascismo se apresentam e buscam legitimidade. A ausência de entendimento do sentido da emancipação social como forma absoluta de libertação social potencializa o ressurgimento e manutenção de formas ultraconservadoras de ação e percepção da sociedade. Isso permite eleger de forma subjetiva os alvos que pretendem ser conquistados e destruídos, merecendo destaque a própria democracia burguesa e a República.

5.1. A crítica à Democracia e a República

A forma de organização da política e do Estado Nacional é alvo de críticas e disputas para o novo nazifascismo. Apesar da eleição do comunismo como grande algoz invisível da sociedade, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente, o

que observamos é que suas críticas imediatas se referem principalmente à Democracia e à República.

O liberalismo se sustenta na premissa de que a democracia possui regras específicas de funcionamento, baseadas na tolerância mútua pelo reconhecimento da existência de rivais políticos com direitos iguais de competir pelos cargos e poder. A sua existência tem como princípio a adoção de uma reserva institucional voltada a manter padrões de competição que garantam este direito, mesmo com os limites participativos existentes nesta concepção política. O Estado Democrático de Direito é a expressão tangível do Estado liberal.

O novo nazifascismo é crítico destes princípios, declarando guerra total à República e à Democracia. Para Umberto Eco⁷⁵ está em jogo a vida para a luta, pois a vida só existe para a guerra. Qualquer manifesto de paz é totalmente negado, pois a aliança com o inimigo demonstra a fraqueza de um povo. Essa afirmação exemplifica a retomada dos princípios bárbaros da glória pela guerra total. Tomando como referência os princípios do Ragnarok, princípio central existente no pensamento teológico bárbaro⁷⁶, o que importa é lutar e vencer, pois o mundo não é lugar para os fracos e derrotados.

A ideia da guerra total pretende estabelecer a conquista política por meio da intimidação. O que importa é a desmoralização total dos mecanismos de participação existentes na sociedade, em troca da instauração gradativa de um sistema político autoritário que se apresenta como novo, quando na realidade

⁷⁵ Humberto Eco. *Fascismo Eterno*. Tradução: Eliana Aguiar. 1a Ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2018.

⁷⁶ O Ragnarok entende que haverá uma batalha final entre o bem e o mal, cujo vencedor assumirá o controle do mundo e da eternidade.

não o é. Para esta concepção, a República e a Democracia, infestadas de comunistas, ressignificados como sinônimos de corrupção, são entendidas como inimigos a serem combatidos e extirpados. Na aparência, a sua estratégia é apresentar o “fantasma do comunismo” como um inimigo oculto para conquistar as mentes e corações das frações de uma classe média saudosa dos resquícios da guerra fria e da ditadura militar. Na essência, as suas ações visam a conquista do Estado, utilizando a própria democracia para minar as suas instituições.

A retórica e a construção de pseudoverdades – as *fake news* – são instrumentos utilizados na estratégia para destruir a democracia. Para isso, utiliza a igualdade para negar as lutas sociais dos setores excluídos da sociedade. Este é o motivo pelo qual o novo nazifascismo nega, de forma veemente, a existência das minorias sociais, ancorando-se no pressuposto vulgar da igualdade humana. A luta dos excluídos é entendida como uma ação por privilégios pessoais e não como uma forma de reparação de desigualdades históricas sociais. Para o novo nazifascismo, ancorado em ideologias que expressam a falsa consciência da realidade, todos os seres humanos são iguais pelo fato de pertencerem à mesma espécie, existindo como indivíduos econômicos movidos pela competência individual aos moldes liberais.

As pautas de combate ao racismo estrutural, aos processos perversos impostos aos povos indígenas, à intolerância à ascensão social das mulheres, a discriminação ao público LGBT e a existência de imigrantes, são concebidos como faces da conspiração comunista para construir uma sociedade

de privilegiados e excluir pelo voto os interesses das frações de classe conservadoras.

O que verificamos é a velha estratégia de desviar a atenção dos verdadeiros objetivos políticos em disputa. A crítica radical ao comunismo, o ressignificando como forma de cooptação da moral e dos bons costumes e sinônimo de corrupção, o transforma em um inimigo oculto que objetiva desprezar as bandeiras políticas que sempre desprezaram a luta dos trabalhadores. Essa é a argumentação ideológica utilizada para desmoralizar a República e a Democracia, afirmando que ambas as instituições estão infestadas por comunistas.

A invocação de um inimigo oculto que desperta o medo em parcelas da população, acaba por fornecer ao novo nazifascismo um atestado social para a destruição da República, usando a própria democracia para este fim. Para garantir este objetivo, adota-se o princípio da guerra total contra o comunismo, em um movimento similar àquele usado pelos alemães no processo de reconstrução da Alemanha após o final da Primeira Guerra Mundial. Esta ação, por sua vez, atenta aos pressupostos do nazismo expressos em destruir todas as conquistas dos trabalhadores organizados, em prol da transformação radical da sociedade. Ele visa, antes de conquistar o poder do Estado, dizimar todas as conquistas da classe trabalhadora, sejam os seus sindicatos, ações, partidos que os representam e, até mesmo, a democracia parlamentar burguesa.

Apesar da crítica ao que denominam como um processo internacional globalista de dominação, composto por sujeitos ocultos que “conspiram” para destruir a moral e os bons

costumes, as suas ações não rompem com os interesses metabólicos reprodutivos do capital em sua fase financeira.

O novo nazifascismo se apresenta como uma alternativa diante do fracasso da social-democracia em conter os avanços dos trabalhadores e estabilizar as economias, mantendo o poder de compra das frações das classes consumidoras de mercadorias. Mandel⁷⁷ esclarece esta ação afirmando que o totalitarismo chega ao poder quando a revolução e a capacidade de mobilização dos trabalhadores foram debeladas. Ele se consolida por meio de alianças com a pequena burguesia e, quando chega ao poder, já sem a resistência dos trabalhadores, retoma o pacto com as forças do capital internacional. Atua de forma similar ao Nacional-Socialismo alemão, visando atingir setores das classes médias, funcionários públicos, agricultores, entre outros, que apresentam o maior nível de descontentamento com a situação econômica e social de um país.

Na Alemanha, o Nacional-Socialismo buscou o apoio de segmentos conservadores da classe média e setores do campesinato, insatisfeitos com os rumos econômicos nacionais que os empobreceram. No solo alemão estava presente um conservadorismo oriundo de uma sociedade patriarcal movida pelos princípios da guerra e da glória que foram absorvidos pelo Nazismo. O novo nazifascismo, por sua vez, mantém similar nostalgia, readequando a sua ação aos anseios de parcela das classes médias conservadoras. O seu objetivo, tal qual o

⁷⁷ Ernest Mandel. Introdução: A Teoria do Fascismo Segundo Leão Trotski, 1974.

Fonte: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1974/mes/fascismo.htm>. Acesso em 23 set. 2023

Nazismo alemão, é conquistar a simpatia dos vitimados pelos desdobramentos das crises econômicas.

Ele busca o apoio das frações de classe saudosas do *Welfare State* e seus processos de inclusão social, expressos na construção de uma classe média consumidora de mercadorias, cujas ligações se davam com a classe trabalhadora, por um lado, e a utopia do consumo e modo de vida burguês, por outro.

A falência do Estado de Bem-Estar Social gerou frustrações sociais, que foram assimiladas e incorporadas pelos movimentos e partidos conservadores. Daí a retomada do princípio da guerra total à negação do presente em torno da nostalgia. O que se advoga é que as promessas do passado foram negadas pelas forças políticas do presente. A incompetência, a corrupção generalizada e a negligência da República e suas instituições democráticas, levaram as frações de classe a situações delicadas de sobrevivência, transformando-se, elas mesmas, em um berço de comunistas que *semeiam o mal e a destruição da moral e dos bons costumes*.

O saudosismo dessas frações de classe, encontra eco no entendimento dos avanços promovidos pelo *Welfare State*, cuja complexidade variou entre os países de acordo com sua posição na divisão internacional do trabalho. Elas se viam privilegiadas e se sentiam superiores em virtude do seu poder de consumo superior aos das frações de classe excluídas - justificadas na raça, gênero e na origem étnica -, que determinavam na aparência quem tinha ou não acesso aos bens de consumo⁷⁸.

⁷⁸ Carlos Lucena. Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2004.

O *Welfare State* propiciou a consolidação de uma sociedade discriminatória quanto ao caráter étnico da população. O ser social passou a ser visto desprovido de sua historicidade. Sendo o consumo um fenômeno de classe, o branco é visto como superior ao negro, geralmente pertencente às classes menos favorecidas no capitalismo. O jovem é mais importante do que o velho, pois o primeiro consome e o último, por já esgotar a sua força de trabalho, é um “sinônimo de inutilidade”. O gênero masculino é mais importante do que o gênero feminino, pois o último encontra-se numa posição subordinada no mercado de trabalho, etc.

O conjunto das lutas sociais de denúncia e resistência, expressas por estes setores, bem como suas conquistas e sucessivos avanços por elas proporcionados, acabou por ressentir para a parcela da população que se sentia em condição superior às parcelas excluídas da sociedade, fomentando os princípios do novo nazifascismo.

O advento das crises cíclicas, somado ao empobrecimento dessa parcela da população que vivia sob a *síndrome do arianismo*, acabou por transformá-los *em massa de manobra* do novo nazifascismo. Sua condição social foi interpretada como o resultado de uma luta santa entre o bem e o mal que, nas fronteiras do primeiro estão a moral e os bons costumes e, na segunda, as conquistas sociais de grupos excluídos historicamente da sociedade que passam a ser responsabilizados pelas mazelas do primeiro.

Essa dicotomia entre o bem e o mal é explorada com exímia competência. Ao mesmo tempo, em que constrói narra-

tivas que permitem com que setores conservadores da sociedade fiquem cativos aos seus interesses, procurando um novo Führer que os leve à glória do passado, fomenta o ódio em larga escala, reproduzindo os princípios nazistas da guerra total.

Na dinâmica da luta entre o bem e o mal, as formas de organização política antagônicas aos seus interesses são mostradas como os vilões responsáveis pela situação de pauperização e falta de esperança de milhares de seres humanos. Na prática, disseminam o ódio e a revolta, produzindo o linchamento daqueles que não comungam com suas concepções conservadoras de mundo.

O descontentamento e o desejo de vingança foram capitalizados por este segmento político, fomentando o revanchismo e as disputas políticas. O novo nazifascismo objetiva colocar em xeque os pilares da democracia e da República, descaracterizando-os como instrumentos políticos efetivos de disputa e participação política. O acirrar dos conflitos permite que rivais políticos se tratem como inimigos mortais a serem aniquilados, promovendo a violência total.

A eleição de líderes propensos a violência subverte os processos através dos quais foram eleitos. O objetivo é a criação de um regime político autoritário no qual as instituições são descaracterizadas e enfraquecidas. Em nome do combate à corrupção e da eficiência do Judiciário, se instauram processos ditatoriais aos quais a própria capacidade crítica da sociedade perde o seu sentido. O que está em disputa é a transformação da democracia burguesa, mesmo com seus limites históricos, em uma caricatura, à qual a maioria das frações de classe sequer

tem compreensão de condição política, sendo o novo nazifascismo um agente imperceptível.

Uma ação coordenada visa aparelhar as instituições com burocratas e autocratas eleitos para controlá-las, em benefício de seus próprios interesses. A estratégia é desmoralizar as decisões do Judiciário e das demais instituições do Estado Democrático, não importando que os argumentos utilizados para este fim sejam verdadeiros ou *fake news*.

O enfraquecimento das normas democráticas, por mais que sejam limitadas na ordem liberal, é a semente que possibilita destruir toda e qualquer participação popular. Adequando-se ao *princípio do camaleão*, ele se apresenta às frações de classe conservadoras como o guardião da democracia, acusando os seus oponentes políticos daquilo que eles mesmos realizam. Contudo, esta ação se constitui em um padrão de comportamento político que antecipa as ações que serão por eles utilizadas, potencializando possíveis formas de resistência de setores políticos críticos a esta concepção.

A estratégia política utilizada consiste na constante vitimização da sua própria condição, colocando-se eles mesmos como perseguidos por um inimigo oculto que, usando e abusando das construções ideológicas da Guerra Fria, denominam como comunismo e globalismo. A adoção de uma constante teoria da conspiração, que os coloca como perseguidos, é facilmente interpretada pelas frações de classe, prevalecendo uma interpretação religiosa de uma guerra santa do bem contra o mal, tal qual exposto.

A fragilização dos partidos políticos, como guardiões da democracia, e a queda de popularidade dos partidos progressistas perante parcela significativa da população, permite com que o autoritarismo populista se apresente como alternativa. A negação das regras democráticas, a destruição dos oponentes, o culto à violência e a restrição das liberdades são as ações adotadas para este fim. A violência, incitada de forma implícita e subjetiva, tem induzido e transmitido às frações de classes conservadoras, ações e objetivos que na realidade são seus, capitaneando o ódio e o ressentimento de milhares de seres humanos que reproduzem esta relação. E o ressurgimento do extremismo e do autoritarismo de direita, é hoje um fenômeno global, decorrência da globalização, da desigualdade econômica e da ascensão das mídias sociais.

As formas nazifascistas têm se fortalecido nos últimos anos, com uma retórica semelhante à dos anos 1920-1950, bem como as ações e os projetos políticos que ressurgem em várias partes do mundo. As duas eleições nos Estados Unidos de Donald Trump, de Jair Bolsonaro no Brasil, de Javier Milei na Argentina, entre outros, exemplificam esta afirmação.

Donald Trump, quando eleito em seu primeiro mandato, demonstrou de imediato pouco compromisso com a democracia. Em seus primeiros discursos políticos, questionou a validade do sistema eleitoral e a possibilidade concreta de fraudes nas eleições. Nos Estados Unidos, a sua argumentação era que imigrantes ilegais e pessoas mortas que ilegalmente existiam nos cadastros eleitorais, seriam utilizadas para votar em *Hillary Clinton*. Utilizando de princípios inerentes a uma teoria constante da conspiração, marca fundamental do novo nazifascismo,

Trump voltou a questionar o resultado das eleições. Ao agir desta forma, o próprio processo de disputa eleitoral é questionado, uma vez que, ao denunciá-lo, aposta na existência de inimigos e oponentes como corruptos e impatrióticos. É assim que questionava *Barack Obama* pelo fato de ter nascido no Quênia e ser muçulmano, algo que negava o seu próprio americanismo. O mesmo descredenciamento, da mesma forma, foi usado para afirmar que *Hillary Clinton* era uma criminoso a ser presa.

Vários argumentos endossam a relação entre Donald Trump e o ressurgimento do nazifascismo, pois sua retórica nacionalista e anti-imigrante, ecoa os discursos de líderes nazifascistas do passado; ademais, Trump recebeu apoio explícito de grupos supremacistas brancos e neonazistas; seus ataques à mídia, ao sistema eleitoral e às instituições democráticas conduzem ao enfraquecimento das normas democráticas, abrindo caminho para o extremismo; ademais, sua retórica e prática divisionista exacerbou a polarização política, criando um ambiente onde ideias extremistas encontram solo propício para germinarem.

No Brasil, por ocasião das eleições que poderiam levá-lo à reeleição, foram usados por Jair Bolsonaro, quando este percebeu que os resultados das pesquisas de intenção de voto não o colocavam na liderança. Novamente utilizou de uma tática similar à de Trump, questionando a validade das urnas eletrônicas, uma ação comum ao novo nazifascismo. O seu objetivo transcende a aceitação ou não dos resultados de uma eleição. O que está em jogo é a construção de uma lógica discursiva que visa desacreditar a democracia, criando condições objetivas, em face do imaginário popular, de que o

processo eleitoral é corrupto e fraudulento e que não mais deveria existir. Com efeito, questiona-se a validade da própria democracia, colocando-a como uma orquestração de setores globalistas que visam desacreditar os eleitores.

A negação da democracia representativa e suas instituições objetiva a incitação da violência através da afirmação objetiva e subjetiva de uma teoria da conspiração globalista expressa na constante corrupção dos seus adversários. Nesta concepção, uma vez que as regras democráticas foram questionadas e abandonadas, todos os meios possíveis devem ser utilizados para garantir a vitória. Ameaças, ataques à imprensa e intimidações são as principais estratégias utilizadas.

O que está em jogo é a utilização de uma lógica política que mina gradativamente a democracia e o funcionamento dos poderes de Estado. O novo nazifascismo coopta as instituições e fragiliza os seus adversários. A desmoralização constante dos seus inimigos enfraquece suas visões e projetos políticos, retirando-os do caminho. Ele se transforma em árbitro de todos os conflitos políticos e sociais, decidindo, a partir da retórica política, da narrativa ideologizada, o que é certo ou errado. Uma vez que esta retórica se consolida, as instituições são blindadas desde que elas respondam aos seus interesses. É nesse sentido que a Constituição pode ser fraudada e os tribunais cooptados sem qualquer investigação. A própria lei passa a ser imposta de forma seletiva.

Quando são dominados todos os ramos que garantem a pluralidade e o direito de expressão das instituições, automaticamente ataca e tenta destruir todos os seus oponentes. Para isso, suas ações vão desde a cooptação por meio de cargos e

favores, até a desmoralização pública e eliminação física. A cultura e seus representantes são drasticamente atacados, especialmente aqueles que têm popularidade e uma postura crítica aos seus governos. O objetivo é sempre esvaziar a oposição, objetivando evitar qualquer desgaste governamental.

Para se manter no poder, após destruir os opositores, o objetivo é reformar a Constituição e o sistema eleitoral de um país. De forma demagógica, estas mudanças são justificadas como uma iniciativa voltada à melhoria das condições de vida de toda a sociedade – de todo o povo. A negação da democracia, centrada nos princípios da existência de uma teoria da conspiração constante, gera uma espécie de comoção que coloca todas as instituições sob pressão constante. O objetivo é criar uma histeria social que desestabilize governos em que as regras da democracia e suas respectivas negociações parlamentares são abandonadas.

A polarização constante é a estratégia de atuação. O sectarismo extremo potencializa a intolerância, criando regras de confronto que fomentam o ódio, transformando a arena política em um espaço onde os atores políticos lutam barbaramente entre si, como bem disse Rousseau, similar a uma selva à qual os seres humanos se transformam em algo pior do que feras selvagens.

A estratégia é se manter no poder a qualquer custo. Não importa o argumento a ser utilizado, mesmo que seja composto por inverdades voltadas a garantir os seus objetivos, produzindo constantemente uma retórica que sustente sua popularidade. Todos os valores éticos referentes à legitimidade do líder são

desprezados. O que está em jogo é o questionamento de qualquer relação, usando qualquer argumento para este fim. A intenção é criar a dúvida, promovendo *fake news* e normalizando a construção de narrativas. Uma vez que uma mensagem é publicada, mesmo que haja o desmentido, com um possível pedido de desculpas, a controvérsia já foi colocada, o que demonstraremos um pouco mais a frente.

Nas fronteiras da guerra total, os seus inimigos são entendidos como subversivos e terroristas. O objetivo é criar o medo, o pânico e a desconfiança contínua para materializar o desespero e a necessidade da existência de *um líder demagógico*, um novo Führer aos moldes do nazifascismo alemão. A personificação de um pai, tal qual aconteceu na Alemanha com Adolf Hitler, que possa guiar aqueles sem esperança a um futuro expresso na superioridade dos brancos e os heterossexuais. Gradativamente, as frações de classe passam a ser desprovidas dos seus direitos sociais, substituídas por uma espécie de senso comum, cuja interpretação ocorre pela ação e legitimação do líder carismático.

Tendo vivido os horrores da guerra e do nazismo, Adorno e Horkheimer⁷⁹ teceram reflexões sobre a ação e o pensamento totalitarista. Para eles, o líder totalitário age no intuito de satisfazer impulsos sociais, criando, como forma discursiva, uma forma contraditória que mantém o respeito pelas elites dominantes e rechaça as classes sociais desfavorecidas. A eficiência do líder totalitário está em agir no intuito de potencializar o narcisismo, compensando as frustrações existentes de parcela

⁷⁹ T. Adorno & M. Horkheimer. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

da sociedade. O líder totalitário⁸⁰ manipula a histeria das massas aos seus próprios interesses. A evidência é a existência de um fenômeno dialético, ao qual o discurso político de integração das massas é negado pelas dificuldades que se dão para pôr em prática o processo em questão. Ele manipula psicologicamente as frações de classe, se apresentando como um ator político que visa a integração social, quando na realidade não o é.

A manipulação ocorre na perspectiva em que o líder é aceito como o único agente para a inclusão social, cujo preço cobrado é a total submissão às suas ideias e interesses. Esta sujeição aos imperativos fascistas e suas ideologias acabam por materializar um complexo processo de submissão, ao qual a integração é uma ilusão. Para a objetivação do domínio das mentes dos seres humanos, qualquer estratégia é válida, independente ou não de sua veracidade. Mensagens falsas, boatos e difamações são algumas das estratégias usadas. O que importa é agir e dizer exatamente o que os setores mobilizados pelo ódio gostam e querem ouvir.

Uma das estratégias utilizadas para este fim está na construção ideológica de um inimigo oculto, denominado de globalismo, e as elites a eles ligadas. Aqui, a estratégia expressa pelo nazismo de destruir o plano de domínio do mundo orquestrado pelos judeus é retomada. Para este fim, é utilizado o conceito de globalismo, entendido como uma concepção global regida pelo marxismo cultural que, por sua vez, objetiva controlar o mundo globalizado.

⁸⁰ Theodor W. Adorno. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*, SP: Editora Unesp, 2015.

Trump, em seu discurso na 73ª Assembleia Geral das Nações Unidas, afirmou rejeitar o que chama de "ideologia do globalismo" que, na sua visão, se opõe ao seu lema de "Estados Unidos primeiro". "Os Estados Unidos sempre vão escolher a independência e a cooperação em vez de governos globais, controle e dominação. Eu honro o direito de cada nação de buscar seus próprios costumes, crenças e tradições", afirmou, acrescentando que os EUA são governados por americanos" e que por isso, em vez do globalismo, abraça a "doutrina do patriotismo"⁸¹.

O termo globalismo carrega em si o mesmo tom fantasmagórico e falseado dos Protocolos dos Sábios de Sião. Os seus pressupostos se baseiam em um "slogan político" que visa destruir o nacionalismo e o patriotismo. É um termo discursivo, carregado de retóricas conspirativas, que visa mobilizar as frações de classe conservadoras de um país. Por ser semelhante ao termo globalização, confunde os incultos que flertam com ideais do novo nazifascismo. Um termo que se adequa à linguagem simples e reduzida das redes sociais.

O globalismo tem sido utilizado por líderes do Novo Nazifascismo para condenar grupos empresariais que realizam negócios em âmbito planetário com grupos econômicos que não estão em sua área de influência, entendidos como conspiradores contra a moral e os bons costumes. Entre estes, merecem destaque aqueles que negociam no âmbito dos BRICS.

Este termo acaba por juntar todos os militantes do novo nazifascismo em torno de objetivos comuns expressos na luta

⁸¹ BBC News – Brasil. O que é 'globalismo', termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46786314>

contra a imigração e diversidade cultural, os negócios transnacionais e, por último, ao que denominam como as esquerdas, ressignificadas, como dissemos, em setores comunistas corruptos que potencializam as relações de gênero, os processos migratórios e a diversidade cultural.

A crítica à crise imobiliária de 2008 se apresenta em todos os aspectos, sendo os líderes globalistas eleitos como os culpados e os grandes precursores do seu surgimento. Eles são acusados como aqueles que menos perderam na crise, em detrimento do empobrecimento de milhares de seres humanos que ficaram sem os seus empregos e imóveis. Um grupo que destruiu a globalização enquanto processo econômico e implantou os princípios do globalismo.

Nas fronteiras de uma suposta teoria da conspiração, os setores globalistas são entendidos como os responsáveis pela destruição de valores libertários liberais.

Uma intensa relação de ódio e ressentimento ao globalismo das nações emerge desta relação. George Soros, mega-empresário húngaro-americano, é entendido como o maior representante do globalismo. No entendimento deste setor ultraconservador, por ter ligações com as ONGs internacionais, é uma ameaça global.

As críticas a Soros tiveram início na década de 1990, quando ele doou milhões de dólares ao Partido Democrata dos EUA. Com a primeira eleição de Trump no ano de 2016, os ataques a Soros tomaram nova dimensão. Todos os processos de violência ocorridos nas eleições foram a ele atribuídos. Outra dimensão utilizada para os ataques a Soros foi o seu apoio à imigração de hondurenhos aos EUA, em período eleitoral, que

poderiam afetar o controle republicano no Congresso estadunidense. Soros foi entendido como o principal organizador do que foi denominado como caravana dos imigrantes nesse país, voltado a fraudar as eleições estadunidenses.

Uma teoria da conspiração emergiu desta relação. A facilitação da entrada de imigrantes nos EUA foi vista como uma estratégia para a criação de uma conspiração antissemita denominada "genocídio branco" da qual Soros era o idealizador. Dentro desta concepção, o objetivo era a criação de um processo conspiratório no qual os homens e mulheres brancos seriam substituídos pelos imigrantes, sendo os primeiros, em último caso, eliminados fisicamente, uma ação que novamente aproxima o nazismo ao novo nazifascismo. A reprodução do pressuposto dos trabalhadores arianos expressos no termo, *os judeus, não nos substituirão*. Os judeus no nazismo e os imigrantes no Novo Nazifascismo acabam por ser eleitos como os grandes vilões da sociedade. É neste processo que Soros acaba sendo acusado de controlar a imprensa e financiar o genocídio branco, defendendo o controle de armas e a abertura das fronteiras estadunidenses.

A saída é a luta contra o que denominam como elites, buscando a volta dos valores de cunho conservador, bem como a construção de uma identidade nacional centrada na retomada de valores tradicionais.

5.2. O novo nazifascismo e o tradicionalismo

O tradicionalismo é a base do pensamento do novo nazifascismo. Os setores globalistas são entendidos como os responsáveis pela miséria de milhares de seres humanos, movidas pelo individualismo e contaminadas pelos valores libertários liberais. Nessa concepção, a saída é a luta contra as elites, buscando a volta dos valores populares de cunho conservador, bem como a construção de uma identidade nacional centrada em valores tradicionais.

O novo nazifascismo entende que a cultura ocidental está em uma crise profunda, sem precedentes, manifesta no modo de produção, na fé e na religião, acompanhado pela crise dos princípios judaico-cristãos que fundamentam toda a civilização. O que se busca é a volta aos valores do passado, com a negação do iluminismo e do liberalismo do século XIX. A negação do presente impacta na construção de alternativas voltadas à busca de respostas e soluções no passado da humanidade. A realidade social contemporânea foi mudando radicalmente e as teorias sociais foram se mostrando insuficientes para o entendimento dos novos fenômenos sociais das sociedades contemporâneas. Para esta concepção, o iluminismo gerou a decadência dos valores humanos e convivência social. É por isso que a velha política deve ser substituída pela nova política, centrada na contestação imediata das relações liberais de dominação.

Esta discussão está centrada em pressupostos inerentes à predominância de uma sociedade de cunho caótico e decadente, cujas saídas se encontram em soluções conservado-

ras expressas na despolitização social e a manutenção de valores tais quais a Pátria, Família e a Religião. Nesse movimento conservador, o novo nazifascismo centra seus objetivos em torno da organização discursiva da memória, como uma modalidade de discurso e de análise do discurso, da linguagem; ou ainda, como expressão discursiva do sujeito.

Com tal entendimento, a História, enfim, não passa de uma Estória. Atuando nos limites pseudoepistêmicos da Estória, a narrativa incorpora o populismo e o nacionalismo, produzindo uma retórica política de nostalgia ao passado como forma de resolver os problemas do presente. O objetivo é a reinterpretação conservadora da História humana e de todas as suas relações sociais.

Estes são os elementos que permitem constituir o que o novo nazifascismo denomina como tradicionalismo. Criado originalmente na França no final do século XIX, tem como fundamento a interpretação ocultista do mundo. Trata-se de uma escola enigmática que objetiva desvendar o universo e os seus segredos por meio de conhecimentos que se perderam no caminhar da humanidade.

Mantendo princípios similares ao nazismo alemão, o novo nazifascismo, através do tradicionalismo, recusa a modernidade, mas ama a tecnologia, desde que ela esteja a seu favor. A negação que faz ao mundo moderno, refere-se à condenação do modo de produção capitalista, tendo como pano de fundo a crítica ao iluminismo e à idade da razão. De forma similar ao Nazismo Alemão, compreende o Iluminismo como um período em que ocorreu a depravação de toda a humanidade.

Humberto Eco debate a dimensão da depravação como um dos elementos de constituição do que denomina como Ur-fascismo. Em uma ação política coordenada para determinado fim, o Ur-Fascista transfere toda a sua vontade para questões de cunho sexual, sendo esta ação a origem do machismo e a humilhação das mulheres. Dialogando com Freud, Eco afirma que os jogos sexuais de guerra dos Ur-Fascistas são desenvolvidos pela constante inveja do pênis. Da mesma forma que os nazistas entenderam que o amor se prostituiu na Alemanha e as liberdades individuais ocorridas após o final da Primeira Grande Guerra Mundial atentaram contra os “valores morais”, o novo nazifascismo interpreta que o amor sexual é o responsável pela destruição da humanidade, pois atenta aos valores morais que a sustentam.

Este comparativo permite explicar os motivos pelos quais o nazismo e o novo nazifascismo são tão enfáticos aos princípios da moral e dos bons costumes, usados como forma de construção de um nacionalismo cívico. Era essa a afirmação de Hitler, como segue:

Paralelamente à contaminação política, moral e social do povo, tem-se verificado, de muitos anos para cá, um envenenamento, não menos terrível, do corpo do povo [...] (Hitler, *Mein Kampf*, p. 246).

De forma similar ao Nacional-Socialismo, o novo nazifascismo entende que a forma de conquistar seres humanos não se limita ao cientificismo, mas sim aos pensamentos, através das crenças e dos sentimentos.

Teitelbaun (2020) amplia esta discussão, apontando o tradicionalismo como a forma mais eficaz de superá-la. O tradicional deve se sustentar na luta contra a modernidade, o iluminismo e o materialismo. A modernidade e suas instituições são questionadas como corruptas e ineficientes. Tudo que a ela se refere é combatida e negada, pois vive uma crise espiritual e ética em virtude do seu afastamento da tradição. Ela se assemelha a idade sombria representada pela democracia e pelo comunismo, desprezando o passado e contemplando o futuro.

O equilíbrio da relação – passado, presente e futuro – está na interligação com a tradição religiosa. Com efeito, o Islamismo Sufi e sua lógica interpretativa do tempo, uma parte mística do Islamismo que teve o seu auge entre 1500 e 1800⁸², é entendido como o caminho a ser seguido pela humanidade.

Para esta religião, o tempo é cíclico e repetitivo por toda a eternidade, não havendo possibilidade de transformação ou mesmo mudanças sociais. Teitelbaun (2020), baseado nesta interpretação, teorizou o tradicionalismo, demonstrando que nesta concepção o tempo é composto por quatro ciclos repetitivos, assim denominados: a era do ouro, a era da prata, a idade do bronze e a era *Kali Yuga*.

A era do ouro foi governada pelos sacerdotes e uma sólida teocracia. A era da prata pela honra dos guerreiros. A idade do bronze é marcada pela centralidade do comércio e dos

⁸² O termo Sufi significa lã, material usado nas roupas dos seus antigos seguidores, uma simbologia que negava todas as mordomias existentes no mundo. A crença na meditação e na música são as formas que propiciam o contato com Deus. Os seus seguidores entram em transe através das batidas de tambores e a leitura de poesias. As guerras e perseguições influenciaram os islamistas sufi a criarem místicas e códigos que protegessem a divulgação de seus princípios. O objetivo foi criar disfarces para que as frases das letras não fossem interpretadas como contrárias ao monoteísmo.

ricos. A era *Kali Yuga* é concebida como a mais atrasada de todas. O seu governo está sob o comando das massas, aqueles que possuem os mais baixos valores morais, como as intenções sexuais. O tradicionalismo entende que a humanidade vive uma era das trevas que deve ser superada com a recuperação dos princípios da glória do passado.

Para Teitelbaun (2020), a antiguidade, a raça ariana, a hierarquia social, o amor ao Sol e a masculinidade são partes de um só processo. Os arianos descendem de uma sociedade de cunho patriarcal de seres fantásticos que viviam no polo ártico; quando migravam para o sul, tomavam formas carnaís.

Para o tradicionalismo, a base de uma sociedade está na hierarquia social e na superioridade de raça. Os homens devem ser superiores às mulheres e o materialismo, comunismo, liberalismo e o globalismo devem ser expurgados da humanidade. Essas ideias são entendidas como as responsáveis pela derrocada da sociedade, pois sua interpretação do mundo se soma aos princípios da era *Kali Yuga*, centrados, como dissemos, na expressão sombria do domínio opressivo das massas sobre toda a humanidade.

Dentre os pensadores do novo nazifascismo, Steve Bannon é quem melhor teoriza estas concepções. O seu pensamento instrumentaliza a formação de militantes de extrema-direita mundial, fornecendo fundamentos para a atuação em diferentes países.

VI

Alguns pressupostos do pensamento de Steve Bannon

As ideias de Bannon transcendem os Estados Unidos. Em 9 de janeiro de 2021, ajudou a fundar um movimento político internacional, na cidade de Bruxelas, na Bélgica, uma organização denominada como *The Movement*, cujo Diretor Executivo é o político belga Michael Modrikamen, criador do Partido Popular na Bélgica, de orientação política de extrema-direita, com posições radicais contrárias à imigração e o crescimento do Islã em toda a Europa.

Essa organização objetiva unir todos os populistas e nacionalistas europeus, via encontros, palestras, conferências e mesas redondas que versem sobre a centralidade da soberania ocidental, a manutenção da identidade cultural europeia e a resistência contra o crescimento muçulmano. Ela foi um pontapé inicial para a criação de um movimento internacionalista, agrupando todos os defensores da extrema-direita mundial. O *The Movement* passou a atuar não apenas na Europa, como também na América do Sul e na África.

Esta união de lideranças de extrema-direita, merecendo destaque, Marine Le Pen (França), Matteo Salvini (Itália) e Viktor Orbán (Hungria), foi contemplada com o anúncio, no ano de 2019, de Eduardo Bolsonaro como embaixador sul-americano do *The Movement* criado por Bannon.

Entre as estratégias do movimento, Bannon fundou um Centro de Estudos de Formação Política e Cultural, denominado como Academia Ocidental Judáico-Cristã, voltada a formar militantes de extrema-direita.

Este processo formativo se insere em uma estratégia de transmitir notícias não comprovadas e, em alguns casos, de cunho racista. Para este fim, Bannon fundou um site de extrema-direita denominado como *Breitbart News*. Este site caluniou políticos democratas nos Estados Unidos, difundindo, de forma incisiva, a existência de uma pretensa conspiração global de setores esquerdistas voltados a destruir o tradicionalismo estadunidense, tal qual afirmamos.

A estratégia de ataques digitais inspirou a ação eleitoral da extrema-direita na América Latina, merecendo destaque o Brasil e a Argentina. Bannon orientou estes segmentos políticos, logo após a primeira eleição de Donald Trump, a recrutar apoiadores em diferentes regiões voltados a legitimar e elaborar uma rede de sustentação de campanhas políticas conservadoras via redes digitais.

Bannon se intitula como um político populista que luta pela construção de políticas sociais, econômicas e afins que não atendam apenas aos interesses das elites globalistas, mas como uma forma de garantir a defesa dos interesses das classes médias e de parcela dos trabalhadores. Estes pressupostos têm como princípio a negação do Iluminismo, dos direitos humanos e dos princípios da Revolução Francesa.

O capitalismo é entendido por Bannon a partir de três formas distintas. O compadrio, o libertário e o iluminado, sendo os dois primeiros tipos tidos como decadentes. O capitalismo

de compadrio é intervencionista, responsável pela relação corrupta entre funcionários do Estado e grandes empresários. É um tipo de capitalismo, defensor de grandes monopólios, praticado pela China e pela Rússia. O capitalismo libertário objetiva transformar as pessoas em mercadorias e objetos voltados apenas para o lucro e aumento da produção, um modelo no qual os valores morais e a cultura são entendidos como insignificantes. Bannon entende que o verdadeiro capitalismo é o virtuoso, voltado a um modelo de mercado centrado nos valores morais e ético-religiosos, uma forma de organização centrada no empreendedorismo e no otimismo. Os primeiros capitalistas estadunidenses eram movidos pelos princípios morais do cristianismo e do judaísmo, algo que se perdeu com o caminhar da história, contaminando a todos moralmente.

Bannon chama a atenção para a necessidade de uma mobilização constante contra o fascismo islâmico, pois este pode colocar em risco toda a cultura ocidental, defendendo uma guerra global contra todo o islamismo⁸³. É nesse sentido que Bannon estabelece a necessidade de luta pela construção de uma teologia política que resguarde os valores culturais do ocidente na resistência contra o islamismo e o marxismo cultural. Aponta a necessidade imperiosa da união de todos os segmentos de extrema-direita para defender a identidade cultural no ocidente.

⁸³ O leitor não deve aqui confundir as relações existentes entre o Islamismo Sufi e a crítica de Bannon ao Islamismo na atualidade. O primeiro é entendido nos limites de um conjunto de ações místicas que elevam o estado espiritual dos seres humanos, afastando-os dos princípios da materialidade. O segundo é visto como um processo político que disputa a hegemonia cultural com o ocidente nas últimas décadas.

Os Estados Unidos são vistos como a nação capaz de sustentar toda a moralidade ocidental, sendo um país concebido como aquele que defenderá a civilização contra a China, Turquia e Irã e barrará o Islamismo, sendo o precursor do capitalismo iluminado.

Bannon busca a construção de um nacionalismo cívico, voltado a manter os valores culturais de toda a civilização ocidental. Ele organiza uma oposição ferrenha manifesta pela luta em favor do homem branco, heterossexual e religioso. Como forma de interpretação política, utiliza uma linguagem repleta de chacotas, deboches e zombarias, visando fragilizar os seus opositores.

Estes princípios atentam contra a diversidade, o que, de acordo com Humberto Eco, é sinônimo de traição. Esta é uma concepção que mantém intactos os princípios do nacional-socialismo alemão, pois, como já dissemos, o novo nazifascismo tem medo das diferenças sociais, sendo racista por definição, se justificando através da frustração individual ou geral. Por isso, o seu apelo às classes médias desvalorizadas pelas sucessivas crises econômicas ou pela humilhação política.

Bannon entende que a sociedade atual é negada em todos os seus fundamentos, sendo promíscua, corrupta, desprovida de valores morais, em decadência e decomposição. A perda de valores cristãos acaba por enfraquecer e denegrir toda a sociedade. A busca da moral e dos bons costumes é apresentada como a saída para a recuperação das tradições ocidentais de todos os povos.

Para este político conservador, a liberdade é desconectada da realidade e de suas responsabilidades. A igualdade, ao

desconsiderar a hierarquia social, acaba por jogar os seres humanos uns contra os outros. Como resposta, advoga a criação de uma sociedade sem diferenças culturais e identidades múltiplas, negando veementemente a diversidade e a cultura. Neste ponto, a noção de igualdade social expressa pelo novo nazifascismo se apresenta com todo vigor.

O próprio ato de pensar é visto como uma forma de castração. A cultura é entendida como suspeita e conspiratória. Estas afirmações têm suas bases na crítica à cultura de Goebbels, manifesta por expressões tais como "porcos intelectuais", "cabeças ocas" e a universidade como "ninho de comunistas". Estas afirmações se sustentam no empenho dos intelectuais nazistas em criticar a cultura moderna pelo abandono dos valores tradicionais. É com esta inspiração que os novos nazifascistas condenam a cultura moderna, denominando-a como espaço de balbúrdia, deformação humana e sem sentido.

Bannon entende que o antissemitismo, o racismo, o nazismo e o fascismo são os caminhos a serem adotados em substituição à "decadente democracia" imperante no planeta. O amor à guerra e ao conflito constante, são as marcas de sua interpretação. A seu ver, o mundo está mergulhado em uma guerra contra o marxismo cultural, expresso pelo globalismo, e a ser vencida através da violência. Daí a ressignificação e simplificação do dualismo entre o bem e o mal e o despertar de inimigos ocultos - os globalistas - como aqueles que bloqueiam os ideais conservadores no planeta.

O desprezo aos imigrantes e às religiões de cunho não ocidental, especialmente o Islamismo, são expressões do seu

pensamento. O entendimento da pobreza como responsabilidade individual, a ressignificação do socialismo e do comunismo como sinônimos de corrupção desenfreada e a divinização de igrejas e religiosos de cunho ultraconservador, exemplificam sua ação. A sua crítica se estende às frações de classe das burguesias nacionais. Retomando o discurso político do nazismo, nos anos que antecederam à Segunda Grande Guerra Mundial, as frações de classe burguesas nacionais são entendidas como comprometidas com forças políticas globalistas estranhas aos interesses da soberania de um país.

Bannon aponta a declaração de uma “luta santa” em que o globalismo e o esquerdismo são compostos por demônios do “mal” e o ultraconservadorismo como apóstolos do “bem”. No combate contínuo aos “demônios do mal”, tudo é permitido. Ataques pessoais, intimidações, linchamentos virtuais, perseguições políticas, ofensas públicas, uso desenfreado de armamentos como forma de intimidação, entre outros, são as estratégias utilizadas para esse fim, não faltando aqueles que as executam sem qualquer espírito crítico. Cria-se com isso um universo de seres humanos que vivem do trabalho, marcados pela alienação e pelo estranhamento de sua própria condição de classe, cujas preocupações se limitam à taxaçaõ das grandes fortunas e os interesses empresariais de parcela do agronegócio que passam longe de sua condição de vida.

Bannon orienta aos governos de extrema-direita as formas de trato com a mídia e as redes digitais, utilizando, para isso, como dissemos, as estratégias propostas pelo *The Element* em recrutar centenas de militantes digitais extremistas ávidos por seu momento de fama. Esta ação se soma ao uso de

plataformas de redes digitais monetizadas que garantem dividendos econômicos aos operadores destes canais que, em alguns casos, são vistos por milhares de seguidores.

O objetivo é ocupar a mídia em intervalos regulares, cada vez mais curtos. Quanto mais absurda a ideia, melhor é o resultado. A ideia é promover acusações governamentais, seguidas de desmentidos. Ofensas públicas, acompanhadas por pedidos formais de desculpas. Quebras de leis e sucessivos recuos, entre outras. Observa-se, portanto, que mesmo com as sucessivas retratações, as ideias são lançadas, gerando dúvidas e questionamentos acríticos. As retratações são acompanhadas de vídeos lançados em redes digitais, colocando aquele que se desculpou como vítima de coação pré-concebida.

Retratam a humildade da desculpa como forma de manter a paz, reforçando, de forma subjetiva, as *fakes news* como verdade. Ao divulgá-las repetidamente a um grupo específico, qualquer invenção ganha um tom de verdade. Aquele que se retrata é posto como uma vítima de coação, fomentando o ódio de milhares de incultos que passam a se identificar com os que pensam dizer a verdade. Quando o ódio é edificado, nenhum argumento, por mais verdadeiro que seja, os farão mudar de ideia. Eles serão interpretados como forma de manipulação de setores globalistas comprometidos com a esquerda, o globalismo, o comunismo e a corrupção.

A grande mídia, os influenciadores digitais e a militância organizada, fazem o papel de impulsionadores destas mensagens. Todos as publicam e republicam nas redes digitais com aspecto de indignação, garantindo a centralidade do espetáculo. O que acompanha esta ação é a divulgação simultânea de

propagandas de empresas em meio a estes vídeos, expressando a fetichização da mercadoria em meio à disseminação do ódio em larga escala.

A indicação de Bannon é que a extrema-direita acuse seus inimigos do que ela mesmo pratica, produzindo uma espécie de efeito suspensivo a atos que atentam à democracia no país. Com isso, nem precisa usar recursos financeiros para promover um obscuro desconhecido ou mesmo para manter na mídia ministros de Estado que sejam desqualificados e sem expressão. E mais: desvia a atenção das questões importantes para o país, dos erros e da incompetência política do seu próprio governo.

Esta ação se explica a partir de dois pressupostos filosóficos fundamentais derivados do cinismo e expressos pela pós-verdade. Com relação ao primeiro, a aposta se dá na centralidade da retórica política. A contundência e intimidação são utilizadas como forma pedagógica de ganhar debates, não importando os meios para este fim. A estratégia é participar dos debates com tiradas e anedotas que desqualifiquem o pensamento do outro, especialmente quando se está em público. Visam comover, despertando risos com estas tiradas, sempre despertando a atenção daqueles que se acham superiores, mas não transcendem as fronteiras da ingenuidade e da arrogância. Utilizam a palavra com sarcasmo para expressar a contestação e desprezo por um modelo de sociedade e seus costumes.

Bannon orienta que todos os representantes políticos, eleitos ou não, gritem e ataquem os seus oponentes de forma constante. A atuação de parlamentares de extrema-direita e membros do governo Bolsonaro exemplificam esta forma de

ação política. Chacotas com os mortos na pandemia da Covid-19 no Brasil, contra as mulheres, gays, negros, índios, entre outros, marcaram um triste período da política brasileira.

A utilização dessa retórica, inspirada no cinismo, se soma ao notável e competente uso das redes digitais. Inicialmente com o *Facebooke*, depois, com o *Whatsapp* (propriedade também do *Facebook*) e, posteriormente, com o Instagram, entre outros, como forma de impulsionar ideias eleitorais independente de sua veracidade. O objetivo é criar um circuito de *Fake News*, transmitindo as mensagens pelas mídias digitais e, mediante a microsegmentação e o uso de *big datas*, objetivando desconstruir a realidade política e, ao mesmo tempo, influenciar parcela da população.

As *Fake News* atentam ao fenômeno ideológico contemporâneo denominado como pós-verdade. A sua discussão acirra os debates sobre a veracidade da divulgação de informações nas redes sociais. O seu uso não é exclusivo da terceira revolução tecnológica, pois o nazismo alemão o utilizou com maestria, especialmente, no uso dos Protocolos dos Sábios de Sião como falsa justificativa para o extermínio dos judeus, tal qual afirmamos.

Steve Bannon se utilizou desse pressuposto para enfatizar o princípio da luta constante pela conquista do poder, o manifesto da guerra total, para o qual os meios não importam, desde que os objetivos sejam atingidos. A questão não está, na verdade, mas sim na legitimação de um discurso político que manifeste os interesses do campo político conservador. Na prática, todas as evidências são deixadas de lado e as *Fake News* se apresentam como uma pretensa verdade, independentemente

de sua veracidade. Para a conquista do poder, pouco importa a estratégia, desde que atinja os objetivos. Isso nada tem de novo, pois a máxima que “os fins justificam os meios”, uma fase atribuída a Maquiavel, mesmo que este não a tenha escrito, expressa uma máxima política em que a conquista ou a manutenção do poder justifica o uso de todos os meios, até mesmo aqueles considerados ilegais ou imorais.

Para a conquista de mentes e emoções, o que importa é a difusão do medo. A verdade não é uma prioridade, impregnando parcela considerável dos meios de comunicação, bem como as ações do movimento do novo nazifascismo. O que está em jogo é o desempenho, o espetáculo e o convencimento. Neste universo, pouco importa a checagem das informações, pois nem sempre ela oferece ibope e rentabilidade econômica. Os espectadores devem imaginar que algo aconteça, independentemente de ser ou não verídico.

A estratégia para a conquista da subjetividade, não tem compromisso com qualquer demonstração ou comprovação científica. O objetivo é apenas embaralhar o senso crítico dos grupos sociais – ou “bolhas” – notadamente das frações de classe subalternas e marginalizadas, explorando suas dificuldades e sofrimentos.

O novo nazifascismo, ancorado na pós-verdade, aposta no negacionismo em ampla escala, como forma de inserir nas mentes dos incultos, delírios quanto a existência de planos globalistas internacionais de dominação, projetos secretos de seitas comunistas, projetos farmacêuticos para domínio e vigilância dos corpos humanos, entre outros. Todas as relações éticas de convívio humano são desprezadas e negadas. As

inverdades, mesmo não sendo algo novo na humanidade, passam a ser entendidas como naturais pelos grupos sociais virtuais que as aceitam como verdades.

O combate à democracia e à república toma esta dimensão. A dificuldade do Estado Burguês em prover políticas sociais inclusivas que garantam o poder de consumo da classe média é falseada e apresentada como um plano macabro para prejudicar e escravizar esses segmentos sociais. Este é o motivo pelo qual Bannon e seus seguidores apostam nas metanarrativas como um fim em si. As interações entre as bolhas de grupos *online* garantem a veracidade de algo que é inverídico. O distanciamento da realidade, propiciado pela falta de inserção das frações da classe média e dos trabalhadores nos espaços públicos, fomenta os pressupostos da pós-verdade e a alienação política e ideológica.

Outro aspecto a considerar faz referência ao uso das imagens com uma verdade em si. A imagem tem o poder de transformar as formas de representação do mundo, em um processo no qual as imagens falam por si e, desprovidas de historicidade, ganham a dimensão da verdade em si. Mais recentemente, a possibilidade de criação de textos, imagens e vídeos com o uso da chamada Inteligência Artificial – IA – potencializa a criação de *fakes*, inclusive com o uso manipulado de textos, imagens e sons que usam de “personagens” disponíveis nas mídias corporativas.

Bannon orienta que se deve primeiro conhecer os aspectos culturais de um país, para aí produzir uma ação que vá de encontro com os valores arraigados pela massa em suas formas

ideológicas de interpretar o mundo. Não foi ao acaso que declarou sua admiração por Luiz Inácio Lula da Silva, entendido como um grande líder populista de centro-esquerda da América Latina. Ele o estudou por anos, desde sua atuação como líder sindical metalúrgico do ABCD paulista, nos anos 70 e 80 do século XX, até o período de seus dois primeiros governos.

Para esse estrategista da extrema-direita, afirmou que Lula, como Presidente da República, possui ideias parecidas com as suas. Contudo, sua desconfiança se dava com relação a aproximação com a China que, em seu entender, tinha um cunho muito mais ideológico do que os seus sucessores, colocando em risco os interesses estadunidenses na América Latina. Ele investigou os pressupostos culturais e sociais que levavam os trabalhadores a seguirem lideranças sindicais, independente do processo repressivo em questão. Entendendo a eficácia desta relação como um processo de dominação das lideranças sobre os trabalhadores, movida pela confiança irrestrita e retórica política exemplar, utilizou pressupostos similares para a formação de lideranças e militantes de extrema-direita.

Atentando às especificidades de cada país, a estratégia política proposta é travar uma luta incansável contra o marxismo cultural, a imigração e a ideologia de gênero. Soma-se a esta ação a difusão, por meio das mídias digitais, de mensagens apelando para os medos e fobias sociais peculiares a cada país⁸⁴.

⁸⁴ O Brasil foi um exemplo. No auge do governo Bolsonaro e da pandemia, espalham-se as mais absurdas mentiras sobre China, vacina e o coronavírus. Não é verdade que a população da China já estava vacinada contra a Covid-19 e por isso não fez *lockdown*, nem que a China comprou vacina da Suécia porque aquela testada em São Paulo não funcionava. Por fim, vale ressaltar: a vacina também não causa danos genéticos irreversíveis, não é feita de fetos de bebês abortados, nem implantará um chip 5G nos seres humanos. O que se vê é uma estratégia baseada em alto volume de perfis falsos praticando assédio *online* de forma organizada.

No entendimento de Bannon, um amplo processo de luta apocalíptica está em curso. Aqueles que possuem uma interpretação simplória sobre o funcionamento das contradições econômicas, políticas e sociais das diferentes formações sociais, são facilmente envolvidos por esta retórica política, nela encontrando respostas simples para os fracassos de sua própria existência. A nostalgia ao passado é utilizada como alternativa àqueles que têm dificuldade em entender a sua condição social no presente e perderam a esperança para o futuro, combatidos que estão com os desdobramentos das sucessivas crises econômicas do capitalismo mundializado em sua fase financeira.

Seguindo os fundamentos do novo nazifascismo, advoga o ataque direto à Democracia e à República, materializado em torno de um discurso político falseado na luta contra o comunismo como forma de cooptar as frações de classe conservadoras. Aproveitando-se dos traços já existentes no caleidoscópio ideológico das massas, atacam o comunismo, sabendo que a maioria dos militantes do novo nazifascismo sequer têm compreensão do seu significado. Com isso, muitos se entendem como patriotas e democráticos, sequer percebendo que advogam ideias similares ao nazismo alemão.

O desenrolar dos processos sociais são contados pela construção de narrativas fantasiosas, sem qualquer comprovação objetiva. Nas fronteiras do pensamento de Bannon e seus seguidores, a ciência e seus resultados são aquilo que gostariam que fossem. O mundo real e a ficção se misturam e submergem em uma subjetividade que coopta as mentes e corações das massas. A terra é plana e não redonda. As vacinas contra a Covid-19, além de ineficazes, são perigosas e podem transformar

os seres humanos em “jacarés”. A imprensa apenas mente e conspira, notadamente quando não publica o que é do seu interesse. Os resultados das pesquisas eleitorais são falsos e manipuladores, quando não os favorecem. A justiça é tendencial, quando não os beneficia. Os votos são manipulados e não conclusivos quando apontam para a sua derrota eleitoral.

Bannon entende que o liberalismo fracassou e degradou a vida das pessoas, empobrecendo o seu conteúdo e sua inteligência. As suas propostas de mudanças sociais acabaram por desvirtuar todos os valores humanos, descaracterizando, os papéis sociais das mulheres e demais segmentos sociais.

Este entendimento recupera os pressupostos nazistas, nos entreguerras. A dimensão da luta contra o globalismo pregado por Bannon recupera os mesmos princípios fantasiosos propostos pelo nazismo ao advogar a existência de um plano internacional dos judeus para a escravização da Alemanha e o domínio do mundo. A luta pelo tradicionalismo e a volta aos valores espirituais de uma nação, proposta por Bannon, potencializa a exclusão em massa de feministas, sindicalistas, gays, lésbicas, entre outros, que acabam por se transformar nos novos judeus do século XXI.

O pensamento de Bannon expressa processos similares de exclusão social usados pelo nazismo para os que não se enquadravam como arianos. O futuro melhor, por ele defendido, demonstra as formas e manifestações de vida de setores mais atrasados da sociedade, cujo ódio às diferenças e o ressentimento são as marcas de suas formas de agir e pensar.

Os princípios do tradicionalismo, expressos na vivência de um mundo destruído de todos os seus valores, manifestam

formas de ação expressas na destruição de todas as relações humanas, potencializando aquilo que os seres humanos possuem de pior: o ódio e o ressentimento.

O mundo tradicionalista pensado por Bannon é composto, como bem afirmou Teitelbaum, por esferas políticas minúsculas e escalas reduzidas, ausentes de entidades transnacionais e controlado por pessoas comuns, acaba por se restringir a ideologias ultraconservadoras expressas em estratégias manipulativas utilizadas pelo Nacional-Socialismo na Alemanha.

Nada de eterno ou transcendental os espera, apenas o germinar do *ovo da serpente*, cujos drásticos resultados a história já registrou.

A dimensão espiritual proposta em uma aliança entre nações para este fim acaba por camuflar processos autoritários travestidos de divinos. O incremento de propostas do novo nazifascismo e sua legião de adeptos acirra as lutas de classes e atenta contra os direitos das minorias. Nunca os avanços sociais estiveram tão ameaçados. A volta de concepções obscurantistas atenta contra os próprios seres humanos, cujos desdobramentos serão deploráveis.

Parte 4

Algumas breves reflexões sobre o novo
nazifascismo no Brasil

VII

O novo nazifascismo e a educação⁸⁵

O novo nazifascismo se manifesta em diferentes desdobramentos da sociedade, merecendo destaque a educação. Os seus projetos formativos, expressos nas ações do presente como estratégia para formar seres humanos no futuro, acabam por influenciar a educação e suas políticas educacionais.

Com efeito, o embate no âmbito destas políticas e suas expressões no cotidiano escolar se acirram, tomando uma dimensão que atenta contra a liberdade de cátedra. Os embates entre as teorias críticas da sociedade, o negacionismo científico e as pedagogias do consenso ganharam novas dimensões, apontando para rupturas, intimidações e resistências.

O novo nazifascismo combate radicalmente todas as pedagogias que apontam para a emancipação social, as entendendo como expressão maior ao que denominam como “marxismo cultural”. Neste movimento, em âmbito da educação, apontam a neutralidade científica e a despolitização como ações fundamentais para combater o que denominam como professores militantes de esquerda.

Utilizando os militantes digitais de extrema-direita, difundem àqueles que os assistem, a existência de um amplo

⁸⁵ Publicado originalmente por Carlos Lucena; Elizabeth Lannes Bernardes; Lurdes Lucena; Robson Luiz de França o título Da crítica emancipatória ao neocriticismo conservador – a escola sem partido

processo conspiratório para doutrinar as crianças e os adolescentes. Esta estratégia é voltada para cooptar o ódio dos familiares dos alunos, transformando-os em uma espécie de fiscais da moral e dos bons costumes.

Os professores das ciências humanas, em especial os ligados à área de história, são eleitos como os grandes vilões doutrinadores de esquerda que visam corromper os alunos, jogando-os contra os ideais de suas famílias.

Foi neste contexto que foi pensado o Movimento Escola Sem Partido no Brasil através do Projeto de Lei 867/2015. Em que pese ele não ter sido aprovado, os seus pressupostos foram incorporados em muitas escolas do Brasil, atentando à liberdade de cátedra e promovendo vigilância aos professores. Este projeto, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente, incorporou todos os pressupostos do novo nazifascismo em sua reedição do nazismo alemão, tal qual temos demonstrado no decorrer deste trabalho.

Nos chama a atenção as atribuições propostas aos educadores no referido projeto, as quais destacamos:

A negação à cooptação dos alunos em termos políticos, ideológicos ou partidários.

O respeito às convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

A proibição da propaganda partidária e de incentivo à participação dos alunos em manifestações, atos públicos e passeatas.

A neutralidade referente às principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito de questões políticas, socioculturais e econômicas.

O respeito à educação moral dos alunos conduzida por suas próprias famílias.

Essas atribuições, centradas no discurso político do camaleão, endossam a concepção de liberdade expressa nos limites do novo nazifascismo. O primeiro deles aponta que a adoção de concepções críticas sobre o funcionamento e as contradições do modo de produção capitalista impactam em uma estratégia para a cooptação dos alunos. Aqui, os pressupostos de Goebbels – da educação como ninhos de comunistas – são apresentados com todo vigor. Eles se somam ao segundo pressuposto expresso no “respeito às convicções ideológicas dos alunos”. A noção de respeito objetiva remover qualquer discussão política no âmbito da sala de aula, deixando o conhecimento nas fronteiras da neutralidade científica, tão bem elaborada por Émile Durkheim.

A adoção desta concepção revela o objetivo segundo o qual *não fazer política é fazer política*, compartilhando do entendimento das frações de classe ultraconservadoras da sociedade brasileira, fomentadas pelo novo nazifascismo.

No artigo 2º do projeto Escola sem partido, referente aos princípios da educação brasileira, destaca-se:

- A neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado.
- O pluralismo de ideias.
- A Liberdade de aprender, de consciência e de crença.
- A vulnerabilidade do educando no processo de aprendizagem e a educação moral conforme as convicções familiares.

Um olhar apressado pode levar à inferência de que o projeto visa colocar a escola como um espaço de multiplicidade de concepções e abordagens científicas. A premissa que fundamenta o projeto é que a escola se transformou em um local de doutrinação ideológica dos alunos, conduzida por educadores críticos da sociedade. Destacamos que, apesar de o projeto não fazer referência a qualquer partido político ou movimento social, fica implícita a forte resistência a qualquer ação dos professores voltada à participação dos alunos em manifestações de qualquer natureza. Essa afirmação ganha corpo quando analisadas as mobilizações de ocupação de escolas nos últimos anos.

É difícil conceber o pressuposto de que o corpo discente é uma “tabula rasa” facilmente influenciável por opiniões docentes. Os alunos carregam consigo uma história de vida permeada por interpretações e concepções de mundo. Como seres humanos históricos, são agentes ativos em uma sociedade em movimento e contradição. Alertamos que a crítica feita às escolas como espaço de doutrinação política não representa a realidade do cotidiano escolar.

Não há dúvidas de que se adota a estratégia proposta por Steve Bannon, manifesta, tal qual afirmamos anteriormente, em acusar os grupos políticos oponentes daquilo que o próprio grupo que acusa o faz. Isso se constitui em uma estratégia política de dominação, centrada na teoria da conspiração constante, apresentada para despertar o medo em parcelas da população, tornando-a refém de líderes e interesses expressos pelo novo nazifascismo. Na prática, como já dissemos, passa a

se temer um inimigo oculto que não existe, mas se imagina que ali está.

O temor ao comunismo e ao globalismo exemplifica esta afirmação. A retórica política para cooptar as frações da classe média conservadora, que viram seu poder de compra crescer por ocasião do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da ditadura civil-militar no Brasil, é utilizada com eficácia. Deve-se considerar que muitos membros desses setores, especialmente aqueles acima dos 60 anos, ainda permanecem cativos dos pressupostos ideológicos da doutrina de segurança nacional implantada nos anos de exceção no Brasil.

O medo do perigo comunista, acaba por se impor sobre a necessidade de o desvendar, transformando-se em uma verdade que não requer qualquer comprovação. Planos conspiratórios são apresentados como verdades inquestionáveis que se apresentam àqueles como estratégias articuladas para a tomada do Brasil por setores globalistas comprometidos com o comunismo e destruição da moral e dos bons costumes. É comum em redes digitais voltadas a esse público circularem mensagens tal qual a que reproduzimos a seguir.

DESVENDAMENTO DO COMUNISMO NO BRASIL...

1ª FASE

Desarmar a população - Feito

Sequestrar a imprensa - Feito

Sequestrar a educação - Feito

Sequestrar a cultura - Feito

Domar o executivo - Feito

Dominar o judiciário - Feito

Dominar o legislativo - Feito
Acordos com o PCC e CV e ter votos nos presídios - Feito
Chegar ao poder - Feito

2ª FASE

Dominar o Exército - Feito
Desmoralizar e desacreditar as Forças Armadas - Feito
Aumentar a arrecadação Federal - Feito
Controle absoluto sobre o processo eleitoral - Feito
Monitoramento das redes sociais - Em andamento
Calar opositores do governo - Em andamento
Criminalizar falas contra o governo - Em andamento
Doutrinação nas escolas- Em andamento
Criar militantes nas Universidade - Em andamento
Empobrecer a população - Em andamento
Proteção judicial aos privilegiados - Em andamento
Regulamentar as redes sociais - Projeto
Desapropriar e Estatizar o agronegócio - Projeto
Reverter processos de estatais privatizadas - Projeto
Estatizar empresas - Projeto
Desapropriar e estatizar moradias - Projeto
Descriminalizar roubos e furtos de pequeno valor - Projeto
Descriminalização das drogas - Aprovada pelo STF!
Legalização do aborto - Projeto
Perpetuar-se no poder - Projeto

3ª FASE

Desmoralizar as polícias Militar e Federal - Projeto
Criação de um Exército Nacional para o governo - Projeto
Criação de um Exército Civil Paralelo com Caráter Revolucionário - Projeto
Perseguição e diminuição de igrejas - Projeto
Criação de centros de militância - Projeto
Criação de um firewall para controlar a internet - Projeto
Criação de cotas alimentares para as famílias - Projeto

Criação de cotas de aquisição de bens privados - Projeto
Criação de moeda única para o Mercosul - Projeto

A análise de cada um destes aspectos daria um estudo em si, mas, ao mesmo tempo, é cômico, pois, com esse tipo de conteúdo equivocado, objetivam atingir frações de classe conservadoras simpáticas aos interesses do novo nazifascismo. Aqui, o fenômeno da pós-verdade e do cinismo político se apresentam com todo vigor. Não importa se o que é dito corresponde à verdade ou se é um *fake News*, mas sim, que atinja o objetivo específico de cativar e convencer os incultos ou incautos. Na prática, para dizer a verdade, no mundo virtual, qualquer produção (na forma de texto, imagem ou vídeo) se transforma em "verdade", através dos algoritmos, tendo o medo como agente catalisador.

Caso se busque uma análise científica sobre a proposta da "Escola sem Partido", é preciso realizar uma pesquisa com fundamentos epistemológicos e teóricos que possibilitem analisar essa proposta. Os aspectos ontológicos e gnosiológicos que fundamentam o projeto "Escola sem Partido" fornecem elementos para um olhar para além da aparência. A apologia à neutralidade científica e a negação às ideologias elucidam as bases conservadoras que compõem a proposta.

Em termos históricos, o debate em torno do caráter ideológico e político da escola não é novo. A educação, fenômeno social por excelência, como parte da sociedade, não passa à margem dos conflitos, lutas de classes, antagonismos e contradições em seu tempo histórico. Destacamos que seu

entendimento se insere na dinâmica entre o passado, presente e o futuro.

Este movimento temporal potencializa a recuperação dos projetos sociais em disputa. As lutas de classes se explicam em um processo histórico em que os movimentos do presente resultam das contradições do passado e propõem uma perspectiva futura. Como parte da sociedade, é na educação e, principalmente, no cotidiano escolar que as lutas se manifestam. A dinâmica temporal da escola, impacta em sua capacidade formativa, manifesta na construção da autonomia do agir e do pensar, elegendo-a como espaço sublime de lutas sociais. O sentido da educação inerente à formação humana, que se faz no presente e mira no futuro, potencializa as lutas sociais pelo seu controle contínuo e implacável.

Partindo do princípio de que a realidade, materialmente existente, antecede às ideias que construímos sobre ela – isto é: à teoria –, é preciso, inicialmente, a identificação dos indivíduos e das classes sociais que estabelecem relações determinadas, ou que pertencem a uma instituição da organização social, para o adequado entendimento da ação para um determinado fim.

Assim fazendo, será possível identificar que os fundamentos do projeto “Escola sem Partido”, expressa na defesa da neutralidade científica e na negação às ideologias, estão baseados no positivismo, uma rica concepção epistêmica, cujos pressupostos são voltados ao entendimento ou à ação numa sociedade determinada. Fundamentando-se em Comte e Durkheim, apesar da busca em se entender a sociedade – o “fato social” – a perspectiva teórica acabou enfatizando a norma, a moral e a

permanência. Desde seu surgimento, portanto, foi uma perspectiva identificada com a direita francesa e com o conservadorismo. Por isso mesmo, o positivismo foi essencial para a edificação de sociedades de cunho autoritário, sem mobilidade e sem crítica social, destacando-se as ditaduras civis ou militares e o Nacional Socialismo Alemão.

Foi isso que Lucena buscou analisar em artigo, na Revista Histedbr On-line denominado "O pensamento educacional de Émile Durkheim⁸⁶". Nele, debateu os pressupostos durkheimianos referentes à construção de uma teoria da solidariedade que fundamenta o ordenamento de uma sociedade.

O conceito durkheimiano de solidariedade orgânica é fundamental para a interpretação da "Escola sem Partido", pois essa proposta educacional objetiva a construção de uma sociabilidade conservadora através da escola. Afirma que busca combater a politização e ideologização dos alunos, mas seus pressupostos implicam um movimento de doutrinação, no qual a harmonia social é resultado de uma ação passiva dos seres humanos perante a sociedade. Na aparência, as propostas da "Escola sem Partido" sustentam o combate a uma pretensa doutrinação político-ideológica movida por comunistas e globalistas, mas inequivocamente, como que em nome da solidariedade orgânica, materializa a instauração de princípios conservadores, voltados à exclusão de todo e qualquer pensamento crítico no cotidiano das escolas.

⁸⁶ Carlos Lucena. O pensamento educacional de Émile Durkheim. In Revista Histedbr on line, v 10, n.40, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820>. Acesso em 01 maio 2018

A afirmação marxiana da diferença entre a aparência e a essência da interpretação dos processos sociais, aqui se aplica, pois, a negação da política, é uma posição política. A política é uma relação humana e histórica e, por excelência, só será extinta caso a espécie humana sucumba. A humanidade instituiu a política, como espaço de disputa e gestão do poder, e sem ela não consegue existir. A centralidade da política nos possibilita a seguinte predição: a “Escola sem Partido” é uma “Escola com Partido”.



Os fundamentos do Projeto Escola sem Partido estão presentes no projeto educacional alemão por ocasião do nacional-socialismo.

É notável como os pressupostos do nazismo se reapresentam na sociedade. Como o *ovo da serpente*⁸⁷ se rompe com o avanço das crises cíclicas do capitalismo, libertando as *mala-catifas* de seu invólucro e, assim, liberando seu veneno em diferentes segmentos da sociedade, a educação é importante instrumento – constituído como aparelho ideológico do Estado, como conceituou Louis Althusser, na clássica obra *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado* (1985) – para produzir e materializar alienação e passividade nas diferentes classes e frações de classe das formações sociais capitalistas.

⁸⁷ O ovo da serpente foi um filme produzido por Dino de Laurentiis em 1977. Ele versa sobre como a crise alemã fomentou o crescimento do nazismo.

Tomando o cuidado em não inserir no anacronismo histórico, nos parece que os fundamentos que sustentam o movimento da “Escola sem Partido”, são similares àqueles dos regimes totalitários e ditaduras que, em nome da harmonia e do consenso social, calaram e calam milhares de seres humanos. Toda proposição ditatorial utiliza ações coercitivas e ideológicas para negar concepções contrárias às suas.

As propostas nazistas para a educação na Alemanha nos anos 1930 exemplificam esta afirmação. O nacional-socialismo alemão instaurou um processo educacional voltado à formação das crianças para um futuro nazista. A missão estabelecida pelo Reich era de controlar a educação, visando vigiar e excluir conteúdo considerado nocivo à concretização dos seus ideais. Com isso, toda educação intelectual centrada na diversidade de concepções de mundo, de conhecimento, de filosofia e artes, bem como pedagógicas, era entendida como nociva à sociedade.

Aqui, o fundamento durkheimiano novamente se apresenta, pois para Durkheim a formação da e para a plena individualidade, era o maior inimigo para a constituição e manutenção de uma sociedade. Para ele, a constituição de uma moral coletiva, expressa na divisão social do trabalho, manifesta pela solidariedade orgânica, era entendida como grande desafio para a sociedade. Em sua obra *O suicídio* Durkheim dissertou sobre o tema da individualidade e das doenças sociais, entendendo que eram males que deviam ser evitados, sendo a ciência o caminho para evitá-la. Não se trata de perseguir um fim que foge à medida que se avança, mas de buscar manter o estado normal da sociedade, combatendo as patologias que perturbavam a ordem estabelecida. O dever do homem de Estado, tendo

como ferramenta a ciência, é executar o papel do médico: por meio de uma boa higiene, previne a eclosão das doenças e, quando estas se manifestam, é preciso curá-las.

O Reich se apropriou desses princípios, usando a educação como ferramenta para a construção de uma moral coletiva compatível com os princípios do Nacional-Socialismo. A elaboração de um projeto social futuro, implicava em mudanças na sociabilidade no presente.

Os fundamentos educacionais utilizados pelo Reich foram utilizados na contemporaneidade, com outra roupagem, no Projeto Escola sem Partido, para combater o marxismo cultural nas escolas. O novo nazifascismo entende que o marxismo cultural, desagrega a vida da nação, sendo sua erradicação, condição essencial para a emergência de novos atores sociais e a edificação de um projeto social e político conservador para o futuro.

As relações entre o nazismo e o novo nazifascismo são exemplificadas quando tomamos como referência alguns pontos do Programa do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP), como segue:

O primeiro dever do cidadão é trabalhar, física ou intelectualmente. A atividade do indivíduo não deve prejudicar os interesses do coletivo, mas integrar-se dentro desta e para bem de todos.

[...]

A extensão da nossa infraestrutura escolar deve permitir a todos os alemães bem-dotados e trabalhadores o acesso a uma educação superior, e através dela os lugares de direção. Os programas de todos os estabelecimentos de ensino devem ser adaptados às necessidades da vida

prática. O espírito nacional deve ser incutido na escola a partir da idade da razão. Pedimos que o Estado suporte os encargos da instituição superior dos filhos excepcionalmente dotados de pais pobres, independentemente da sua profissão ou classe social.

[...]

O Estado deve preocupar-se por melhorar a saúde pública mediante a proteção da mãe e dos filhos, a introdução de meios idôneos para desenvolver as aptidões físicas pela obrigação legal de praticar esporte e ginástica, e mediante um apoio poderoso a todas as associações que tenham por objetivo a educação física da juventude.

[...]

[...] Pedimos que se combata pela lei um ensino literário e artístico gerador da desagregação da nossa vida nacional; e o encerramento das organizações que contrariem as medidas anteriores.

Munique, 24 de fevereiro de 1920⁸⁸.

A educação nazista, tal como estabelecida no programa do referido partido, deveria ser diferenciada, pois a educação geral, mal formulada, transmitiria propostas que a sociedade não tinha como cumprir. Esse é o sentido do projeto educacional nazista: ajustar as condutas dos alemães, possibilitando o controle do Estado Nacional Socialista na sociedade.

Foi buscando o controle e a exclusão das diferenças sociais que Hitler incorporou os pressupostos positivistas referentes à formação escolar. Elas iam de encontro dos seus pressupostos autoritários de governo de uma nação. Era preciso, como bem entendeu Durkheim em *A Educação Moral*,

⁸⁸Fonte: <http://icommercepage.blogspot.com.br/2011/10/os-25-ponto-chaves-do-nazismo.html>
Acesso 09 de out. 2022.

sufocar e cortar a sua curiosidade, a sua mobilidade, a sua vivacidade e imaginação. Há que instigar a obediência que o dispositivo pedagógico transformará em espírito de disciplina. Suas tendências serão vigiadas, medidas, avaliadas, instigadas e fortalecidas aos moldes do adulto civilizado. A disciplina não visa estimular na criança o desejo de instruir-se, nem é um procedimento voltado para poupar forças do educador. Sua verdadeira função é atuar como um instrumento moral voltado à edificação da disciplina.

Esses princípios nortearam as reflexões do Nacional Socialismo em torno do uso da educação para a disciplina e controle de uma sociedade. A construção de uma nova moral manifesta no nazismo encontrou no positivismo grande aliado epistêmico.

O controle educacional decorria da ação do Estado alemão e de sua capacidade de controlar a educação. Se a sociedade não está sempre presente e vigilante, para que a ação pedagógica seja exercida em sentido social, essa se porá ao serviço de interesses particulares. Com isso, a grande alma da pátria, que forma as futuras gerações, se dividirá, esfacelando-se num conjunto incoerente de pequenas almas fragmentárias, em conflito uma com as outras.

No entendimento do Nacional Socialismo Alemão, a rigidez disciplinar suprimiria a luta pela emancipação do povo, submetendo-os ao controle e disciplina social imposta pelo Reich - sendo uma espécie de lei da mordaça nos anos 30 do século XX. Todos os que estavam em discordância desses preceitos, eram tidos como doentes sociais a serem execrados pela sociedade. Era o coroamento e a materialização de uma

sociedade autoritária, legitimada por um Estado autoritário sustentado por pedagogias autoritárias.

Por incrível que possa parecer, é um arremedo dessa lei da mordça dos anos 30 do século XX que ganhou vida no início do século XXI no Brasil. A tentativa de aniquilar o entendimento da educação como um fenômeno político, busca negar os princípios da pluralidade de ideias, tal como manifesto no projeto “Escola sem Partido”. Nessa proposta, a afirmação da pluralidade de ideias, esconde o objetivo de retirar dos currículos escolares concepções críticas de educação e de formação, negando a luta de classes, a discussão de gênero, o debate sobre o racismo, a historicidade da imigração, entre outros temas que expressam a diversidade social brasileira.

No nosso entendimento, toda pedagogia de cunho autoritário, entre outros aspectos, se sustenta na desvalorização da pluralidade de pensamento, exclusão de propostas antagônicas e desvalorização do profissional professor. A negação da ciência, da filosofia e das artes, expressa no acesso fragmentado do conhecimento, manifesta uma perversa relação que nega o saber construído historicamente pela humanidade à formação da própria humanidade - mais especificamente, às crianças e jovens. Este é o sentido do controle do trabalho dos professores e dos currículos propostos nas escolas brasileiras através do projeto “Escola sem Partido”.

O controle curricular do ensino e do trabalho docente também tem seus fundamentos nas experiências utilizadas pelo Nacional Socialismo na Alemanha. A nazificação das escolas decorreu de uma total reconstrução da educação nos anos 30 do século XX, com currículos reelaborados, livros queimados e farto

material didático fiel ao nazismo produzido para uso nas escolas. Também fez parte da reestruturação da rede educacional, um amplo processo de intimidação e cerceamento do trabalho pedagógico dos profissionais da educação.

A implantação da pedagogia nazista na Alemanha implicou em um processo de reestruturação de todo o sistema educacional do país, sendo a coação dos professores justificada pelo princípio de lealdade ao nazismo. O que se verificou foi a demissão e assassinato de centenas de professores críticos ao nazismo, independentemente de serem ou não judeus, substituindo-os por profissionais leais ao Nacional Socialismo. Os professores aposentados foram desprezados e os que estavam na ativa e eram fiéis ao regime, foram obrigados a passar por um processo de capacitação, para compreender os fundamentos e a aplicação da pedagogia nacional-socialista na Alemanha. Essa pedagogia se centrou na negação tanto do liberalismo como do comunismo.

As escolas se transformaram em um espaço de coerção social imposta pelo Estado Nazista, induzindo parcela dos próprios alunos à vigilância e caguetagem de colegas, professores e funcionários das escolas. A difusão do ódio, uma característica do *ovo da serpente*, sustentado por um processo de doutrinação, colocou os alunos como vigias dos seus professores, agredindo-os verbalmente e manifestando atos de rebeldia a concepções antagônicas ao regime.

Contudo, o que chama particularmente nossa atenção é como o ódio social renasce de tempos em tempos, sendo os períodos de crise econômica, política e social, manifestos na dificuldade do Estado em prover políticas sociais, constituem a

sua gênese – a postura do *ovo pela serpente*. É sobremaneira preocupante a disseminação do ódio social nas formulações da “Escola sem Partido” no Brasil e apregoadado diuturnamente pelos movimentos e partidos de extrema-direita que encontram solo fértil na ineficiente formação crítica de nossas escolas.

O repúdio às concepções críticas e materialistas, notadamente ao que denominam de marxismo cultural, tem fundamentos similares ao fomento do ódio alemão contra os judeus e comunistas nas escolas e na sociedade nazista. Da mesma forma, tudo o que fuja dos pressupostos conservadores e suas pautas, visando a construção de um Estado autoritário, é entendido como equívocos ou novas doenças sociais do século XXI.

A crítica que fazem as concepções antagônicas às formas societais reprodutivas do capital, se sustenta na ressignificação do conceito de comunismo como fenômeno de corrupção desenfreada. Fazendo uma crítica radical à República e à Democracia, enquadram os governos progressistas – que para eles são comunistas – como inimigos de toda a sociedade.

No caso da educação, a ressignificação comunista fortalece a ação que criminaliza os professores e suas organizações representativas. Os profissionais críticos são enquadrados como dotados de uma concepção de mundo ultrapassada e descolada da realidade, militantes a serviço do comunismo. Aparentemente o novo movimento nazifascista, materializa um tipo de neossionismo do início do século XXI, expresso na perseguição política, na homofobia, no racismo, na discriminação de gênero, no repúdio aos imigrantes e na intolerância a todo e qualquer

pensamento alternativo. Um neossionismo que tem bases similares ao ódio nazista no século XX, entendidos como doenças sociais a serem banidas da sociedade.



Uma questão nos inquieta. Qual projeto formativo humano justifica esta proposta educacional? Que concepção e modelo de sociedade estão em questão? As respostas a estas perguntas estão nos pressupostos formativos escolares oriundos do neoliberalismo e o homem econômico⁸⁹.

A explicação do homem econômico está presente nas discussões de Hayek. No livro de Lucena "Hayek, liberalismo e formação humana", este debate foi desenvolvido, remetendo-o ao conceito de evolucionismo. A ação do homem econômico, como desdobramento de processos evolucionistas exposto pelo individualismo potencializado pelo mercado, é passível de crítica. As relações entre o indivíduo e o mercado são apresentadas como naturais, quando na realidade estão voltadas à acumulação de capital. Essa é uma contradição importante, pois a "liberdade" à acumulação do capital é negada pela ação de classe detentora desse mesmo capital.

O *homo economicus* é então iludido, porque a contradição que o constitui é reificada, preservando-o em

⁸⁹ O conceito de homem econômico – *homo economicus* – se fundamenta na construção de um modelo de trabalhador dócil ao capital, cujas ações se sustentam na concorrência com outros trabalhadores para acesso a maiores salários, vantagens pessoais, etc. É o exemplo de formas mais elaboradas de alienação e estranhamento do trabalho.

sua soberana liberdade. A referência ao fetichismo, tal como Marx o expõe, é inevitável e é de fato isso que se trata. No que tange ao mundo econômico, o indivíduo moderno tende a compreender como natural e 'coisa' aquilo que é social (Paulani, 2005, 99)

Esses pressupostos sustentam o projeto "Escola sem Partido", sendo sua concepção influenciada pelas sucessivas crises do capitalismo e as estratégias dos homens de negócios para a recomposição da acumulação do capital e exploração máxima da força de trabalho. Desta forma, o movimento "Escola sem Partido" se insere na negação da *crítica emancipatória*, como pressuposto para a afirmação do *neocriticismo conservador*, assentado na elaboração do homem econômico.

O processo metabólico reprodutivo do capital, expresso por estratégias de exploração radical da força de trabalho, em resposta às crises cíclicas do capital, aprisiona a *crítica emancipatória*. Com isso, o *neocriticismo conservador* se manifesta na formação dos trabalhadores voltada ao oferecimento de sugestões para a continuidade reprodutiva do capital, não distinguindo o tempo de trabalho nas empresas ou em seu próprio lar. O *neocriticismo conservador* nega a sociedade como uma totalidade em contradição, concebendo-a como um universo empresarial em torno de si próprio.

A crítica do *neocriticismo conservador* à *crítica emancipatória*, manifesta na argumentação da incapacidade da educação formal de formar competências para a empregabilidade e empreendedorismo, sustenta o Projeto "Escola sem Partido". Qualquer concepção que negue os interesses do capital e coloque em xeque suas premissas, é entendida como uma

doença social que deve ser evitada a qualquer custo. Daí a necessidade de exclusão, em nome da neutralidade do conhecimento, das concepções críticas educativas à sociedade nas escolas capitalistas.

O *neocriticismo conservador* afirma a necessidade de educar para as competências também conservadoras, manifestas no aprender a aprender, a pensar, a agir, entre outras tantas possíveis, se colocando como atores competentes responsáveis em ditar os rumos àqueles educadores que não sabem para onde ir. A formação do ser humano crítico e reflexivo, defendido pelo pensamento empresarial, baseia-se em fundamento idealista, de uma sociedade sem contradições e conflitos, baseados em um único projeto social no presente e para o futuro. Como bem afirmou Olinda Noronha, em todo seu brilhantismo peculiar, em “Políticas Neoliberais, conhecimento e educação” aprender o que, para quê, para qual sociedade?

Ele se sustenta na aproximação de Hayek com o neopositivismo de Karl Popper, manifesta na Teoria dos Fenômenos Complexos à qual Lucena debate no livro “Hayek, Liberalismo e Formação Humana”, no qual mostra as diferenciações entre pressupostos do neoliberalismo do século XX e o liberalismo clássico dos séculos XVIII e XIX. É, pois, a velha afirmação *de ser o mesmo, mas não ser igual*.

Essa aproximação de correntes teóricas antagônicas, fomenta a similaridade entre o neoliberalismo e o nazifascismo. Como bem afirmou Ianni (1998) o neoliberalismo é a fábrica onde se produzem as ideologias e as práticas nazifascistas, tendo a sua expressão na guerra contra a social-democracia, o

socialismo, os movimentos sociais, o sindicalismo e as concepções críticas emancipatórias, expressas no Projeto da “Escola sem Partido”. Objetivam uma sociedade fundada nos princípios formativos da razão instrumental, posta em prática pelo homem econômico. Os fundamentos da “Escola sem Partido” manifestam a contradição do princípio idealista hayekiano, de uma sociedade composta de “átomos sociais livres”, cuja materialidade afirma o oposto. Essa percepção de uma educação de cunho tecnicista, entende a eficiência como formação humana, assentada em pressupostos tecnológicos validadores, quando na realidade não vão além das fronteiras da alienação e estranhamento do trabalho.

Essa razão instrumental ganha novos contornos com o incremento da globalização, da Internet, das organizações, blocos e estruturas de poder, instrumentos que garantem aos poucos o predomínio e a abrangência de estruturas autoritárias de gestão das formas de produção, circulação, troca e consumo, seja no âmbito nacional ou internacional. Essas ideologizações fomentam o ódio à *crítica emancipatória* que migra para as escolas com fundamentos similares aos impostos nas escolas na Alemanha durante o Nacional Socialismo.

A negação do acesso social à ciência e seus resultados, demonstra que, independentemente das exigências impostas, os seres humanos se mantêm no universo do trabalho alienado. O “Escola sem Partido” se sustenta em pressupostos que acenam a alienação, a divisão do trabalho e a concentração do saber. Ela objetiva instaurar as pedagogias do consenso, expressa na divisão social do trabalho, tal como explicada por Émile Durkheim.

A difusão da alienação e do estranhamento das condições de vida, manifesta em pedagogias autoritárias, carrega consigo o triste fardo do novo nazifascismo, cuja expressão maior é o ódio racial, étnico, religioso, político e de gênero. Como a escola precisa ser vigiada, em vista da suposta politização, isso tem sérias implicações na educação, podendo colocar em risco a própria existência da profissão de professor. Caso não sejam tomadas providências urgentes, inclusive com a valorização do trabalho docente, podemos entrar em colapso educacional com o desaparecimento gradativo de futuros professores(as) no Brasil, em decorrência da precarização das condições de realização do trabalho.

Essa afirmação não se dá ao acaso, pois segundo o Censo do Ensino Superior de 2022, os cursos de licenciatura presenciais públicas sofreram uma redução de 35% de alunos nos últimos dez anos. Nas faculdades privadas, o índice chegou a 68,8%. A tendência que se apresenta, portanto, é que a formação de professores(as), salvo poucas exceções, tenha gradativa redução. Além do declínio quantitativo, não faltam estudos chamando atenção para a precarização da formação de professores, notadamente pela ampliação exponencial de cursos à distância, em instituições privadas que não têm nenhum compromisso com a qualidade dos cursos via EaD, mas apenas com o lucro que o negócio educacional aufer.

O Censo 2022 aponta que no Brasil 1,6 milhão de estudantes cursam algum tipo de licenciatura, sendo que deste total, 60% estudam na modalidade à distância e destes, 70% não realizam a quantidade mínima de horas de estágio, implicando a não conclusão do curso. Ou seja, apenas 3 a cada 10 alunos

que iniciam um curso de licenciatura o concluem. Nos cursos presenciais, 58% dos alunos das licenciaturas abandonam o curso antes da sua conclusão.

Mesmo entre os concluintes, a situação é preocupante. De acordo com dados do INEP, apenas 38% dos estudantes de licenciatura das instituições federais concluíram os cursos. Na área de Matemática este índice cai para 30% e nas Ciências da Natureza é de 34%. Os resultados do ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes)⁹⁰, demonstram que o desempenho dos alunos dos cursos de licenciatura ficou abaixo de 50 pontos, tendo como referência uma escala de 0 a 100. As licenciaturas em Ciência da Computação em 30,6% e a Educação Física com 35,6%, sendo os cursos que obtiveram a menor média nacional. Por sua vez, a licenciatura em Ciências Sociais obteve a média com 45,3%, colocando a trágica situação em que o curso de licenciatura com melhor avaliação, os alunos não dominam 54,7% dos seus conteúdos.

No estado do Paraná, conforme pode ser constatado no quadro 8, nos últimos seis anos, a procura por cursos de licenciatura caiu 74% nas universidades públicas do Paraná, tendo como referência a quantidade de candidatos inscrita nos vestibulares e no SISU (Sistema de Seleção Unificada) nos cursos de Matemática e Letras entre 2017 e 2023. Em 2017, o número total de inscritos para os dois cursos nos processos seletivos analisados foi 13.574. Seis anos depois, em 2023, a quantidade caiu para 3.540.

⁹⁰ Uma prova escrita, aplicada anualmente, usada para avaliação dos cursos de ensino superior brasileiros.

Quadro 8 - Número de alunos inscritos para o vestibular em Letras e Matemática nas Universidades Públicas do estado do Paraná entre 2017 e 2023

Ano	Número de alunos
2017	13574
2023	3540

Fonte: SISU

A situação, por si só já complexa para a educação, é agravada com o avanço do novo nazifascismo e seu projeto “Escola Sem Partido” que impacta na violência física e simbólica nas escolas, contribuindo para o abandono do trabalho e da profissão de professor. Favorecem essa decisão dos docentes, as drásticas condições de trabalho, a baixa remuneração e a elevação crescente da violência nas escolas. Conforme o Senado Federal, entre os anos de 2022 e 2023, 49 professores morreram em virtude de ataques no cotidiano escolar. O MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) aponta que as denúncias de violência nas escolas se elevaram em 50% no ano de 2023.

Quadro 9 - Número de denúncias de violência nas escolas entre os anos de 2022 e 2023

Ano	Número de denúncias
2022	6300
2023	9530

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Conforme o MDHC, as 9530 chamadas recebidas em 2023, possibilitaram identificar 50186 violações dos direitos civis, políticos e sociais, por discriminação, injúria racial e racismo, liberdade, integridade física e psíquica e direito à vida contra os

professores, representando uma elevação de 143,5% em um comparativo entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022. Os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais lideram as estatísticas da violência escolar.

Os ataques às escolas são outro fator preocupante, conforme se pode verificar no quadro 10 abaixo. Um estudo, divulgado pela Faculdade de Educação da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), demonstra que nos últimos 21 anos ocorreram 30 ataques a escolas, um aumento de 20% dos ataques às escolas entre o ano de 2022 e junho de 2023, tendo alunos(as) e professores(as) como as principais vítimas.

Quadro 10 - Evolução dos ataques às escolas no Brasil até o ano de 2023

Ano	Número de ocorrências
Até 2021	03
2022	10
Até junho de 2023	8

Fonte: Faculdade de Educação - Unicamp

Os discursos de ódio nas redes sociais, a espetacularização da violência pela mídia, o preconceito, a discriminação, o comércio de drogas e a falta de estrutura, reduzem o potencial das escolas de acolher e cuidar dos seus alunos. Além desses problemas, há ainda o medo do crescimento da violência que paralisa os professores em sua capacidade de ensinar. Com isso, muitos professores temem ir às escolas lecionar, gerando crises de pânico, ansiedade, depressão e até a alguns casos de suicídio.

O estado do Paraná é um exemplo. De acordo com dados do Ministério da Saúde, o índice de suicídio cresce a cada ano entre os professores da educação básica do estado do Paraná, tal qual demonstra o quadro 11, a seguir. Enquanto em 2014 aconteceu 1 suicídio, no ano de 2018 este número se elevou para 15 suicídios.

Quadro 11 – Suicídios de Professores no Paraná/Por ano

Ano	Número de suicídios
2014	1
2015	4
2016	8
2017	12
2018	15

Fonte: SIM/Sesa

O bullying nas escolas tem sido apontado como um dos principais problemas de violência nas escolas brasileiras. A Prova Brasil identificou a percepção dos diretores escolares sobre a violência nas escolas e as condições de segurança para os professores e os alunos. O quadro 12 aponta que os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal lideram as estatísticas de bullying no Brasil.

Quadro 12 – Maiores índices percentuais de violência nas escolas brasileiras por estado - 2023

Classificação	Estado	Índice Percentual
1º	Santa Catarina	55,6
2º	Distrito Federal	47,4
3º	São Paulo	47,2
4º	Rio Grande do Sul	46,7

Fonte: Prova Brasil

Com referência aos casos de abuso sexual, seis em cada dez vítimas são crianças com idade entre 0 e 13 anos. Segundo o Anuário Estatístico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública do ano de 2023, ocorreram 74539 atentados à vida nas escolas brasileiras até o ano de 2021, sendo que em São Paulo a marca ultrapassou os 10 mil atentados e o Rio Grande do Sul 4230, conforme os dados do quadro 13.

Quadro 13 - Número de Atentados nas escolas brasileiras 2021

Estado	Número de atentados
Rio Grande do Sul	4230
São Paulo	10000
Brasil	74539

Fonte: Prova Brasil

Um comparativo entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, no ano de 2017 o nível de violência e agressões a professores(as) no Brasil, foi o dobro que na OCDE, sendo que a intimidação e a agressão verbal foram maiores que 3 vezes, tal qual demonstra o quadro 14.

Quadro 14 – Percentual de agressões e intimidações de professores – Brasil - OCDE - 2017

Tipo de agressão	Brasil	OCDE
Intimidação ou agressão verbal testemunhado pelos Diretores(as) escolares	28	14
Intimidação – professores(as)	10	3
Agressão Verbal e intimidação semanal de professores	12,5	3,4

Fonte: UFRGS

Os quadros 15 e 16, na sequência, realizam um demonstrativo dos índices percentuais e tipos de agressões sofridas pelos professores, detalhando os dados no quadro anterior.

Quadro 15 – Índice percentual da Variação de casos de violência contra os professores entre os anos de 2014, 2017 e 2019

Ano	Índice Percentual
2014	44
2017	51
2019	54

Fonte: OCDE

Quadro 16 – Índice percentual de violência comum contra os professores - 2021

Forma de violência	Índice Percentual
Agressão Verbal	48
Assédio Moral	20
Bullying	16
Discriminação	15
Furto - Roubo	8
Agressão Física	5
Assalto a mão armada	2

Fonte: OCDE

Os dados apresentados nesses quadros exemplificam a perversa influência das ideias do novo nazifascismo na educação. O seu potencial em promover as relações de ódio entre os seres humanos, reeditando as características do terror promovido pelo nazismo alemão, acaba por afetar o trabalho intelectual, a saúde e a vida de professores e alunos.

Como dissemos, em que pese o projeto “Escola sem Partido” não ter sido posto em prática, dada a resistência dos docentes e seus sindicatos, além de ter enfrentado decisões desfavoráveis no judiciário, os seus pressupostos continuam presentes em muitas escolas. Caso não sejam tomadas medidas urgentes contra a crescente violência nas escolas fomentada pelo novo nazifascismo, a própria profissão de professor estará em risco, colocando em risco a formação escolar de toda uma geração de alunos no Brasil.

Reflexões inconclusas sobre o novo nazifascismo no Brasil

Alguns elementos do pensamento de Olavo de Carvalho

O Novo nazifascismo no Brasil tem como referência o pensamento de Olavo de Carvalho. Ele construiu um conjunto de ideias que realizam uma crítica radical ao modelo de sociedade assumido pelo nosso país e o restante do planeta. Não queremos aqui esgotar as discussões de Olavo de Carvalho, visto que, dado o conjunto de sua obra, seria impossível percorrer em tão poucas páginas.

Centraremos nossas discussões em seu livro *O imbecil coletivo*, onde Carvalho realiza uma crítica radical aos intelectuais públicos, às ciências humanas e sociais e ao modernismo iluminista. Entendemos que os preceitos que potencializam a construção do tradicionalismo brasileiro se encontram no interior de suas reflexões.

Para Carvalho, o mundo vive uma crise da civilização cristã que a empurra para a decadência. Esta crise se explica mediante um conjunto de ações e práticas dos intelectuais na cruzada do modernismo.

O anticomunismo é o eixo que coordena o pensamento de Olavo de Carvalho. Toda e qualquer ação voltada à inclusão das minorias é entendida como uma estratégia comunista para o domínio da sociedade que atendem aos imperativos dos partidos comunistas dos séculos XIX e XX impulsionadores do

globalismo. O que está em jogo, nas análises de Carvalho, é a elaboração de estratégias conservadoras para instrumentalizar a população sobre o “perigo” das teses comunistas.

A adoção desta concepção atrai o apoio de setores ultraconservadores brasileiros, articulados sob a bandeira bolsonarista *Deus, Pátria e Família*, construindo alianças políticas que combatam os setores progressistas nacionais.

Os intelectuais são eleitos como os grandes vilões da sociedade. É partir desta afirmação que Carvalho faz críticas aos intelectuais públicos modernos e ao modernismo iluminismo. Os intelectuais são entendidos como aqueles que propagam inverdades e abstrações sobre o verdadeiro significado moral de uma sociedade. Nesta concepção, eles são aqueles que descartam a centralidade dos indivíduos e os colocam como elementos de uma massa manipulada.

Os intelectuais são concebidos por Carvalho como os imbecis coletivos que distanciam as massas dos princípios divinos e espiritualistas, afastando-as de Deus e Jesus Cristo. Esta afirmação se justifica por meio de uma crítica radical à modernidade. Os intelectuais atuam nos princípios do relativismo epistemológico-moral, recusando o conhecimento objetivo e os critérios racionais para produzir conhecimentos e valores morais. A sua interpretação parte da premissa que os intelectuais públicos, por sua dimensão militante, apenas defendem aos gritos uma realidade falseada e ideológica do mundo.

A modernidade é entendida como um processo caótico, no qual os critérios racionais e de legitimação do conhecimento objetivo, não passam de ideologias que carecem de comprova-

ção científica. A inexistência de uma inter-relação com uma ontologia teológica (portanto, metafísica), expressa pela ausência de critérios racionais, explicitam a manipulação e a propaganda comunista. A ausência de mediações com o ser divino é a chave da consolidação de teorias coletivistas, legitimadoras de concepções comunistas, que expressam a ditadura das academias e dos intelectuais que a compõem. Este entendimento de Carvalho se sustenta nas teses de Goebbels na Alemanha, por ocasião do nazismo, da universidade como um *berço restrito de balbúrdia de comunistas*.

A falta de vínculo com Deus permitiu que a ciência moderna e os intelectuais públicos perdessem o conteúdo moral de suas ações. O resultado é a perda da harmonia social e a consequente massificação e discriminação daqueles que não transitam em suas fronteiras analíticas e de interpretação do mundo. Carvalho entende os intelectuais como autênticos charlatões e manipuladores da população movidos por interesses globalistas e comunistas.

Olavo de Carvalho tenta destruir toda a modernidade iluminista, entendendo que nela não existe qualquer possibilidade de debate racional. Em outras palavras, entende que se estabeleceu o império da retórica política, da doutrinação ideológica e da chantagem às massas, tendo a ciência como instrumento. Com efeito, a ciência perdeu seu potencial de esclarecimento, transformando-se em um instrumento que manipula as paixões das massas sem qualquer vínculo espiritual.

Essa premissa o fundamenta a problematizar a separação entre o materialismo moderno e as concepções metafísicas do mundo. A suposta atuação ideológica da ciência moderna, a

transforma em uma *peça de teatro*, uma estratégia de *marketing científico* institucional que deturpa as relações da humanidade com a divindade, suprimindo todos os valores morais. A saída para esta situação, está no que denomina como a retomada de uma ontoteologia responsável por reconstituir todos os valores morais de uma sociedade.

O Brasil é utilizado por Carvalho como um exemplo propício à influência dos *perversos intelectuais* públicos. A ausência de tradição epistemológica própria, coloca as massas como alvo fácil para a manipulação dos intelectuais públicos nacionais. É com base nesta suposta constatação que abre uma frente de luta contra os intelectuais brasileiros, especialmente aqueles vinculados às ciências humanas e sociais, elegendo como alvo principal a Unicamp - Universidade Estadual de Campinas. Os intelectuais, principalmente a ela vinculados, impedem a interiorização espiritual dos indivíduos e o contato direto com a verdade, materializando o drama da existência humana.

A saída para a existência humana está na mediação entre Deus e os indivíduos, mediada por Jesus Cristo. Isto só é possível mediante uma interiorização espiritual que permite uma existência transcendente. Toda a dimensão escatológica cristã é utilizada como contraponto ao conhecimento científico, tal como este é manifesto pelo intelectual público. Esta escatologia é vista como algo real e não fictício, um caminho que possibilita guiar os seres humanos em superação ao drama individual e a separação entre o espírito e a matéria e o sujeito e a natureza.

A modernidade iluminista, entende Carvalho, através da ciência e dos intelectuais públicos, promoveu um divórcio entre o indivíduo e Deus, apostando em uma materialidade da história

que desproveu o ser humano de um sentido de sua existência. Os indivíduos não têm força para se salvarem desta situação, sendo o único caminho a aproximação com as forças divinas. A negação da interioridade cristã dos seres humanos acaba por colocá-los como alvos fáceis de pressupostos materialistas que negam a sua *eternidade*.

Esta afirmação é fundamental para a interpretação do pensamento de Olavo de Carvalho. O abandono da interioridade humana e das relações com a graça divina, acabam por condenar os indivíduos à decadência moral, constituindo-se em si, um ato de violência contra a existência humana, manifesta pela modernidade iluminista e os intelectuais públicos. O resultado é a perda da consciência de pertencer à espécie humana.

A modernidade iluminista é coletivista e impõe uma coerção sobre os indivíduos, uma afirmação de Carvalho que sofre forte influência do pensamento de Hayek em *O Caminho da Servidão*. Ela se sustenta no pressuposto de que todo conhecimento científico da humanidade se limita à produção de *ideologias científicas* que impõem uma política coletivista, totalitária e estatista. O seu objetivo, tal qual afirma Carvalho, em nítida concordância com Hayek, é a destruição do indivíduo e seus preceitos fundamentais. A anulação do indivíduo visa destruir o seu protagonismo pessoal e criticismo perante a sociedade, consistindo em uma abstração em meio à coletividade humana.

O fenômeno dos intelectuais públicos, como instrumentos de uma concepção científica expressa pelo modernismo iluminista, é entendido como uma ferramenta para a ação de comunistas e de representantes de setores globalistas que visam aniquilar os indivíduos e a espiritualidade humana.

Alguns limites do pensamento de Olavo de Carvalho

Carvalho tenta se colocar como centro de uma discussão que não domina, transformando ficção em realidade. Ele pouco compreendeu Antonio Gramsci e suas críticas parecem se centrar em uma análise superficial sobre os pensadores da Escola de Frankfurt. As suas análises sobre Platão são anacrônicas, demonstrando sua dificuldade em interpretar o que demonstra conhecer de forma superficial.

Sobre Antonio Gramsci

O debate de Olavo de Carvalho sobre os intelectuais públicos centra-se em uma tentativa de refutar o pensamento de Gramsci sem conhecer todos os seus princípios epistêmicos. O pensador italiano é entendido como o principal arquiteto do "marxismo cultural", a edificação de uma suposta estratégia de subversão cultural para destruir os valores ocidentais e cristãos. Carvalho enfatiza conceitos gramscianos de "hegemonia cultural" e "guerra de posição" como ferramentas deliberadas para infiltrar instituições (educação, mídia, cultura) e promover uma revolução comunista gradual.

Esta visão simplifica a teoria de Gramsci, sobre a luta de classes e a contra hegemonia proletária, a uma conspiração global contra a civilização. Gramsci via a hegemonia como um processo complexo de persuasão e consentimento, não apenas manipulação cultural voltada a submeter seres humanos.

O anacronismo também está presente em suas análises sobre Gramsci. Os *Cadernos do Cárcere* foram escritos em condições políticas adversas de perseguição e encarceramento.

Olavo simplifica as reflexões gramscianas a um contexto aplicado diretamente ao Brasil, sem considerar que estas concepções visavam criticar Itália fascista e a resistência do movimento operário em um contexto de perseguição política.

Carvalho não compreendeu o conceito de hegemonia cultural de Antonio Gramsci. Ele desenvolve uma análise reducionista sobre este conceito, não abordando o conjunto das reflexões e análises sobre o papel dos intelectuais orgânicos, a relação entre Estado e sociedade civil, ou mesmo, a crítica gramsciana ao determinismo econômico presente nas reflexões ortodoxas do marxismo.

As reflexões de Gramsci sobre a educação são por ele desconhecidas. O intelectual italiano defende a necessidade de uma educação popular de cunho proletário. A sua concepção classista é desconsiderada e reduzida por Olavo de Carvalho, concebendo-a nos limites da manipulação ideológica e não como objeto de emancipação das classes subalternas.

A teoria da conspiração é imperante nas análises de Olavo de Carvalho sobre o pensamento de Gramsci. A falta de entendimento do pensamento gramsciano o permite afirmar que o seu objetivo maior se situa na subversão da moral cristã e do modo de produção capitalista por meio de uma estratégia cultural orquestrada. Ele sugere que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outros movimentos de esquerda no Brasil seguiram um plano gramsciano para dominar a cultura, quando na realidade o que estava em jogo era o domínio do Estado por dentro.

A teoria da conspiração proposta por Olavo de Carvalho é desmentida pelo próprio movimento da história no Brasil. Não

existem evidências históricas sólidas de que as ideias de Gramsci tenham sido amplamente aplicadas de forma direta no Brasil, especialmente antes da redescoberta de seus textos nos anos 1960. No período histórico em questão no país, o que estava em discussão eram as teorias vanguardistas, às quais Gramsci teceu severas críticas quanto às suas limitações revolucionárias.

O desconhecimento de Carvalho sobre a história da ação e pensamento político brasileiro permitiu que caísse em equívocos e armadilhas teóricas comuns aos intelectuais que descon sideram as relações anacrônicas na história. A sua sanha conspiratória limitou a sua compreensão a um suposto movimento coordenado de dominação cultural, impedindo-o de conceber as discussões acadêmicas que estavam em curso na Europa e América Latina.

O anacronismo de suas análises aponta relações mecanicistas e simplórias com a história partidária brasileira, ao estabelecer uma relação direta entre os Partido Comunista Brasileiro e o Partido dos Trabalhadores, cuja hegemonia se deu em períodos históricos distintos. O que se verifica é a construção de uma estratégia discursiva de cunho político, voltado a legitimar as estratégias do novo nazifascismo expresso na construção do “fantasma do comunismo” para conquistar a simpatia de frações de classe ultraconservadoras.

A incompreensão de Olavo de Carvalho sobre o pensamento gramsciano se completa nas análises do conjunto da obra do pensador italiano. Os Cadernos do Cárcere e outros escritos de Gramsci são por ele poucos citados, mesmo em seu livro *O imbecil Coletivo*. As suas interpretações sobre o marxismo gramsciano ocorrem em generalizações ou mesmo

análises secundárias, limitando a profundidade de sua crítica. Tomamos como exemplo a discussão gramsciana sobre a importância da religião popular e do senso comum. Contudo, Carvalho não explora essas nuances, preferindo uma leitura que associa Gramsci a uma agenda anticristã.

Olavo atribui a Gramsci uma influência desproporcional em fenômenos culturais modernos, como o feminismo e a educação progressista. Contudo, esses fenômenos têm raízes diversas, muitas delas alheias ao pensador italiano, como o liberalismo americano ou os movimentos sociais dos anos 1960. Sua insistência em conectar Gramsci a todas as formas de esquerdismo moderno ignora a pluralidade de influências ideológicas e históricas, simplificando as suas análises.

A cosmovisão católica e anticomunista de Olavo molda sua leitura de Gramsci, levando-o a interpretar a hegemonia cultural como uma ameaça espiritual à civilização ocidental. Ele reduz Gramsci como um inimigo da moral cristã, ignorando que, embora marxista, reconhecia o papel da religião na cultura popular e propunha dialogar com ela, não a destruir.

Sobre os pensadores da Escola de Frankfurt

Os limites interpretativos também se apresentam na compreensão dos pensadores da Escola de Frankfurt. Esta escola é reduzida por Carvalho como uma força conspiratória monolítica, associando-a diretamente ao "marxismo cultural" e a uma suposta agenda de destruição da civilização ocidental.

Herbert Marcuse, Max Horkheimer e Theodor Adorno são entendidos como promotores de uma "revolução cultural"

que substituiria valores tradicionais por caos social, promovendo grupos marginais (como criminosos e descontentes) como novos agentes revolucionários. Essa visão simplifica a diversidade de ideias dentro da Escola, que inclui abordagens críticas variadas, nem sempre alinhadas a uma agenda unificada. Por exemplo, Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Iluminismo*, criticam a indústria cultural e o capitalismo, mas não propõem uma revolução prática direta, como Olavo sugere. Sua análise ignora nuances, como as tensões internas entre os membros da Escola e suas críticas ao próprio marxismo ortodoxo.

A sua abordagem sobre a Escola de Frankfurt tem dimensões mais interpretativas do que acadêmicas, não sendo aprofundados. Isso limita a precisão de suas críticas, que muitas vezes mais se baseiam em generalizações ou mesmo em interpretações secundárias. Um exemplo desta afirmação é a sua ênfase na "dialética negativa" como força destrutiva. Carvalho desconsidera que Adorno via essa abordagem como uma crítica filosófica à totalidade, não como um chamado à ação prática.

Olavo de Carvalho atribui à Escola de Frankfurt uma intenção deliberada de destruir a cultura ocidental, especialmente por meio do "marxismo cultural". Sugere que os frankfurtianos tinham um plano orquestrado para subverter valores cristãos e capitalistas. No entanto, essa visão carece de evidências históricas concretas e ignora o contexto em que a Escola foi fundada (um instituto acadêmico voltado para pesquisas interdisciplinares, inicialmente focado em marxismo, mas que evoluiu para críticas mais amplas à modernidade). A insistência em uma conspiração global pode ser vista como uma projeção que exagera

o impacto real da Escola, que era mais acadêmica do que de inspiração militante.

O contexto histórico da Escola de Frankfurt é desconsiderado. Ele interpreta as críticas frankfurtianas à "personalidade autoritária" ou à cultura de massa como ataques diretos à democracia ocidental, equiparáveis ao fascismo. No entanto, essas críticas eram respostas ao totalitarismo (nazismo e stalinismo) e à alienação do capitalismo de massa, não uma rejeição total da democracia. Essa descontextualização leva a uma leitura enviesada, que ignora as preocupações genuínas dos frankfurtianos com a perda de autonomia individual.

A fonte de suas críticas está em Herbert Marcuse a quem atribui a promoção de grupos marginais como novos agentes revolucionários. Embora Marcuse de fato tenha influenciado movimentos contraculturais nos anos 60 do século XX, como o *New Left*⁹¹, Olavo minimiza a relevância de outros pensadores, como Walter Benjamin ou Jürgen Habermas, que ofereceram perspectivas distintas (Benjamin com sua crítica estética e Habermas com sua teoria comunicativa). Essa seletividade limita a compreensão do impacto mais amplo e diversificado da Escola.

A sua cosmovisão anticomunista reduz a sua concepção da Escola de Frankfurt a uma ameaça espiritual à civilização cristã. Essa lente ideológica pode obscurecer uma análise mais objetiva, especialmente ao ignorar que muitos frankfurtianos,

⁹¹ A Nova Esquerda (*New Left*) refere-se a um conjunto diversificado de movimentos e ideias políticas surgidos na segunda metade do século XX, caracterizados por uma crítica à "Velha Esquerda" (tanto comunista quanto social-democrata) e uma busca por novas formas de organização e ação política. No Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) é frequentemente citado como um exemplo de organização influenciada pela Nova Esquerda.

como Adorno, eram críticos do materialismo e do reducionismo, compartilhando, em certa medida, preocupações com a desumanização moderna que poderiam ressoar com valores cristãos.

Sobre Platão

O anacronismo histórico e a incompreensão epistêmica também se apresentam em suas reflexões quanto ao pensamento platônico. Platão, em *A República*, tal qual pensava Olavo de Carvalho, não era um amante do espetáculo, mas sim da verdade.

Carvalho tenta, sem sucesso, ressignificar Platão para justificar a sua visão anticomunista expressa em sua crítica à modernidade e ao igualitarismo, tendo como pano de fundo a sua crítica ao marxismo cultural. Contudo, o pensamento e as elaborações platônicas são feitos em um contexto político e histórico distinto – Atenas do século IV a C.). Tende a ver a proposta do governo dos filósofos-reis como uma defesa de uma elite moral e intelectual, ignorando as críticas de Platão à democracia ateniense como resposta a um contexto histórico específico, não como uma prescrição universal.

Carvalho enfatiza a dimensão espiritual e metafísica de Platão, especialmente a Teoria das Ideias, como uma busca pela verdade transcendente, alinhando-a com sua visão cristã. Embora Platão de fato explore a metafísica e a transcendência (como no *Fédon* ou no *Banquete*), minimiza o aspecto político e prático da filosofia platônica, como o papel da educação na

formação da pólis ou as tensões entre teoria e prática em diálogos como *Górgias* e *Leis*. Essa ênfase espiritual descontextualiza o pensamento de Platão voltado a integrar metafísica, ética e política em um sistema coerente.

Carvalho recupera alguns diálogos existentes em *A República* e *Fédon*, para sustentar sua visão de Platão como defensor de uma ordem hierárquica e espiritual. No entanto, ele presta menos atenção a diálogos mais aporéticos, como *Parmênides* (que questiona a própria teoria das Ideias) ou *Teeteto* (que explora o conhecimento de forma mais cética). Essa seletividade limita a compreensão da evolução do pensamento platônico e das complexidades de sua filosofia, que não se resumem a uma visão monolítica.

A análise de Olavo de Carvalho sobre Platão, especialmente em seu livro *O Jardim das Aflições*, baseia-se mais em sua própria leitura dos diálogos e em comentadores clássicos do que em debates acadêmicos modernos. Isso resulta em interpretações que carecem do rigor metodológico e contextualização histórica dos estudos acadêmicos platônicos.

O uso de Platão para embasar a sua crítica à modernidade, equipa os sofistas da Atenas clássica a intelectuais de esquerda contemporâneos. Ele vê em Platão uma luta contra o relativismo (dos sofistas) que ecoaria sua própria batalha contra ideologias modernas. No entanto, essa analogia é anacrônica, pois os sofistas, como Protágoras ou Górgias, operavam em um contexto de retórica e política democrática, não em um projeto ideológico sistemático comparável ao marxismo ou ao progressismo. Essa projeção distorce o propósito original de Platão, que era enfrentar desafios específicos da Grécia.

Olavo de Carvalho simplifica as ideias de Platão. Ele subestima as ambiguidades e revisões que Platão faz em sua própria teoria, especialmente em diálogos tardios como *Sofista* e *Parmênides*. A sua leitura tende a ignorar as tensões internas da metafísica platônica, como a relação entre o mundo sensível e o mundo inteligível, ou as críticas que Platão antecipa (como a questão do "terceiro homem"⁹²).

Olavo privilegia Platão como um pilar de sua filosofia, mas raramente contextualiza sua relação com outros pensadores pré-socráticos (como Parmênides ou Heráclito) ou com Aristóteles, que foi aluno de Platão e desenvolveu críticas fundamentais à teoria das Ideias. Essa falta de contextualização limita a compreensão do lugar de Platão na tradição filosófica e da dinâmica entre suas ideias e as de seus contemporâneos e sucessores.

Platão é utilizado com um instrumento para sustentar sua cosmovisão, o que resulta em interpretações que priorizam o impacto ideológico sobre a exatidão exegética. Por exemplo, sua leitura de *A República* como um manifesto contra o igualitarismo moderno ignora as complexidades do diálogo, como a ironia socrática ou as propostas utópicas que Platão apresenta como experimentos teóricos.

A sua retórica, influenciada por poucos pressupostos factuais da técnica argumentativa do cinismo grego, expressa por gritos, xingamentos e palavras de baixo-calão, foi uma

⁹² O "Terceiro Homem" em Platão é um argumento usado para criticar a teoria das Formas de Platão, especialmente no diálogo "Parmênides". Aristóteles, em sua *Metafísica*, apresentou este argumento, que mostra que a teoria das Formas, se levada às suas consequências lógicas, levaria a uma regressão infinita. O argumento do Terceiro Homem não é uma teoria desenvolvida por Platão, mas sim uma crítica à sua própria teoria, apresentada por um de seus principais alunos, Aristóteles.

estratégia utilizada, no período de sua vida, para evitar os debates filosóficos. Na aparência, usava desta estratégia, pois se sentia enraivecido de ouvir concepções com as quais não concordava. Na essência, para evitar perder discussões teórico-filosóficas de assuntos que não dominava. Tanto é que negava os convites para debates acadêmicos públicos e ameaçava com processos de difamação e assédio moral aqueles que o cientificamente o criticavam.

Contudo, as suas reflexões não ficaram no vazio. Como uma espécie de guru da extrema-direita brasileira, influenciou setores ultraconservadores, merecendo destaque os militares e os cristãos conservadores radicais. A aliança com estes dois setores, permitiu a construção dos princípios do tradicionalismo no Brasil, repetindo a mesma retórica do novo nazifascismo nos Estados Unidos.

Para os militares, independentemente das concepções modernistas imperantes na caserna, ministrou cursos formativos, seduzindo-os com o discurso político do fantasma do comunismo. Os setores cristãos conservadores ficaram embevecidos com a negação de uma sociedade movida pela lógica científica e a aposta de uma saída ontoteológica a partir dos seus domínios e projetos de sociedade.

Estes dois pressupostos permitiram a construção das bases do tradicionalismo brasileiro, cooptando as frações das classes conservadoras, saudosas da ditadura civil-militar no Brasil. A ditadura civil-militar, entendida como exemplo de *eficácia da prosperidade de Deus, Pátria e Família*, passou a ser usada como exemplo de um modelo social a ser reeditado para a *recuperação moral* do Brasil. As torturas e perseguições

políticas de críticos do regime, entre outros, acabam por ser desconsideradas por estes setores, ou até mesmo defendidas. Hipoteticamente, dada à violência empregada nas relações sociais, muitos acreditam ser legítimo a tortura e morte de “inimigos da pátria” e gostariam que fossem reeditadas.

Como dissemos, a crítica aos intelectuais públicos, à ciência e ao modernismo iluminista de Olavo de Carvalho referencia estes princípios. Ao colocar as universidades como espaços de comunistas, reeditando as expressões de Goebbels, desperta o desejo de vingança das frações de classe conservadoras, especialmente a parcela que imaginam que as leis de cotas e de inserção de minorias nas universidades prejudicam o acesso dos seus filhos. Para eles, estas ações são parte de um plano comunista para substituir os seus filhos pelos das minorias nas universidades.

O ódio e a intolerância passam a existir em toda a sociedade brasileira. Espancamentos de mulheres, agressões ao público LGBT, linchamentos virtuais e o modismo da exposição desenfreada de símbolos e atos nazistas se espalham pelo Brasil. Está em curso uma cruzada para a volta aos valores culturais da idade média, negando a ciência, os intelectuais, a modernidade e o iluminismo. Em outras palavras, a *grande noite* se reapresenta com todo vigor.



Aos setores críticos e progressistas da sociedade, grandes desafios se colocam. Quais os limites de agir nas

fronteiras da democracia e da financeirização do capital em face do inimigo nefasto em conflito? Será este o único caminho? A perda da identidade histórica os levará a algum lugar? É possível construir uma ampla aliança política e de classes, em vista do arco de inimigos do novo nazifascismo? Caso ela seja possível, até quando duraria e as contradições existentes a tornariam possível?

Estas e outras questões se apresentam de forma implacável para todos nós, intelectuais de esquerda. Muito se negligenciou o novo nazifascismo que, de forma sorrateira, se apresentou e foi penetrando na sociedade, sobre notadamente a massa de marginalizados e separados das condições de emprego. Esta negligência custou caro a muitos setores progressistas que imaginaram que o *ovo fosse frágil e inofensivo*, sem imaginar que a *serpente* estava dentro dele. As questões sociais que se imaginavam resolvidas e superadas foram retomadas e, para a surpresa dos desavisados, o ultraconservadorismo saiu do armário.

A essência e a aparência social foram confundidas como similares, quando na realidade não o eram. O novo nazifascismo germinou ao nível mundial, tendo representação em todos os continentes.

O novo nazifascismo é o fim da história? Acreditamos que não! Contudo, é necessário reinventar formas de resistência para que a grande noite novamente não assole o planeta. Os desafios e contradições estão postos.

Temos consciência de que a finalização do presente livro para publicação, não significa que o seu complexo conteúdo te-

nha sido suficientemente aprofundado, desvelando a conjuntura nacional e internacional que estamos vivenciando. As medidas que vêm sendo adotadas por Trump, constituem claro avanço do nazifascismo nos Estados Unidos da América e uma ação intencional do grande e decadente império para recuperar a sua importância, num momento de profunda crise estrutural do capitalismo. Entretanto, as medidas que o presidente bufão tem tomado, tanto em âmbito interno, bem como em sua política externa, pressupõe uma organização geopolítica que está sendo colocado em xeque pelo avanço de uma postura política e econômica multilateral capitaneada pelo BRICS que, originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia e China em 16 de junho de 2009, hoje contempla a organização de países que representam o Sul global e praticamente metade da população mundial. No tabuleiro, o complexo jogo de xadrez mal começou e está longe de um xeque-mate.

No Brasil, o avanço político e social do conservadorismo, com nítidas características nazifascistas, tem ocorrido de modo acelerado desde a onda de protestos de 2013 que, canalizando a insatisfação contra o aumento dos preços das passagens do transporte coletivo, gradativamente foi absorvendo outras pautas, sob a batuta de organizações de direita, com influência nos meios de comunicação corporativos. Desde então o golpismo tem avançado de modo acelerado, buscando o desmonte dos tímidos avanços conquistados nos governos do PT, a tomada do poder, buscando inicialmente a vitória pela via eleitoral, mas ficando cada vez mais escancarado o desejo de implantar uma ditadura de extrema-direita, recuperando as bandeiras e práticas da ditadura civil militar de 1964.

O golpe jurídico-parlamentar de 2016, foi apenas o momento para a destituição da presidenta Dilma Rousseff e a instalação de um governo de transição que garantisse, pelos meios jurídicos, notadamente através da Lava-Jato, a vitória eleitoral do candidato da extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro, incontestemente representante dos interesses do capital financeiro internacional, contando com o apoio de setores das Forças Armadas, da mídia corporativa e do empresariado nacional. Esperavam que fosse apenas um presidente fantoche, controlado pelas forças que o elegeram e que fizesse uma gestão que garantisse a continuidade da extrema-direita no poder. Mas não foi o que aconteceu e, tal como ocorrido na Alemanha, foi um governo para o desmonte do Estado democrático e suas políticas sociais, para o pleno exercício e acumulação do capital financeiro internacional.

As forças democráticas, antes sufocadas pelo golpismo em curso e pelas manobras jurídico-políticas, foram se libertando das amarras, graças às inegáveis provas materiais das manobras judiciais colocadas em ação para o desmonte da esquerda e o avanço do controle do Estado pela direita, com flagrantes tentáculos norte-americanos. Novamente, graças a articulação de uma frente ampla, unindo da esquerda à direita democrática, Lula saiu vitorioso, não sem a contestação do resultado eleitoral e das urnas eletrônicas, numa lamentável reprodução do teatro político-eleitoral americano por Trump.

Desde que ficou claramente delineada a vitória da frente democrática, o golpismo tem agido diuturnamente e, com ele, a organização das forças nazifascistas. Paralelamente a esse processo de preparativos e tentativas de golpes de Estado, tem

ocorrido uma ampla difusão ideológica e política de inegáveis características do novo nazifascismo.

O que irá ocorrer da efervescente conjuntura econômica, social e política? Buscaremos acompanhar os acontecimentos e, oportunamente, retomaremos as análises num novo livro ou em uma nova edição revista e atualizada.

Referências

ADORNO, T. W. W. Ensaio sobre psicologia social e psicanálise, SP: Editora Unesp, 2015

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução de José Carlos Bruni. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes, 1985.

ARENDT, H. Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. 17ª reimpressão, São Paulo: Companhia das letras, 1999.

ARON, Raymond. Etapas do Pensamento Sociológico. SP: Martins Fontes, 2002.

BACHVAROVA, E. O Tribunal de Nuremberg como um ícone da Justiça de Transição: aspectos históricos da responsabilização política e do quadro ideológico dos direitos humanos. In: Tempo de Histórias, n. 22, pág. 180-216, 2013.

BBC News – Brasil. O que é 'globalismo', termo usado pelo novo chanceler brasileiro e por Trump? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46786314>. Acesso em 06 fev. 2025.

BELLUZZO, L. G. "A crise, trocada em graúdos". In: Caros Amigos, de fevereiro de 2008, p. 14-15.

BELLUZZO, L. G. "Nada de novo". Folha de S. Paulo, Caderno Dinheiro, de 21 de setembro de 2008.

BENJAMIN, César. "Karl Marx manda lembranças". Folha de São Paulo, 20/09/2008. Disponível em: [<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2009200824.htm>]. Também em [http://www.diap.org.br/index.php/artigos/5066-cesar_benjamin_karl_marx_manda_lembrancas]

BERNARDO, J. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

BERTONI, Luci Mara; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti; SILVA, Régis Henrique dos Reis. *Ciência, educação e lutas de classes: desafios e perspectivas de resistência*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/ciencia-educacao-e-lutas-de-classes>. Acesso dia 11 jan. 2025.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo : Boitempo Editorial, 1998.

BLOCH, E. *Gedenkbuch für Else Bloch-von Stritzki*. In: BLOCH, E. *Tendenz - Latenz - Utopie*. [S.l.: s.n.], 1978

BLOCH, E. *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução*. Editora Tempo Brasileiro, 1973.

BLOCH, E. *O Princípio Esperança*. Volume I, II, III. Contraponto Editora, 2005, 2006.

BOTTOMORE, T. et all. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRANDT, C. A.; MIALHE, J. L. *A educação na Alemanha nazista e seu papel na modulação de ideias e comportamentos*. In *Revista Hist. educ. anu. vol.14, no.2*, Ciudad autónoma de Buenos Aires. Dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2313-92772013000200003 Acesso dia 01 maio 2018

BURRIN, P. *Hitler e os Judeus – Gênese de um genocídio*. (trad. Ana Maria Capovilla). Porto Alegre, L&PM, 1990.

BUSNARDO, F. D. *Crise do subprime: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil*. Araraquara: Unesp, 2012

CASTELLS, M. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. SP: Paz e Terra, 1979.

CHESNAIS, F. *O Capitalismo de Fim de Século*, In Coggiola et. alli. *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997. P. 19

CARVALHO, Olavo. *O imbecil coletivo*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

DANNER, L. F.; DANNER, F. D. "Sábios segundo a carne": a crítica de Olavo de Carvalho aos intelectuais públicos. In: Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 36, n. 76, p. 481-538, jan./abr. 2022.

DEWEY, J. Personagens e Eventos: ensaios populares em Filosofia Política e Social. Publicado pela Editora Navegando Publicações, no ano de 2016. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/impressoes-alemanha-e-japao> Acesso 08 fev. 2025

DEVENS, G. O Tribunal de Nuremberg: marco nas relações jurídicas e políticas internacionais do século XX. Monografia (graduação em Relações Internacionais). Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2004.

DOWBOR, L. Introdução Teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho. SP: Brasiliense, 1981.

DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. [tradução Eduardo Brandão]. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, E. O suicídio. SP: Martins Fontes, 2000

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. In: DURKHEIM, E. Os pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. SP; Melhoramentos, 1952.

DURKHEIM, E. Moral Education. New York: The Free Press, 1971.

ECO, H. Fascismo Eterno. Tradução: Eliana Aguiar. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2018.

ELIAS, N. O processo civilizador. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1994. p. 23-24.

FEUERBACH, L. A essência do Cristianismo. Portugal, Editora Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1994.

FREZZATTI JR., W. A. Educação (bildung) enquanto verniz: crítica ao Estado e psicofisiologia. In: Revista Filosofia e Educação. Dossiê Nietzsche e a Educação. Volume 6, número 1, fevereiro de 2014. p. 62 – 75.

FUKUYAMA, F. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GUTIÉRREZ, A. A.; LONG, V. M.; PARGA, R. S. Teses sobre a crise do capitalismo e a conjuntura mundial. Comunicação apresentada no VIII Seminário "Os partidos políticos e uma nova sociedade", 2004, México, Anais... Cidade do México, 5-7 de março de 2004. Disponível em: <http://www.cubasocialista.cu/texto/viiiiseminario/csviis13.htm>; traduzido para o português

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 6 ed. - São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HAYEK, F. A. O caminho da servidão. LVM Editora; 2ª edição, 2022

HAUPT, H.-G. (2008). Religião e nação na Europa no século XIX: algumas notas comparativas. Estudos Avançados, 22(62), 2008, 77-94. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10321>

HEGEL, G. W. F. Princípios da filosofia do direito. Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

HITLER, A. Minha luta: Mein Kampf. São Paulo: Editora Moraes, 1983.

HITLER, A. Protocolos dos Sábios de Sião. Tradução Gustavo Barroso. SP: Editora Revisão, 1989.

HOBSBAWM, E. J. A era do capital: 1848 – 1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, E. J. A era dos extremos: o breve século XX 1914 -1991. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.

HOBSBAWM, E. J. A era dos impérios 1875 -1914; Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1988.

IANNI, O. Neoliberalismo e nazi-fascismo. In Revista Crítica Marxista. São Paulo: Xamã, nº 7., 1998 pp. 112-120.

KERSHAW, I. Hitler. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

KURZ, R. O colapso da modernização. Trad. Karen Elsabe Barbosa. SP: Paz e Terra, 1992.

LEBLON, Saul. "Capitalismo vive seu Ensaio sobre a Cegueira". In: Carta Maior, de 24/11/2009, disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia_id=15264. Acesso em: 30 nov. 2009

LEBLON, Saul. A esquerda enfrenta a dura carpintaria da história. In: Carta Maior, on line, em 23 de fevereiro de 2009, disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15703 Acesso em: 30 abr. 2009

LÊNIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo; tradução Olinto Beckerman. 4 ed., São Paulo, Global, 1987.

LIFTON, Robert Jay. What Made This Man? Mengele. In: The New York Times. 1985.

LOMBARDI, J. C. Embates Marxistas: apontamentos sobre a pós-modernidade e a crise terminal do capitalismo. Uberlândia, Navegando Publicações, 2012. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/embates-marxistas>. Acesso dia 11 jan. 2025

LOMBARDI, J. C. (org.) Crise capitalista e educação brasileira. Uberlândia, Navegando Publicações, 2016. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-temas-em-educacao-1> Acesso dia 11 jan. 2025

LOMBARDI, J. C. Crise do capitalismo e educação. Algumas anotações. In: LOMBARDI, J. C. (org.) Crise capitalista e educação brasileira. Uberlândia, Navegando Publicações, 2016. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-temas-em-educacao-1> Acesso dia 11 jan. 2025.

LOMBARDI, J. C. Modo de produção capitalista: crise, barbárie e transição. In: BERTONI, Luci Mara; COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti; SILVA, Régis Henrique dos Reis. Ciência, educação e lutas de classes: desafios e perspectivas de resistência. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/ciencia-educacao-e-lutas-de-classes>. Acesso dia 11 jan. 2025.

LOMBARDI, J. C. Crise Capitalista: breves apontamentos. In: Revista Germinal: marxismo e educação em debate. Londrina, v1, n.2. p.27 a 47, jan. 2010

LOMBARDI, J. C. Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2001.

LOMBARDI, J. C., SAVIANI, Dermeval(orgs.). Marxismo e educação: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L (orgs.). Capitalismo, Trabalho e Educação. CAMPINAS – SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luis (orgs.). Liberalismo e educação em debate. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2007

LOMBARDI, José Claudinei. "Modo de produção e educação: breves notas preliminares". Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 1, p. 43-53, jun. 2009. Disponível em:

<http://www.uel.br/revis-tas/uel/index.php/germinal/article/view/2642/2296>. Acesso em: 20 dez. 2010

LYOTARD, J. F. A Condição Pós-Moderna. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 16ª ed. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 2015.

LYOTARD, J. F. La PosModernidad Explicada a los Niños. Trad. Enrique Lynch. 1a ed. Barcelona, Editorial Gedisa, 1987. 1987.

LUCENA, C. Hayek, liberalismo e formação humana. Campinas: Alínea, 2011

LUCENA, C. Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs). Marxismo e Educação: debates contemporâneos. Campinas, SP: Autores Associados, 2005

LUCENA, C. Notas introdutórias. In: DEWEY, J. Personagens e eventos: ensaios populares em filosofia política e social. Uberlândia, Navegando Publicações, 2016

LUCENA, C.; LUCENA, L.; FRANÇA, R. L. de. A geopolítica internacional do petróleo e o golpe parlamentar no Brasil. In: LUCENA, C.; Previtali, F.; LUCENA, L. (Orgs.). A crise da democracia brasileira. Uberlândia, Navegando Publicações, 2017

LUCENA, C. O pensamento educacional de Émile Durkheim. In Revista Histedbr on line, v 10, n.40, 2010. Fonte: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639820>. Acesso 01 maio 2018

LUCENA, C. Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas, Autores Associados; Uberlândia, EDUFU, 2004

LUCENA, C.; LUCENA, L.; FRANÇA, R. L. de. Da crítica emancipatória ao neocriticismo conservador – a escola sem partido. In: BATISTA, E. L.; ORSO, P. J.; LUCENA, C. (Orgs.). Escola sem partido ou a escola da mordalha e do partido único a serviço do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_d8896227fb2d4b739df2f118829486b9.pdf. Acesso em 10 out. 2023.

LUCENA, C. Seis de Julho: a greve dos petroleiros de 1983. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/movimentos-sociais-e-educacao> Acesso em: 10 out. 2023.

LUCENA, C. Notas preliminares sobre o terraplanismo e o coronavírus. In: LUCENA, C.; BRETTAS, A. C.; PREVITALI, F. S. (Orgs.) Pandemia covid-19: a distopia do século XXI. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020.

LUCENA, L.; LUCENA, C. Imprensa, gêneros discursivos e tempo capitalista. Uberlândia, Navegando Publicações, 2024.

LUXEMBURGO, R. Rosa Luxemburgo: A Rosa Vermelha do Socialismo. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=5626&id_coluna=10. Acesso em: 13 mar. 2016.

MANDEL, E. Introdução: A teoria do fascismo segundo Leon Trotski, 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1974/mes/fascismo.htm>. Acesso em 23 set. 2023

MARCUSE, H. Cultura e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MARX, K. O Capital – crítica de la economia política. México: Fondo de Cultura Econômica, 1996.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 2º, Volume III, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984.

MARX, K. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Escrito entre 1851 e 1852. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>.

MARX, K. Elementos fundamentais para la crítica de la economia política. Grundrisse. Argentina: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

MARX, K. Miséria de la filosofia: respuesta a la filosofia de la miséria de P. – J. Proudhon. México: Siglo Veintiuno Editores, 1987.

MARX, Karl, Engels, Friedrich. A ideologia alemã. SP: Editora Moraes, 1977.

MARX, Karl, Engels, Friedrich. Crítica da educação e do ensino. Comentário e notas de Roger Dangeville. Portugal: Moraes Editores, 1978.

MAZZUCHELLI, F. A contradição em processo: o capitalismo e suas crises. Unicamp: Instituto de Economia, 2004.

MELLO, A. F. de. Capitalismo e mundialização em Marx. SP: Editora Perspectiva, 2000.

MÉSZÁROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? Trad. Paulo Cezar Castanheira. SP: Boitempo Editorial, 2003.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. SP: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, I. Produção destrutiva e Estado capitalista. SP: Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, I. O poder da ideologia. SP: Boitempo editorial, 2011.

NAPOLEONI, C. Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx. tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1991. p. 86-95

NIETZSCHE, F. W. Sobre o futuro dos nossos estabelecimentos de ensino. In Escritos sobre a educação. Trad. Noeli Correia de Melo Sobrinho. RJ, Ed. PUC-Rio; SP, Loyola, 2003.

OLIVEIRA Jr., C. A. B. Pronunciamentos de Churchill e Hitler no contexto da Segunda Guerra Mundial: uma análise de conteúdo. Revista Panorama, v. 3, n. 1, jan./dez. 2013.

PAULANI, L. Modernidade e discurso econômico. São Paulo: Boitempo, 2005

PORTAL UNICAMP. Faculdade de Educação - Evolução dos ataques às escolas no Brasil até o ano de 2023. 2023 Disponível em: <https://unicamp.br/unicamp/noticias/2023/12/11/escolas-registram-explosao-de-casos-de-violencia-extrema-em-2022-e-2023/> acesso 08 fev. 2025

Programa do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (NSDAP). Disponível em:

<http://icommercepage.blogspot.com.br/2011/10/os-25-ponto-chaves-do-nazismo.html>. Acesso 09 out. 2022.

PROVA BRASIL. Disponível em: <http://sistemasprovabrazil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/>. Acesso em: 01 out. 2024.

QEdU – Disponível em: <https://qedu.org.br/>. Acesso em 22 set. 2024

ROUSSEAU, J. J. O contrato social. In: Ouvres completes, tome III. Collection “Pleiade”. Paris: Gallimard, 1757.

ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a desigualdade. In: Obras. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: abril, 1979.

ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SANTOS, J. F. dos. O que é pós-moderno. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SAVIANI, D. Educação e Pós-modernidade. In SAVIANI, D. Educação e questões da atualidade. São Paulo: Livros do Tatu, Cortez, 1991, p. 17-39.

SAVIANI, D. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. In: LOMBARDI, J. C. (org.) Crise capitalista e educação brasileira. Uberlândia, Navegando Publicações, 2016. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/copia-temas-em-educacao-1> Acesso dia 11 jan. 2025

SIM. Sistema de Informação de Mortalidade. Disponível em: <http://sim.saude.gov.br/default.asp>. Acesso em: 01 out. 2024.

SESA. Secretaria de Saúde do Paraná. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/> Acesso em: 01 out. 2024.

SISU. Sistema de Seleção Unificada. Disponível em: <https://sisu-luno.mec.gov.br/#/login>. Acesso em: 29 de set. 2024

SWEEZY, P. M. Teoria do desenvolvimento capitalista. SP: Abril Cultural, 1983.

TEITELBAUM, B. R. Guerra pela Eternidade: retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas; Ed. Unicamp, 2020.

TROTSKY, L. A luta contra o fascismo: revolução e contrarrevolução. Trad. Mário Pedrosa e Rafael Pardial. SP: Sundermann, 2019.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial>. Acesso em: 30 set. 2024.

UNDIME. União dos Dirigentes Municipais de Educação. Disponível em: <https://undime.org.br/>. Acesso em: 30 set. 2024

WOLFF, R. Capitalist Crisis, Marx's Shadow. In: Mr Zine, Monthly Review, de 26/09/2008. Acesso [<http://mrzine.monthlyreview.org/wolff260908.html>], em 27/09/2008.

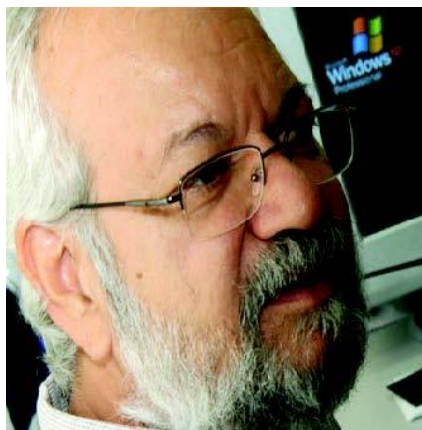
WOOD, E. M, FOSTER, J. B. (orgs). Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1999.

Sobre os autores



Carlos Lucena

Cientista Social pela Puccamp, Mestre em Educação pela mesma instituição e Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp, possui pós-doutorados em Educação pela Ufscar e Unicamp. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR), é Professor Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, atuando na graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Editor Chefe da Editora Navegando Publicações, vinculada ao HISTEDBR. Suas pesquisas concentram-se nas áreas de Trabalho, Capitalismo e Novo Nazifascismo, contribuindo significativamente para o debate acadêmico e social.



José Claudinei Lombardi

Professor Titular aposentado da Faculdade de Educação da Unicamp, onde também atua como professor colaborador voluntário no Programa de Pós-graduação em Educação. Doutor em Educação (1993) pela Universidade Estadual de Campinas, com ênfase em Filosofia e História da Educação, é Livre-docente e Professor Titular em História da Educação pela mesma instituição. Entre 2013 e 2015, foi Secretário de Educação de Limeira, SP. Com vasta experiência na área educacional, destaca-se por sua atuação em temas como Marxismo e Educação, Pedagogia Histórico-Crítica e História da Educação, com foco em pesquisa educacional, história da educação brasileira, relações entre história, trabalho e educação, e historiografia da educação. Coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" (HISTEDBR), é autor e organizador de diversas publicações que enriquecem o debate acadêmico e prático no campo educacional.

Na onda do ressurgimento nazifascista, os comunistas, os socialistas, os liberais, os homossexuais, as feministas, os sindicalistas, os negros e os imigrantes foram eleitos como os grandes vilões do século XXI. O tradicionalismo alemão, ideologicamente inerente à glória da raça ariana – herdada dos povos bárbaros – foi retomado, tendo como referência os princípios morais e cívicos característicos das décadas de 1940 e 1950. O resultado dessa nova onda vem acompanhado da elaboração de uma severa crítica à Democracia e à República. O lema da guerra total, claramente referenciado no nazismo, foi retomado e o fantasma do nazismo passou novamente a rondar o mundo, afetando tanto o centro como a periferia do capitalismo. Esse contexto de novo nazifascismo configurou-se de modo emblemático com a eleição de Donald Trump, em 2016, e, particularmente, com sua nova eleição em 2024. Difícil não reconhecer a relação de Donald Trump e o ressurgimento do nazifascismo, pois sua retórica e suas políticas contribuem para a normalização de ideias racistas e nacionalistas, bem como para a ascensão de grupos extremistas. Nessa nova onda nazifascista, os avanços da ciência e o domínio do conteúdo filosófico, científico e artístico, produzidos historicamente pela humanidade, são desconstruídos e as escolas de currículo crítico combatidas, sob o argumento de que são conteudistas e teóricas, não formando para a prática. Vivemos tempos em que os estabelecimentos de ensino se transformaram em alvos fáceis para a disseminação do ódio e da violência de raça e de gênero. Professores, alunos e funcionários passam crescentemente a conviver em escolas permeadas pelo medo, a intimidação e a insegurança, com a emergência de novos tipos de campo de concentração, do século XXI regidos pela intolerância e pelo genocídio. Este é o caminho analítico que percorremos, aprofundando as questões que aqui apresentamos de forma introdutória. A volta ideológica e política do nazismo e do fascismo – um novo nazifascismo? – constitui-se em um grande desafio teórico analítico que, com certeza, instrumentalizará todas as forças progressistas comprometidas na luta contra o ovo da serpente.